

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**PARA UMA ANÁLISE RETÓRICO-PRAGMÁTICA DA CARTA DE TIAGO DO
SABER “DESTRUIDOR” AO FAZER “SABEDOR”**

ROSINALDO ERNESTO VIEIRA

MESTRADO EM ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA:
INVESTIGAÇÃO E ENSINO

Portugal/2017

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**PARA UMA ANÁLISE RETÓRICO-PRAGMÁTICA DA CARTA DE TIAGO DO
SABER “DESTRUIDOR” AO FAZER “SABEDOR”**

ROSINALDO ERNESTO VIEIRA

MESTRADO EM ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA:
INVESTIGAÇÃO E ENSINO

Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabel Roboredo Seara

Portugal/2017

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ernesto Vieira da Silva e Josefa Domingos da Silva, que me deram o que eles não puderam ter, acesso à educação.

À minha amada Wilma, pelo companheirismo e pela força. Aos meus filhos, Wilmar Ernesto e Ilma Rose, meus amores.

A Deus, meu guia e porto seguro, meu refúgio.

À minha orientadora, Professora Doutora Isabel Roboredo Seara, pela orientação e, sobretudo, por não me deixar soçobrar. Este é um sonho que sonhamos juntos. Obrigado Professora.

Às demais professoras: Isabel Falé, Isabel Barros Dias, Ana Padeira, Paula Mendes Coelho, Rosa Maria Sequeira e Helena Bárbara Marques Dias, do Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa: Investigação e Ensino da Universidade Aberta, que compartilharam seus conhecimentos com pessoas de terras tão distantes quanto eu, encontramos nessas professoras muita inspiração, obrigado.

Agradeço aos amigos, colegas de trabalho, colegas de estudo pelos debates durante as aulas e pelas boas amizades construídas por este mundão a fora.

Agradecimentos à esta Universidade, que transpõe fronteiras abrindo caminhos de oportunidades para alunos sonhadores do mundo inteiro, oferecendo cursos de excelência como este Mestrado em Estudos da Língua Portuguesa: Investigação e Ensino, muito obrigado.

Agradeço a cada funcionário da Coordenação e da Secretaria que sempre me atenderam com atenção, profissionalismo e simpatia.

RESUMO

A Carta de Tiago, eclipsada pelas epístolas de Paulo, é o objeto de investigação desse trabalho, a partir da teoria de uma abordagem retórico-pragmática, sobre a questão do dizer e do fazer. A análise tomará como referencial as teorias dos atos de fala de Austin e Searle, pois para ambos, as palavras não são meramente palavras, mas são ações que moldam o mundo e a realidade das pessoas. As palavras da Carta de Tiago são carregadas desse elemento significativo do fazer. Para o autor da Carta, discurso e prática caminham juntos. O discurso não pode estar dissociado da ação. Isso, quando se trata de fé e obra, mas sobretudo, quando se trata de ética. São questões que exigem uma pronta resposta. Suas exigências vão além de respostas prontas e retóricas, requer saídas, alternativas para suas crises que são as mais diversas. Crises que vão dos problemas econômicos, políticos, sociais, familiares, religiosos, tanto numa visão global, quanto numa visão localizada, portanto, a Carta de Tiago apresenta um discurso ético persuasivo que, a luz das teorias dos atos de fala, é posto em evidência, pois o discurso deve sair do dizer para o fazer.

Palavras-chave: Gênero textual. Epistolografia. Tiago. Atos de fala. Dizer e Fazer.

ABSTRACT

The Letter of James, eclipsed by the epistles of Paul, is the object of investigation of this work, from the theory of a rhetorical-pragmatic approach, on the question of saying and doing. The analysis will take as reference the theories of the acts of speech of Austin and Searle, because for both, the words are not merely words, but they are actions that shape the world and the reality of the people. The words of the Letter of James are loaded with this significant element of doing. For the author of the letter speech and practice walk together. Discourse can not be dissociated from action. This is when it comes to faith and works, but especially when it comes to ethics. These are questions that require a prompt response. Their demands go beyond ready and rhetorical answers, they require exits, alternatives to their crises that are the most diverse. Crises ranging from economic, political, social, family, religious problems, both in a global vision and in a localized vision, therefore the Charter presents a persuasive ethical discourse that the light of the theories of speech acts is put in evidence, since discourse must leave the saying to do so.

Keywords: Textual genre. Epistolografia. Tiago. Acts of speech. Say and Do.

RÉSUMÉ

La Lettre de Jacques, éclipsée par les épîtres de Paul, est l'objet d'une enquête de ce travail, de la théorie d'une approche rhétorique pragmatique sur la question de dire et de faire. L'analyse prendra comme référence les théories des actes de parole d'Austin et Searle, pour les deux, les mots ne sont pas seulement des mots, mais des actions façonnent le monde et la réalité des gens. Les paroles de la lettre de Jacques sont chargés cet élément important de faire. Pour l'auteur de la Charte du discours et la pratique vont de pair. Le discours ne peut pas être séparé de l'action. Qu'en matière de foi et les œuvres, mais surtout en ce qui concerne l'éthique. Ce sont des questions qui nécessitent une réponse rapide. Leurs exigences vont au-delà des réponses prêtes et rhétoriques, exige des sorties, des alternatives à ses crises les plus diverses. Les crises allant des droits économiques, politiques, sociales, familiales, religieuses, sur une vue d'ensemble, comme une vision localisée, de sorte que la Charte présente un discours éthique convaincant que les théories de la parole les actes ont mis en évidence que le discours vous devriez arrêter de dire de le faire.

Mots-clés: genre textuel. Épistolographie. James. actes de parole. Dire et faire.

In memoriam

Ernesto Vieira da Silva

Josefa Domingos da Silva

*Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.
Fernando Pessoa*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	13
1.1. Os atos de fala segundo Austin	13
1.2. Os atos de fala segundo Searle	22
1.2.1 Intenção e função dos atos ilocucionários	23
1.2.2 Atos de fala indiretos.....	27
2. REFLEXÃO SOBRE GÊNERO TEXTUAL	32
2.1 Da fala para a escrita	32
2.2 Gêneros textuais: incursão histórica	33
2.3. Uma visão retórico-discursiva	44
2.4. Uma visão pragmática-discursiva	57
2.5 Tipologia textual e gênero epistolar	64
2.5.1. A importância do gênero epistolar na Antiguidade.....	65
2.6. As cartas bíblicas	72
3. METODOLOGIA: A CARTA DE TIAGO	77
3.1. Metodologia e Corpus	77
3.2. Contexto histórico e cultural da produção da Carta de Tiago	78
3.3 Gênero literário da Carta de Tiago.....	78
3.4. Autoria e data da Carta de Tiago	80
3.5. Destinatário	85
3.6. Linguagem da Carta de Tiago	86
3.7. Canonicidade da Carta de Tiago.....	88
3.8 Estrutura da Carta de Tiago	90
4. DO FALAR AO FAZER	92
4.1. Procedimento de análise.....	92

4.2 Do saber destruidor ao fazer sabedor	112
4.3 Atos de fala diretivos da perícopre de Tg 3.....	116
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121

INTRODUÇÃO

A Carta de Tiago é uma obra literária que apresenta características pastorais de alcance universal, não se restringe a uma comunidade específica, mas é endereçada aos irmãos espalhados pelo mundo por causa da diáspora. Nessa Epístola, há uma mensagem que se assemelha às mensagens dos textos pastorais contemporâneos de sua época. Seu conteúdo é carregado de um laço de fé que une os irmãos de todas as comunidades, independentemente de onde estejam localizadas. Ela está cheia de princípios éticos e morais que fundamentam o agir pessoal. Além disso, há uma variedade muito interessante de temas que o autor aborda com profundidade, porém, com simplicidade linguística, o que enriquece o entendimento da sua mensagem. Portanto, há, nessa Carta, algumas singularidades que não podem passar despercebidas. Uma leitura atenta do texto revela particularidades interessantes que instigam à investigação daqueles que se dedicam ao objetivo de entender o que o texto tem a dizer na sua superfície e principalmente nas profundezas das suas linhas.

A Carta de Tiago, eclipsada pelas epístolas de Paulo, é o objeto de investigação dessa dissertação, a partir de uma visão retórico pragmática sobre a questão do dizer que sabe e do fazer que faz. A análise tomará como referencial as teorias dos atos de fala de Austin e Searle, pois para ambos, as palavras não são meramente palavras, mas são ações que moldam o mundo e a realidade das pessoas. As palavras da Carta de Tiago estão impregnadas desse elemento significativo do fazer.

Para o autor da Carta, discurso e prática caminham juntos. O discurso não está dissociado da ação. Isso, quando se trata de fé e obras, mas também, quando se trata de ética. As questões abordadas por Tiago exigem uma pronta resposta. Suas exigências vão além de respostas retóricas, requer saídas, alternativas para as crises mais diversas. Crises que vão dos problemas econômicos, políticos, sociais, familiares, religiosos, tanto numa visão global, quanto numa visão localizada, portanto, a Carta apresenta um discurso ético persuasivo que, à luz das teorias dos atos de fala, é posto em evidência, pois o

discurso deve sair do dizer para o fazer. Para isso, no primeiro capítulo, discorreremos sobre o referencial teórico que deu base para a análise retórico pragmática das partes selecionadas da Carta de Tiago. No segundo capítulo, faremos uma reflexão sobre os gêneros textuais, seu papel nas civilizações antigas e sua importância no texto bíblico. No terceiro capítulo, faremos uma reflexão mais específica sobre o gênero epistolar e sua tipologia. A importância do gênero epistolar na Antiguidade. As cartas bíblicas e sua relevância na difusão da doutrina cristã. Traçaremos, nessa parte da dissertação, um panorama histórico contextual de Carta de Tiago e sua importância histórica para as comunidades. No quarto capítulo, faremos uma análise linguística do saber “destruidor” ao fazer “sabedor”, tomando como objetos três perícopes, a partir das quais analisaremos os atos de fala diretivos presentes nessas perícopes, especialmente a perícope 3, e em seguida, as considerações finais.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Os atos de fala segundo Austin

A teoria dos atos de fala surgiu com Austin e foi detalhada em *How to Do Things With Words* (Como fazer coisas com as palavras) publicada em 1962. Austin estava convencido de que todo enunciado linguístico corresponde a uma ação, nesse sentido, linguagem é ação interacional entre locutor, interlocutor e mundo.

Assim, Austin inaugura essas novas reflexões pragmáticas que privilegiam o uso da linguagem em contextos específicos através da realização dos atos de fala. Ou seja, é no uso da linguagem que se configuram os significados. Ainda segundo a concepção de Austin, os atos de fala são os pilares para o uso e a compreensão da linguagem natural, se cumprirem condições de sucesso e felicidade para sua realização. Essa concepção foi de encontro às concepções tradicionais da filosofia da linguagem que buscava o significado das enunciações através das condições de verdade ou falsidade.

Segundo Austin, há situações que os enunciados proferidos não descrevem, não relatam, não constata e não são verdadeiros ou falsos. No entanto, noutras situações, o enunciado “é, no todo ou em parte, a realização de uma ação, que não seria normalmente descrita consistindo em dizer algo”.¹ Austin assevera essas afirmações com os seguintes exemplos:

(a) "Aceito (*scilicet*), esta mulher como minha legítima esposa" - do modo que é proferido no decurso de uma cerimônia de casamentos.

¹ Austin, John Langshaw Quando dizer é fazer. / John Langshaw Austin; Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. / Porto Alegre: Artes Médicas: 1990.

(b) "Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth" - quando proferido ao quebrar-se a garrafa contra o casco do navio.

(c) "Lego a meu irmão este relógio" - tal como ocorre em um testamento.

(d) "Aposto cem cruzados como vai chover amanhã."

Estes exemplos deixam claro que proferir uma dessas sentenças (nas circunstâncias apropriadas, evidentemente) não é descrever o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando: é fazê-lo. Nenhum dos proferimentos citados é verdadeiro ou falso; considero isto tão óbvio que sequer pretendo justificar (1990, p. 24).

Analogamente, Wittgenstein apresenta uma visão de linguagem bastante alinhada com a visão de linguagem de Austin, sobretudo nas *Investigações Filosóficas (Philosophical Investigations)*. Nessa obra, Wittgenstein concentra seus esforços nos usos da linguagem, estabelecendo a teoria dos jogos de linguagem, ou seja, linguagem é uso, formas de vida. "O termo "jogo de linguagem" deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida" (1999, p. 35).

Assim, Austin defende na sua teoria, que todos os atos de fala são performativos, pois, emitir um ato de fala vai muito além de simplesmente dizer sobre.

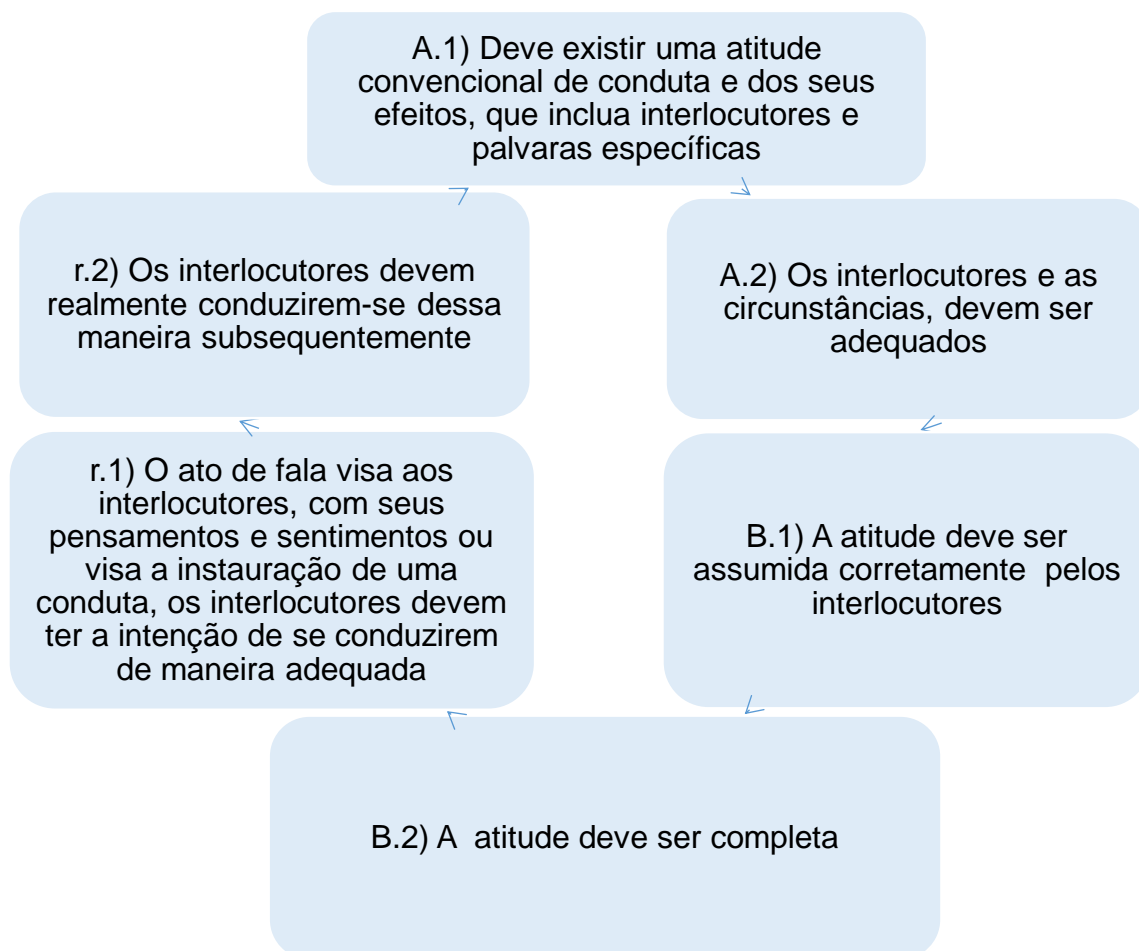
Por sua vez, na sua Dissertação de Mestrado, Gonçalves (2013) acentua que as argumentações de Austin em favor dos atos da linguagem "correspondem à realização de ações que só existem no uso e pelo uso da própria linguagem. Assim, para além da representação do mundo sócio físico, a linguagem passa a ser um instrumento de ação e de interação social" (2013, p. 14). Sobre essas questões, Almeida afirma: "Austin ... referiu que há uma performatividade generalizada nas línguas naturais, isto é, todos os actos e/ou acontecimentos de fala são performativos, porque agem sobre o alocutário, criando uma nova realidade" (1998, p. 1).

Assim, o foco da linguagem não está em dizer ou descrever as coisas do mundo, o foco está no uso da linguagem para fazer coisas no mundo, donde dizer e fazer constituem-se um só ato.

Para que uma enunciação tenha sucesso, deve cumprir algumas condições, que Austin denomina "condições de felicidade" resumidamente

apresentadas no quadro proposto a seguir:²

Quadro 1



Se houver qualquer impedimento ou violação dessas condições o entendimento satisfatório da enunciação estará comprometido. Portanto, ocorrerá um “insucesso” ou “infelicidade”. “Ora, se transgredirmos uma dessas seis regras,

² Quadro elaborado a partir das condições de “infelicidade e suas consequências” de Austin. Austin, John Langshaw Quando dizer é fazer. / John Langshaw Austin; Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. / Porto Alegre: Artes Médicas: 1990.

nosso proferimento performativo será, de uma forma ou de outra, malogrado.” (AUSTIN, 1990, p. 31). Austin também alega, que para um enunciado ter sucesso, precisa ser aceito, o conteúdo deve ter clareza, as pessoas envolvidas devem ser as pessoas certas, ou seja, tudo deve corroborar para o correto entendimento do que realmente o ato pretende significar.

Fundamentando sua teoria, Austin estabeleceu uma distinção entre os usos das frases e dos enunciados, ou seja, ações da linguagem, denominando-as de atos constataivos e performativos.

Palrilha, na sua Tese de Doutorado, afirma:

Numa primeira fase da sua teoria, Austin estabelece a diferença entre dizer algo e fazer algo através das palavras, distinguindo enunciados constataivos de enunciados performativos. Os primeiros envolvem proposições que podem ser verdadeiras ou falsas. Os segundos correspondem a ações e, por isso, não estão sujeitos a critérios de verdade/falsidade; são bem sucedidos ou mal sucedidos e às condições que garantem o seu sucesso Austin dá o nome de condições de felicidade (Palrilha, 2009, p. 5).

Gonçalves, na sua Dissertação de Mestrado, também apresenta argumentos sobre as diferenças entre os enunciados constataivos e os enunciados performativos.

Austin começa por fazer uma distinção entre enunciados constataivos e enunciados performativos, defendendo que os primeiros envolvem proposições que podem ser verdadeiras ou falsas e que os últimos correspondem a ações, não estando, por isso, sujeitos a critérios de verdade/falsidade (2013, p. 14).

Sendo assim, os constataivos são os atos que descrevem fatos, eventos, etc.; e os performativos (*to perform*) são os atos pelos quais se realizam ações. Exemplificando a distinção:

A: Isaura está no canal.

Esse é um ato constataivo uma vez que sua validade decorre do cumprimento da condição de verdade. Se há como constatar, verificar, que Isaura está de fato no canal, o enunciado é verdadeiro; se o fato não pode ser constatado, a sentença é falsa.

B: Prometo que pagarei pelo seu trabalho.

Esse é um ato performativo. Nesse caso, não decorre do cumprimento da condição de verdade, mas com o sucesso da enunciação. E isso vai depender das condições, que Austin denomina de felicidade das circunstâncias e das consequências da realização do ato, que no caso referido, é uma promessa. Portanto, é um ato de fala promissivo, pois, ao prometer, o locutor assume o compromisso de cumprir o que foi proferido.

Por outro lado, Palrilha salienta que:

Num segundo momento da sua reflexão, Austin vai questionar as diferenças entre constativos e performativos. Propõe então, para além da dimensão de verdade característica das asserções, outros parâmetros de análise de um enunciado constativo: a pressuposição, a implicação e o dar a entender – três parâmetros que podem conduzir a uma asserção não plena, sem que seja falsa ou completamente absurda (2009, p. 7).

Por sua vez, Gonçalves também comenta essa segunda fase da teoria de Austin da seguinte maneira: “Numa segunda fase da sua reflexão, Austin problematiza a distinção entre enunciados constativos e performativos, questionando se os primeiros não serão, também eles, meios de realizar ações”. (2013, p. 15).

No entender de Austin, quando alguém profere uma frase afirmativa ou negativa sobre algo, por exemplo, pressupõe-se que esse algo exista e que se acredite na sua existência. Caso contrário, a proposição é falsa. Sobre esse fato, Palrilha explica:

Quando afirmo “Os filhos do João são louros”, ou “Os filhos do João não são louros”, em ambos os casos pressuponho que o João tem filhos e dou a entender que acredito nesses factos. Se o João não tiver filhos, quer a afirmação, quer a negação são nulas, defectivas: tem que se verificar, a priori, a proposição O João tem filhos. Ora esta pressuposição acerca da existência de referentes é idêntica a uma das condições de felicidade dos enunciados performativos. Com efeito, um enunciado do tipo João, fecha a janela, realiza um acto ilocutório que pressupõe a existência de uma janela aberta e a presença de um João habilitado a fechá-la (2009, p. 7).

Sobre essa relação dicotômica entre os atos de fala na teoria de Austin, Flores afirma: “existe uma dimensão constatativa em todo

o enunciado performativo e uma dimensão performativa em todo o enunciado constativo” (2009, p. 12). E Almeida completa: “Austin referiu que há uma performatividade generalizada nas línguas naturais, isto é, todos os actos e/ou acontecimentos de fala são performativos, porque agem sobre o alocutário, criando uma nova realidade” (1998, p. 1).

Assim, superada a dicotomia entre atos assertivos e performativos, Palrilha afirma na sua tese:

Ao centrar a sua atenção na performatividade dos enunciados, Austin separa os performativos “normais”, explícitos, dos primários. O enunciado performativo explícito contém marcas evidentes da acção que está a ser realizada (por exemplo, o uso do verbo performativo), (2009, p. 8).

Para explicitar os verbos performativos são utilizados os seguintes exemplos:

“(3) *Prometo que trago os testes corrigidos amanhã*³.

(4) *Juro que nunca mais te minto.*” (PALRILHA, 2009, p, 8).

Nesses dois exemplos “a acção coincide com a verbalização da garantia/promessa de algo vai ser cumprido pelo locutor.” (PALRILHA, 2009, p. 8). Por sua vez, nos performativos primários não há uma clareza na definição da acção que está a ser realizada. “O locutário caberá inferir as intenções do locutor ao produzi-los”. (PALRILHA, 2009, p. 9). Ainda sobre essa questão dos atos performativos normais explícitos e primários, Palrilha traz a seguinte afirmação:

Os enunciados com o verbo performativo expresso apresentam valores diferentes dos enunciados com o verbo subentendido: o primeiro manifesta uma maior explicitude que resultará num maior comprometimento do locutor relativamente à vontade expressa (Palrilha, 2009, p. 9).

³ Grifo nosso.

Não havendo mais o problema da dicotomia entre os atos constatativos e performativos, Austin apresenta novos conceitos sobre os atos de fala que o locutor produz, afirmando que eles estão divididos em: atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário.

Gonçalves explica da seguinte maneira:

Segundo Austin, a realização de um ato de fala pressupõe a ocorrência de três tipos de atos: o ato locutório, que corresponde à enunciação de uma frase de acordo com as regras gramaticais da língua; o ato ilocutório, que diz respeito ao uso de uma frase linguisticamente operativa para realizar determinada ação; e o ato perlocutório que, por sua vez, consiste no efeito produzido pelo enunciado no locutor, podendo depender de inúmeros fatores, pois os efeitos que se produzem nem sempre correspondem ao que se pretendia no momento da enunciação, isto é, à intenção comunicativa (2013, p. 16).

Essas ideias de Austin podem ser representadas no quadro a seguir:

Quadro 2 (representativo dos tipos de atos de fala de Austin)



Marcondes (2009), por sua vez, ao discorrer sobre a teoria dos atos de fala de Austin, apresenta os comentários sobre os tipos de atos, conforme segue:

O ato locucionário consiste na dimensão linguística estritamente considerada, isto é, nas palavras e sentenças de uma língua específica, empregadas de acordo com as regras gramaticais aplicáveis, bem como dotadas de sentido e referência. O ato ilocucionário, que pode ser considerado o núcleo do ato de fala, tem como aspecto fundamental a força ilocucionária. A força consiste no performativo propriamente dito, constituindo o tipo de ato realizado ... O ato perlocucionário, que tem recebido menos atenção dos especialistas, foi definido por Austin como caracterizado pelas “consequências do ato em relação aos sentimentos, pensamentos e ações da audiência, ou do falante, ou de outras pessoas, e pode ter sido realizado com o objetivo, a intenção ou propósito de gerar essas consequências (2009, p. 116).

Austin concebe que tudo reside nos atos de fala, pois, no uso das palavras está o agir sobre o mundo. Portanto, o significado básico das coisas e do mundo está nos atos de fala, que genericamente são atos performativos.

Assim, através dos atos de fala, o locutor age performativamente sobre o interlocutor e sobre o mundo, criando novos conceitos, novas ideias, novas ações e novos significados. Como se pode verificar ilustrativamente da seguinte forma:

A (= locutor);

B (= interlocutor);

C (= mundo, realidade).

A → **B + C**.

Explicitando, ao proferir um ato ilocucionário de ordenar, prometer, declarar, etc., **A** (locutor) age sobre **B** (interlocutor) causando efeito, consequência (ato perlocucionário), que, por sua vez, atua sobre **C** (o mundo, a realidade). Isso se as condições contingentes às circunstâncias da enunciação forem cumpridas. “Ao ordenar, ajo como se as condições exigidas para realizar este ato de fala estivessem efetivamente reunidas” (MAINGUENEAU, 1997, p. 30).

Austin percebeu que o ato ilocucionário pode ter forças distintas que, mediante as circunstâncias, garantem a felicidade ou a infelicidade do ato. Mas também percebeu que os efeitos perlocucionários são diversificados, podendo atuar sobre **B** (quem se pretende persuadir) e sobre **C** que sofrerá as consequências das ações tanto de **B** quanto de **A**.

Tudo isso é verificável no jogo de linguagem que se estabelece na interação entre os interlocutores num dado contexto de comunicação. Conforme se verifica em 1:

1. “Atire nela”⁴

Tem-se, assim: **A** ordena **B** que age sobre **C**. Podendo ocorrer os seguintes fatos:

A exerce um ato ilocucionário (ordem, conselho...);

B sofre um ato perlocucionário (persuasão);

C sofre um ato perlocucionário (alerta).

Assim, segundo Levinson:

Podemos dizer dessa enunciação que, nas circunstâncias adequadas, ela teve uma das várias forças ilocutórias de ordenar, instar, ou aconselhar o destinatário a atirar nela, mas o efeito perlocucionário de persuadir, forçar ou amedrontar o destinatário para que atire nela. (Além de ter o efeito perlocucionário de amedrontá-la, como ele poderia ter acrescentado), (2007, p. 301).

Então, conforme a teoria de Austin, todo ato de fala visa o uso interacional da linguagem entre locutor e interlocutor. Austin constata que a linguagem não é mera representação do mundo, mas é ação que se concretiza na interação entre os interlocutores. “Deste modo, **dizer é fazer**,⁵ isto é, o locutor em interacção com o alocutário age sobre ele, modificando-o nos seus estados epistémicos, comportamentais e emocionais” (ALMEIDA. 1998, p. 1).

Diante do exposto, pode-se sintetizar a teoria de Austim da seguinte maneira:

⁴ Exemplo extraído da obra de Stephen Levinson (2007).

⁵ Grifo da autora.

1. Superação da dicotomia entre os constatativos/performativos, pois, de forma genérica, nas línguas naturais, todos os atos de fala podem ser considerados performativos;
2. avaliar os atos de fala sob as condições de felicidade;
3. explicitar atos normais explícitos e atos primários;
- 4 e, distinguir os elementos que compõem os atos de fala.

1.2. Os atos de fala segundo Searle

Seguindo o modelo teórico de Austin, Searle, filósofo norte-americano, estabelece sua própria teoria dos atos de fala com destaque para as condições de felicidade e de sucesso dos atos de fala. Assim, conforme apresenta Palrilha:

Enquanto Austin propunha três efeitos para o acto ilocutório (compreensão do enunciado, efeito convencional assente num acordo intersubjectivo e provocação de uma resposta), a nova proposta considera apenas um: o reconhecimento da intenção comunicativa do falante. Segundo Searle, a intenção comunicativa do falante determina a força ilocutória e o tipo de acto ilocutório. Searle considera a força ilocutória um elemento do significado, enquanto Austin diferenciava estes dois aspectos (2009, p. 13).

Sobre isso, “Searle procede ao levantamento das condições de felicidade ou de sucesso dos actos de discurso: condição de conteúdo proposicional, condições preparatórias, condição de sinceridade, condição essencial e outras” (ALMEIDA, 1998, p. 2).

Assim, as ações linguísticas (atos de fala) têm êxito se cumprirem o papel exigido de acordo com os contextos específicos de comunicação, como prometer, avisar, informar, declarar, descrever, etc. Essas ações linguísticas têm dois aspectos distintos: forma e conteúdo. A partir dessa distinção, podem-se realçar outros dois aspectos: função e intenção, que segundo Gouveia:

[...] a intenção com que um enunciado é produzido está intimamente ligada à função assumida por esse mesmo enunciado no contexto de sua enunciação. À intenção chamamos objectivo ilocutório do enunciado ou acto, à função chamamos força ilocutória desse mesmo acto (2008, p. 208)

1.2.1 Intenção e função dos atos ilocucionários

Esses dois elementos, objetivo e força ilocutória, são distintos, mas igualmente relevantes para o sentido dos atos fala. Porém, o objetivo ilocutório é quem determina e regula a força ilocutória. Sobre isso: “O objectivo ilocutório é parte integrante da força ilocutória, mas é ele que a regula, que torna possível a existência de enunciados com o mesmo objectivo ilocutório, mas com forças ilocutórias distintas” (GOUVEIA, 2008, p. 208).

Palrilha, por sua vez, ilustra:

A força ilocutória, expressa numa série de suportes convencionais conhecidos dos intervenientes no acto comunicativo, assegura a realização do acto ilocutório correspondente à intenção do falante. As frases (quando literais e sinceras) contêm marcadores da força ilocutória que sinalizam as intenções do falante. Searle defende que todas as frases contêm esses marcadores, até uma frase só de uma palavra, como “Sim” (Searle 1969: 19). Para ilustrar esta sua perspectiva, apresenta categorias gramaticais tradicionais como indicadores da força ilocutória, por exemplo, os tipos de frase declarativa, interrogativa, exclamativa e imperativa -, a ordem das palavras na frase, o contorno entoacional, a pontuação, o modo verbal e os verbos performativos (Searle 1969: 30), propriedades da forma linguística do enunciado (2009, p. 13).

Apesar dos objetivos ilocutórios e da força ilocutória (intenção/função) serem aparentemente claros quanto aos papéis que desempenham na comunicação, ainda são limitados. Isso se percebe nos casos em que a intenção com que são produzidos os atos ilocutórios não corresponde à forma como eles são ditos. Assim, nem sempre o que foi dito significa o que foi dito, ou seja, tem significado literal. O significado está muito mais para os contextos interacionais de uso, para as condições sociais e culturais em que se dão as trocas e as interações comunicativas, do que propriamente na forma e nas convenções linguísticas, conforme atesta Gouveia:

[...] a intencionalidade e a convenção são dois aspectos relevantes na produção do significado: em primeiro lugar, porque aquilo que “queremos dizer” (função ou significado pragmático) nem sempre corresponde ao que “dizemos” (forma ou significado literal); em segundo lugar, porque as trocas conversacionais e a interacção verbal em geral são fortemente

determinadas por condições sociais e culturais que nada têm de linguístico e que convencionalmente se manifestam no significado expresso (2008, p. 2).

Searle, ao analisar a taxinomia dos atos de fala de Austin e ao observar o pressuposto que os atos de fala apresentam forma e conteúdo proposicional, ou seja, objetivo ilocutório e força ilocutória, no sentido de responder ao questionamento sobre quantas são as categorias de atos ilocucionários, chegou à seguinte taxinomia alternativa⁶ apresentada por Almeida no seguinte quadro:

- 1) **actos assertivos** – o fim dos membros da classe assertiva é de responsabilizar o locutor em relação à verdade da proposição expressa, isto é, estes actos responsabilizam-no em relação à existência de um estado de coisas. Ex.: uma asserção do tipo “Hoje está a chover.” = “Eu digo que p (= conteúdo proposicional).”;
- 2) **promissivos ou comissivos** – o fim destes actos é obrigar o locutor (em graus diversos) a adoptar uma certa conduta futura. Ex.: uma promessa do tipo “Prometo que vou estudar.”;
- 3) **actos directivos** – o fim ilocutório destes actos consiste na tentativa da parte do locutor de levar o alocutário a realizar uma acção futura. Ex.: um pedido ou uma ordem...
- 4) **actos expressivos** – o fim ilocutório desta classe é exprimir o estado psicológico do locutor. Ex.: “Hoje estou feliz!”;
- 5) **actos declarativos** – a característica definicional desta classe consiste no facto de que a realização com sucesso dos seus membros garante que o conteúdo proposicional corresponda ao mundo. Ex.: “Declaro aberta a Assembleia.”; “A sessão está aberta.”; “Está despedido!” (1998, p. 2).

Quando o locutor emprega atos assertivos, está a se responsabilizar com a verdade do que diz. Suas palavras podem ser constatadas no mundo se são verdadeiras ou falsas. “O teste mais simples para um assertivo é: pode-se

⁶ SEARLE, John R. Uma taxinomia dos atos de ilocucionários. In: Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala. Tradução de Ana Cecília G. A. De Camargo, Ana Luiza Marcondes Garcia. 2ª Ed. São Paulo, Martins Fontes. 2002.

caracterizá-lo literalmente (*inter alia*)⁷ como verdadeiro ou falso” (SEARLE, 2002, p. 20). Sua direção de ajuste é palavra-mundo, e o estado psicológico expresso é de crença. Nesse tipo de ato não se formulam condições necessárias nem suficientes, eles apenas podem ser verificáveis se condizem ou não com a realidade. Segundo a sua taxinomia alternativa dos atos de fala, Searle o representou usando a seguinte simbologia:

$$\vdash \downarrow B(p).$$

Conforme esse tipo de ato, as palavras devem corresponder ao mundo.

O objetivo do ato de fala promissivo ou compromissivo obriga o locutor a adotar uma conduta futura. Ao proferir um ato de fala dessa natureza, o locutor revela sua intenção, compromete-se no presente com a realização de uma ação porvir. Ele dá sua palavra, promete algo e isso determinará a função: as ações desempenhadas para realização do que foi prometido. Esse tipo de ato foi simbolizado por Searle da seguinte forma:

$$C \uparrow I (F \text{ faz } A)$$

Nesse caso, a responsabilidade do que foi proferido recai diretamente sobre o locutário. Searle afirma:

Os compromissivos são, portanto, os atos ilocucionários cujo propósito é comprometer o falante (também nesse caso em graus variáveis) com alguma linha futura de ação. A direção do ajuste é mundo-palavra e a condição de sinceridade é a intenção. O conteúdo proposicional é sempre que o falante F faça alguma ação futura A (2002, p. 22).

⁷ *inter alia* (locução latina) locução. Entre outras coisas. "inter alia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008. 2013. disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/inter+alia>> [consultado em 25-07-2016].

O ato de fala diretivo tem como objetivo ilocutório o interlocutor. Ao empregar esse tipo de ato, o locutor tem como propósito, em graus variáveis, levar o interlocutor a fazer algo. “Podem ser tentativas muito tímidas, como quando o convido a fazer algo, ou podem ser tentativas muito veementes, como quando insisto em que faça algo” (SEARLE, 2002, p. 21). De acordo com Searle esse ato pode ser simbolizado assim:

!↑ W (O faz A)

Conforme esse ato, o mundo deve corresponder às palavras.

Sendo assim, o conteúdo proposicional é sempre que o interlocutor (**O**) faça alguma ação futura (**A**). Então, ao fazer um pedido ou dar uma ordem, o locutor tem como fim, como intenção, levar o interlocutor a realizar uma ação futura.

Por sua vez, o ato expressivo tem como propósito mostrar, (usando uma redundância) “expressamente” o estado psicológico do falante a respeito de um estado de coisas. Não há aqui preocupação de correspondência entre palavra-mundo ou mundo-palavra, mas na sinceridade do conteúdo proposicional.

De acordo com Searle é uma ilusão pensar que os jogos de linguagem são ilimitados. Os usos da linguagem são limitados.

Se adotamos o propósito ilocucionário como noção básica para a classificação dos usos da linguagem, há então um número bem limitado de coisas básicas que fazemos com a linguagem: dizemos às pessoas como as coisas são, tentamos levá-las a fazer coisas, comprometemo-nos a fazer coisas, expressamos nossos sentimentos e atitudes, e produzimos mudanças por meio de nossas emissões. Frequentemente, fazemos mais que uma dessas coisas de uma só vez, com a mesma emissão (2002, p. 46).

Uma boa ilustração dos atos de fala de Searle foi dada por Palrilha na sua Tese Doutoral:

O “speech act” caracteriza-se como um acto que consiste na enunciação de frases, e que só se realiza efectivamente se as circunstâncias que o rodeiam forem as adequadas e se o falante seleccionar adequadamente os recursos linguísticos convencionais que viabilizam a expressão da sua intenção comunicativa (2009, p. 18).

Assim, “Todo esforço taxinômico dessa natureza pressupõe critérios para distinguir um (tipo de) ato ilocucionário de outro” (SEARLE, 2002, p. 2). Para isso, ele propõe fazer uma “distinção” entre a “força ilocucionária de uma emissão e seu conteúdo proposicional”, assim simbolizada:

$$F(p)^8$$

Diante disso, é preciso distinguir o conteúdo ilocucionário de um ato, daquilo que o locutor diz e daquilo que ele pretende dizer.

1.2.2 Atos de fala indiretos

Segundo Searle os casos de significação simples acontecem quando o locutor emite uma enunciação e quer que ela signifique exatamente o que ele diz. Nesses casos, há várias intenções atribuídas ao locutor, pois, ele quer:

1. produzir efeito ilocutório no interlocutor;
2. levar o interlocutor a reconhecer a intenção do efeito produzido pelo falante;
3. levar o interlocutor a reconhecer essa intenção pelas regras que governam a emissão da sentença;
4. produzir efeito, pelo enunciado, no interlocutor – ofensa, discussão, etc.

Searle, contudo, afirma que nem todos os casos de significação são tão simples. Exemplifica enumerando os casos das ilusões, insinuações, ironias e metáforas. “A significação da emissão do locutor e a significação da sentença divergem sob vários aspectos” (2002, p. 47). Há casos em que o locutor emite uma frase que aparentemente tem um significado, mas, na verdade seu significado é

⁸ SEARLE, John R. **Expressão e significado**. Estudos da teoria dos atos de fala. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

muito diferente do significado primário. “Em tais casos, uma sentença que contenha os indicadores de força ilocucionária relativos a um tipo de ato ilocucionário pode ser emitida para realizar, adicionalmente, um outro tipo de ato ilocucionário” (SEARLE, 2002: 48).

Assim, categoriza os atos de fala indiretos, ou seja, um ato ilocucionário é realizado indiretamente através da realização de um outro. Palrilha explicita essa afirmação da seguinte forma: “Um acto de fala está ao serviço de outro que, por sua vez, não é literal e requer um processamento inferencial, e é este outro, a que se acede através da inferência, que configura a intenção comunicativa do falante” (2009: 22).

Para Searle, o problema dos atos de fala indiretos: “é o de saber como é possível para o falante dizer uma coisa, querer significá-la, mas também querer significar algo mais” (2002, p. 49). Além desse problema que se relaciona com o locutor, há também o que está relacionado com o interlocutor, como questiona Searle: “como é possível para o ouvinte compreender o ato de fala indireto quando a sentença que ouve e compreende significa algo mais” (2002, p. 49).

Como solução para esse problema, Searle apresenta as condições de felicidade dos atos de fala que se realizam indiretamente. As condições são: “condições preparatórias, condições de conteúdo proposicional e condições de sinceridade” (2002, p. 49). Se as condições forem atendidas, os atos de fala indiretos serão satisfatórios.

Por sua vez, na teoria de Grice (1975) as implicaturas (*implicature*) ‘o que é sugerido’, ‘indicado’, ‘insinuado’ contrastam com o que ‘é dito’. Essa ideia é explicada por Palrilha:

Muitas vezes, o que o falante diz é uma coisa, mas o que ele pretende/tem a intenção de dizer é outra. O que um falante quer dizer para além daquilo que diz é o que ele “sugere”, “indica”, “insinua”, etc. Ora, o que é “sugerido”, “indicado”, “insinuado”, etc., é identificado pelo destinatário, não através da mera descodificação do significado linguístico, mas através de inferências (2009, p. 24).

Para resumir toda essa discussão Searle declara o seguinte:

A hipótese que desejo defender é simplesmente esta: em atos de fala indiretos, o falante comunica ao ouvinte mais do que realmente diz, contando com a informação de base linguística e não linguística, que compartilhariam e também com as capacidades gerais de racionalidade e inferência que teria o ouvinte (2002, p. 50).

Assim, pode-se dizer que a teoria dos atos fala de Searle apresenta seis categorias de atos ilocucionários distintos, baseados no objetivo e na força ilocucionária. Além desses atos de fala ilocucionários diretos, Searle tratou de uma série de atos de fala indiretos que se costumam realizar cotidianamente, principalmente nos casos dos atos de delicadeza, que são os mais frequentes, como atesta Palrilha:

O uso mais frequente dos actos indirectos está relacionado com a delicadeza (sobretudo em situações de conflito), porque ela permite atenuar o aspecto autoritário da ordem, a intensidade do desejo, a avaliação do outro. É, por isso, vista como manifestação de uma preocupação com a face negativa²⁰ do outro, com o seu desejo de não ser manipulado ou dirigido. Esta preocupação com a face do outro leva a que, através de estratégias de mitigação, atenuemos aspectos menos positivos da intenção comunicativa (2009, p. 25).

Além da discussão sobre a teoria do significado e dos atos de fala, Searle traz também a importância da questão filosófica e ética dos atos de fala indiretos. Pois, não compreender bem o papel, ou, melhor, a natureza dos atos de fala indiretos, resultará numa confusão ética e filosófica, porque nem sempre o que foi dito significa o que foi dito. Searle afirma:

Sendo assim “em ética, é comum supor-se que “bom”, “correto”, “deve”, etc. de algum modo tem um significado imperativo ou “guia de ação”. Essa concepção deriva do fato de que sentenças como “você deve fazê-lo” são frequentemente emitidas como maneiras de mandar o ouvinte a fazer alguma coisa. No entanto, do fato de que tais sentenças podem ser emitidas como diretivas não se segue que “deve” tenha um significado imperativo, tanto quanto não se segue, do fato de “Você pode alcançar o sal?” pode ser emitida como um pedido para que se passe o sal, que pode ter um significado imperativo. Muitas confusões na filosofia moral recente repousam sobre a incapacidade de compreender a natureza de tais atos de fala indiretos (2002, p. 51).

Esse mesmo tópico que apresenta alguns problemas para a filosofia moral, de acordo com Searle tem para os linguistas um interesse adicional em virtude de suas conseqüências sintáticas. Searle demonstra da seguinte maneira:

1. Aluno X: Vamos ao cinema hoje à noite⁹

2. Aluno Y: Tenho que estudar para um exame.

“A emissão de (1) constitui uma proposta em virtude de seu significado, particularmente em virtude do significado de “vamos” (SEARLE, 2005, p. 51). Ainda segundo Searle, emissões literais de frases assim, são geralmente propostas para realização de algo, como nos exemplos que elenca:

3. Vamos comer *pizza* hoje à noite

Ou:

4. Vamos patinar no gelo hoje à noite¹⁰.

Se ao emitir (1) o locutor propõe, de acordo com o contexto apresentado em (3) e (4), pode-se inferir que a emissão de (2) é uma rejeição à proposta apresentada em (1). No entanto, o tipo de emissão (2) não se caracteriza como rejeição de proposta, conforme atesta Searle:

A emissão de 2 no contexto que acabo de indicar constituiria normalmente uma rejeição da proposta, mas não em virtude de seu significado. Em virtude de seu significado, ela é simplesmente um enunciado sobre Y. Os enunciados dessa forma não constituem, em geral, rejeições de propostas, mesmo nos casos em que são feitos em resposta a uma proposta (2002, p. 52).

Eis então um problema trazido pela discussão dos atos de fala indiretos, e que se pode resumir nas questões: como o locutor (X) sabe que a resposta do ouvinte (Y) é uma rejeição de proposta? E como é possível para o interlocutor (Y) ter a intenção que sua emissão seja uma rejeição de proposta? Searle explica da

⁹ Exemplos de Searle

¹⁰ Exemplos de Searle

seguinte maneira: “Digamos que o ato ilocucionário primário realizado na emissão de **Y** seja a rejeição da proposta feita por **X**, e que **Y** o realize por meio da realização do ato ilocucionário *secundário* de fazer um enunciado que tem de se preparar para um exame.” (2002, p. 52).

Sendo assim, é importante observar que, na execução dos atos de fala, os objetivos ilocucionários, ou seja, as intenções, determinarão a força dos atos de fala, inclusive os atos de fala indiretos. Assim, muitas vezes, o locutor realiza mais de um ato ilocucionário com uma mesma emissão. Assim ilustra Almeida:

Não acham que está muito calor aqui dentro?”, em que sob a aparência de um acto ilocutório directivo (levar o alocutário a realizar a acção verbal de concordar ou discordar com o que está expresso no enunciado), o locutor pode estar a realizar o acto ilocutório assertivo equivalente a “Seria bom que alguém abrisse uma janela” (relacionando-se com a verdade daquilo que expressa no enunciado e constituindo-o como uma representação da realidade), (1998, p. 4).

É importante saber o que o locutor quer realizar com seu ato de fala, quais são as intenções, e inferir o significado indireto escondido por trás do que é dito literalmente. Além disso, deve-se atentar para o contexto das emissões dos atos de fala, porque as intenções pretendidas com que é dito extrapolam seu significado literal (pragmático), e exige novos significados, que são inferenciados a partir do contexto de produção dos atos de fala.

Então, como se vê, todo ato de fala carrega consigo uma intenção, uma força ilocucionária, um objetivo e vários significados, que são expressos literalmente no fazer do ato de fala, ou que estão implícitos de forma indireta. Nota-se que qualquer ato de fala, direto ou indireto, se dá através de enunciações e textos dos mais variados gêneros, por isso, cabe uma pequena reflexão sobre os gêneros textuais como palco das ações linguísticas e dos atos de fala.

2. REFLEXÃO SOBRE GÊNERO TEXTUAL

2.1 Da fala para a escrita

As discussões sobre gênero textual na contemporaneidade são muito vastas, mas longe de ser um tema esgotado pelo muito que se fala a respeito, apresentam pontos interessantes que devem ser aprofundados epistemologicamente. De fato, na abordagem do tema gênero textual e discursivo, existem pontos de vista consensuais e outros divergentes, quer sobre aspectos teóricos, quer sobre metodológicos.

As primeiras manifestações de comunicação escrita estavam associadas às coisas concretas como, os pedaços de madeira talhados, às flechas, às plumas, etc. Vanoye (1998) descreveu uma evolução da escrita em três etapas, as quais chamou de sintética, em que o signo representa toda uma frase ou o conjunto de ideias contido na frase. Analítica, os signos passam a representar as palavras. Fonética, marca os sons das palavras. Assim, desde os pequenos entalhes em pedaços de madeira, dos desenhos e figuras rupestres aos hieróglifos egípcios, às tabuletas mesopotâmicas de argila, etc., nota-se um processo evolutivo das formas de registro e de representação da linguagem. Formas encontradas pelo humano para marcar a sua passagem pelos locais, gravando figuras representativas das atividades de caça, marcação do tempo e a própria experiência da vida.

Manguel (1997) fez uma descrição da história da leitura e da escrita afirmando que esta surgiu da necessidade de registrar, controlar e dominar, sobretudo, a fala. Marcar em algum lugar ou de alguma forma, fidedignamente, os sons e as maneiras como se falava.

Junto com a invenção da escrita, apareceram as oportunidades de registrar os gêneros textuais orais, além do surgimento de novos gêneros a partir das demandas que a sociedade exigia como instrumentais de organização social, como as leis, éditos e decretos, etc.

Nesse processo histórico do surgimento da escrita, destacou-se uma figura que se considerava superior às outras, justamente pelo poder da escrita. Tratava-se do escriba, uma figura que exercia seu poder no silêncio da sua atividade, registrar informações. Com isso, ele produzia instrumentos de controle que eram colocados a serviço da sociedade, ou seja, os escribas produziam textos. Assim, “O escriba era a mão, os olhos e a voz por meio dos quais se estabeleciam comunicações e se decifravam mensagens” (MANGUEL 1997, p. 208). Esses domínios da escrita e da leitura eram muito difíceis nas sociedades patriarcais e nas civilizações antigas, pois, poucos detinham o privilégio desse saber. Só o escriba era capaz de escrever e de decifrar as escrituras, portanto, era ele o responsável pela manutenção do status quo das sociedades antigas e das suas formas de controle e de poder. Para isso, escrevia textos.

Assim, quem escrevia, participava ativamente da esfera do poder, e era visto como alguém essencial para a manutenção do sistema. Diante disso, os escribas sentiam-se orgulhosos da sua atividade e da sua condição social. Eles sentiam-se donos do poder, porque sabiam ler e escrever.

2.2 Gêneros textuais: incursão histórica

O estudo dos gêneros pode ser verificado desde tempos antigos, Platão e Aristóteles são duas autoridades do passado antigo que fizeram estudos sobre o tema e até hoje são referências no assunto. Borges (2012) atesta que na antiguidade clássica, os gêneros receberam sua classificação de acordo com os elementos que os definiam, ou caracterizavam, como a forma (prosa ou verso), composição (expositiva, representativa ou mista) e conteúdo (subjetivo ou objetivo). Classificavam-se nas seguintes categorias de gêneros: épico, lírico e dramático. Platão apresentou algumas singularidades relacionadas a esses gêneros classificando-os em três modalidades ou três espécies de poesia ou de ficção: “Uma espécie inteiramente imitativa, em que intervêm apenas as personagens; uma espécie simples, em que intervêm apenas o autor; uma espécie mista, e que

intervêm o autor e as personagens” (Silva, 2015, p. 3). A classificação de acordo com essas três modalidades foi detalhada da seguinte maneira:

De facto, a tipologia de espécies originalmente proposta por Platão continua a ser usada de forma generalizada nos estudos literários, embora com designações diferentes:

- no modo dramático (que equivale à espécie inteiramente imitativa), são incluídos os textos literários em que apenas intervêm as personagens;
- no modo lírico (que equivale à espécie simples), inserem-se os textos literários em que apenas intervém o autor;
- no modo narrativo (que equivale à espécie mista), são integrados os textos literários em que intervêm o autor e as personagens (SILVA, 2015, p. 3).

Classificar um texto, contudo, é uma atividade complexa, pois, um texto pertencente a uma modalidade pode também incluir elementos característicos de outra modalidade, como, por exemplo, um texto narrativo pode apresentar elementos da modalidade do texto lírico, como ocorre nos *Lusíadas*. Sobre essa questão, Reis afirma:

Parece claro [...] que a condição modal não anula a possibilidade de interferências ou contaminações, quase sempre insuficientes, contudo, para porem em causa uma determinada tendência marcante, de feição lírica, narrativa ou dramática” (*apud* SILVA, 2015, p. 4).

A clássica tipologia de Platão, que agrupa os gêneros literários em três categorias: o gênero épico (discurso narrativo), o gênero lírico (discurso poético) e o gênero dramático (discurso imitativo) cada um desses gêneros podem agrupar diversos subgêneros:

No plano literário, a poética clássica, desde Platão e Aristóteles, estabeleceu os fundamentos semânticos (mundo representado), enunciativos, estilístico-formais e pragmáticos para construir a famosa tripartição de gêneros que ainda hoje perdura na sua essencialidade, com as alterações e as inovações resultantes da evolução histórica da própria literatura: o gênero lírico, o gênero épico ou narrativo e o gênero dramático. Cada um destes gêneros compreende diversos subgêneros, resultantes nalguns casos da sua mescla ou do seu hibridismo (COSTA & AGUIAR E SILVA *apud* SILVA 2015, p. 9).

Na Idade Média o que distinguia um gênero de outro era a referência aos três estilos, que nas palavras de Borges eram: elevado, médio e humilde, distinção que se baseava no aspecto literário e social, pois, consideravam o papel social dos personagens na obra para poder classificá-la. Esse modelo baseado nos clássicos e adotado pelos renascentistas, entra em decadência no século 18, devido às grandes revoluções que ocorreram nesse período introduzindo novas concepções e novas formas de percepção do mundo. Ainda segundo Borges, o século 19 traz novas tendências e novos conceitos sobre gêneros textuais a partir das novas ciências da Linguagem e da própria Linguística. E, por todo o século 20 e início do século 21, como atesta Borges, surgiram várias perspectivas para a definição de gêneros textuais entre elas:

- a) socio-histórica e dialógica (Bakhtin);
- b) sociorretórica e sócio histórica cultural (Carolyn Miller, John Swales, Charles Bazerman, Amy Devitt);
- c) interacionista e sociodiscursiva de caráter psicolinguístico e atenção didática voltada para a língua materna (Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz e Jean Paul Bronckart);
- d) comunicativa (Steger, Gülich, Bergmann, Berkenkotter);
- e) sistêmico-funcional (Halliday);
- f) sociorretórica de caráter etnográfico voltada ao ensino de segunda língua (Swales, Bhatia);
- g) análise crítica (N. Fairclough, G. Kress), (2012, p. 121).

A perspectiva bakhtiniana traz o destaque para os fatores sociais como determinantes para a classificação dos gêneros textuais. Esse trabalho mescla algumas das apresentadas acima, pois parafraseando as palavras de¹¹ Geraldi (2010), tanto a Análise do Discurso quanto a Linguística Textual

¹¹ A partir desse ponto, AD para Análise do Discurso; e LT para Linguística Textual.

apresentam pontos comuns entre texto e discurso. Ambas concebem o texto ou o discurso como uma unidade; preocupam-se com os processos da textualidade (coesão e coerência) mais do que com a entidade, a realidade textual; percebem o texto ou discurso como lugar de regularidades, estabilidades, instabilidades e relações; e como loco linguístico da manifestação social.

Então, os textos sempre estiveram a serviço das demandas sociais. Apareceram para suprir uma necessidade comunicativa e para cumprir uma função social objetiva, pois, “Quando denominamos um gênero textual, não denominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares” (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Assim, segundo Fávero e Koch (2012) a LT, na tentativa de criação de uma gramática textual, apresentou diferentes momentos de concepção e conceituação do texto, como uma sucessão de unidades linguísticas constituídas mediante uma concatenação pronominal ininterrupta, ou o resultado de operações de integração, sequências de signos verbais sistematicamente ordenados. Já o discurso, visto como unidade observável e interpretável quando se vê ou se ouve uma enunciação, noutras palavras: texto é unidade teórica e o discurso é o que subjaz ao texto. Assim, um mesmo discurso pode perpassar diferentes textos, pois, estes são as formas de materializar o discurso na linguagem. Essas diferentes concepções de texto e de discurso acabaram causando confusão, porque, ora são empregados como sinônimos, ora como categorias distintas. Porém, segundo estas palavras: “O domínio discursivo não abrange um gênero particular, mas dá origem a vários gêneros textuais” (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Sendo assim, os gêneros para AD e LT devem ser vistos como o campo onde se dão as relações de linguagem, ou seja, a análise semântica e pragmática das funções gramaticais e as relações semânticas que as palavras e as frases assumem no texto. De modo que o foco dessas ciências não está no texto em si, mas nas relações de linguagem que se podem estabelecer no texto, visando uma função comunicativa. De acordo com Fiorin: “Os gêneros estão sempre vinculados a um domínio da atividade humana, refletindo suas condições específicas e suas finalidades” (2008, p. 62).

Diante disso, só pode haver comunicação se houver um discurso organizado (coerente e coeso) que se valha de uma estrutura, uma “forma estável”, ou seja, um gênero textual, suporte da comunicação, para que esta cumpra o seu papel, exerça sua função na sociedade. Como se atesta na afirmação: “A construção composicional é o modo de organizar o texto, de estrutura-lo” (FIORIN, 2008, p. 62). E por outra forma:

“Os gêneros são tipos de enunciados relativamente estáveis, caracterizados por um conteúdo temático, uma construção composicional e um estilo. Falamos sempre por meio de gêneros no interior de uma dada esfera de atividade” (FIORIN, 2008, p. 61).

Por sua vez, Marcuschi defende como uma de suas teses centrais, que a comunicação verbal é impossível sem o gênero e o texto, porque “toda manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero” (2008, p. 154). Segundo Marcuschi:

Os gêneros são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilo concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (2008, p. 155).

De acordo com Bentes e Rezende (2008), a essas concepções acrescenta-se a concepção helmsleviana, de que o texto é “uma manifestação da língua”, que tem princípios e regras estruturais. O texto é “uma mera forma de existência da língua”, que segue uma estrutura sintagmática. Então, qualquer ato de linguagem é um texto, visto possuir “estrutura sintagmática”. Enquanto a língua tem estrutura “paradigmática”.

Saussure, no *Cuors de Linguistique Generale* (1916), foi o primeiro a mostrar essa dualidade entre língua e fala (*langue/parole*), estrutura sintagmática e paradigmática, significante e significado, etc., unidades que são opostas, mas só fazem sentido em relação à outra. Sobre isso, atesta-se: “Realmente, tudo na linguagem tem de ser definido em termos duplos; tudo traz a marca e o selo da dualidade opositiva” (BENVENISTE, 1976, p. 43). Contudo, se tirarmos uma, a outra perde seu sentido, uma só existe em relação à outra. Ambas se

complementam e têm sentido se estiverem e funcionarem em conjunto, em relação. Esses conceitos também se aplicam ao discurso que se manifesta nos gêneros de texto.

Para Helmslev, toda unidade linguística é um texto e, ao mesmo tempo, parte integrante de um todo do texto. Texto é língua em uso. Sobre a unidade linguística, pode-se afirmar: “A frase pertence bem ao discurso. É aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso” (BENVENISTE, 1976, p. 139). Mas ela é unidade na “medida em que é um segmento do discurso”. Assim, a frase pertence ao discurso. E com ela, passa-se de uma concepção de língua como sistema, para uma concepção de língua como instrumento de comunicação que se expressa através do discurso.

Vale salientar que as regras do texto são diferentes das regras do sistema da língua, “[...] podemos dizer que um texto é sempre situacionalmente condicionado, ao passo que a língua não” (MARCUSCHI, 2009, p. 38). Como sistema, a língua permite uma série de organização e combinação de palavras e frases, um verdadeiro jogo de quebra-cabeça em que as peças podem ser organizadas de acordo com a intenção, a capacidade cognitiva do jogador e outras várias possibilidades. Enquanto o texto não permite todas essas possibilidades de variação, pois, conforme foi visto acima, é situacionalmente condicionado, ou seja, tem uma só forma e uma situação comunicativa. Assim, o que o diferencia muito do sistema puramente abstrato da língua é o seu caráter funcional, que Marcuschi nomeia de “categorias funcionais”.

De acordo com Marcuschi devem-se reconhecer, que as fronteiras entre texto e discurso não estão bem delineadas, havendo mais interação e intercâmbio entre eles do que separações. Assim, afirma.

[...] esta distinção entre texto e discurso é hoje cada vez mais complexa, já que em certos casos são vistas até como intercambiáveis. A tendência é ver o texto no plano das formas linguísticas e de sua organização, ao passo que o discurso seria o plano do funcionamento enunciativo, o plano da enunciação e efeitos de sentido na sua circulação sociointerativa e discursiva envolvendo outros aspectos (2008, p. 58).

Por sua vez, Fávero considera que “o discurso é manifestado, linguisticamente, por meio de textos [...]” (1983, p. 7). Assim, o texto está para a questão estrutural, formal, objetiva e concreta de uma produção comunicativa expressa linguisticamente ou expressa através de outras linguagens. Uma feliz definição de texto dada por Marcuschi, afirma: “O texto não é uma unidade virtual e sim concreta e atual; não é uma simples sequência coerente de sentenças e sim uma ocorrência comunicativa” (2009, p. 29). Enquanto o discurso está para a práxis interativa e comunicativa, que se vale do texto como um objeto concreto para sua efetivação. Então, o discurso está no texto e o determina. Como reitera Marcuschi: “[...] discurso é visto como uma prática e não como um objeto ou um artefato empírico” (2008, p. 58).

Segundo essas afirmações, percebem-se, por um lado, a ênfase na entidade, na estrutura e na forma, como os elementos definidores do gênero textual; e, por outro lado, o destaque para o discurso na função prática e no que se pode realizar pragmaticamente por meio do texto, “[...] o discurso é ao mesmo tempo, portador de uma mensagem e instrumento de ação” (BENVENISTE, 1976, p. 84).

Silva (2008), por seu turno, propõe que se estabeleça uma hierarquização entre tipos de discursos e gêneros discursivos. Ele apresenta a ideia de que os tipos de discursos determinam os gêneros discursivos. Assim, os tipos de discursos são institucionalizados e as instituições são as produtoras das atividades textuais. Os tipos de discursos determinam a produção dos diversos textos. O discurso religioso, produzirá orações, sermões, parábolas, encíclicas, bulas, homilias, missas, cultos, etc. O discurso jornalístico, a produção de gêneros discursivos diversos como o editorial, a notícia, a reportagem. “Cada tipo de discurso congrega todos os textos produzidos no âmbito de uma instituição que se dedica a um determinado domínio de atividade, caracterizado entre outras coisas pela produção de textos” (SILVA, 2008, p. 90).

Percebe-se que toda ação linguística se realiza através de um determinado gênero com o fim de cumprir uma função. Assim, os fatos de caráter social e interacional da linguagem se fazem por meio dos textos. Guimarães atesta: “O discurso manifesta-se linguisticamente por meio de textos, materializa-se sob a

forma de texto por meio do qual se pode entender o funcionamento do discurso” (2009, p. 95).

O texto configura-se peça fundamental para a realização da língua, pois, é por meio dele que tudo acontece na comunicação entre os sujeitos. Sem o fenômeno “texto” nem mesmo o sujeito seria possível. Pois, não haveria forma de afirmação e realização do sujeito cognoscente sem o fenômeno da linguagem, que se manifesta socialmente através da realização textual. Entendendo bem que o texto não se resume a um apanhado de escritas combinadas, mas em um todo que significa, que comunica, quer seja escrito ou quer não. Como assevera Benveniste: “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura” (1976, p. 140).

Por sua vez, Marcuschi categoriza: “O texto não é uma unidade virtual e sim concreta e atual; não é uma simples sequência de sentenças e sim uma ocorrência comunicativa” (2009, p. 29). Nesse caso, o gênero textual é o palco para a manifestação do código linguístico escrito e tudo que ele pode construir de sentidos e funções por meio do texto. Salientando que o discurso textual não aparece apenas na forma do código escrito, mas em diferentes formas de outros códigos de linguagens que vão da oralidade, pintura, música, dança, cores, etc., pois, qualquer peça que signifique alguma coisa, que encontre alguém que o interprete, que o entenda; pode ser categorizado como texto.

É no texto, com o texto e para o texto que começa o exercício da linguagem. Segundo Benveniste (1976) é aí que começa a linguagem. Mas esse discurso textual não é neutro, aleatório, nem inocente, ele tem intenções, pois Benveniste atesta que “[...] é preciso entender discurso na sua ampla extensão; toda enunciação que supunha um locutor e um ouvinte e, no primeiro a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (1976, p. 267). Por isso a negativa de discurso neutro, aleatório e inocente. Pelo contrário, o locutor, ao valer-se desse recurso, realiza sempre uma dupla função, pois, como foi visto, o discurso é ao mesmo tempo, portador de uma mensagem e instrumento de ação. Nesse sentido, as configurações da palavra são cada vez únicas, embora se realizem no interior e por intermédio da linguagem.

Tanto para a Análise do Discurso quanto para a Linguística Textual, texto e discurso são distintos, mas apresentam pontos em comum, de maneira que não há discurso desprovido da sua forma materializada, (texto), nem há materialização, (forma), sem o fenômeno do discurso. Contudo, há de se fazer a distinção entre texto e discurso sem esquecer que ambos são faces da mesma moeda. De acordo com Orlandi:

[...] posso dizer que texto e discurso se equivalem, entretanto, em níveis conceptuais diferentes: discurso é conceito teórico e metodológico e texto é conceito analítico. Por isso é possível tratar um texto sob outros aspectos que não o discursivo e aí texto e discurso se distinguem (1987, p. 116).

Essa discussão sobre gênero textual ganhou importância com o advento da Linguística, porque, além da própria Linguística e da Análise do Discurso, muitos campos de estudos tratam da problemática dos gêneros, por viés e prismas distintos, como a Semiótica, a Pragmática e a Retórica.

Bawarshi e Reiff (2013) fazem uma historiografia do gênero textual, abordando as várias concepções do tema ao longo do tempo. Começando por Todorov (1975) que faz uma abordagem do gênero literário a qual chama de “Abordagens Teóricas e Históricas”. Tomando essa concepção de Todorov, Bawarshi e Reiff examinam duas tradições literárias denominadas de “a neoclássica e a estruturalista”. Segundo essas abordagens teóricas, os gêneros são definidos a partir das categorias analíticas e não a partir dos textos reais produzidos e veiculados na sociedade. Assim, essas teorias aplicam aos textos as categorias *a priori*, com o fim de classificá-los, conceituá-los, numa relação de conhecimento que domina o objeto pela teoria, mas não o conhece, na prática, no uso, nem mesmo sabe explicar como esses gêneros surgem nos mais diversos contextos sociais.

Gérard Genette descreveu: “Como as taxonomias literárias neoclássicas têm sua base na famosa tríade: lírica, épica e dramática, erroneamente atribuída a Aristóteles, quando na verdade se trata mais de um produto das poéticas romântica e pós-romântica” (*apud* BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 30). Segundo a crítica dessa teoria, a pretensão da visão neoclássica tradicional não se resume a classificação e a descrição dos tipos de textos literários, mas apresenta como objetivo primeiro

o esclarecimento das próprias tradições neoclássicas de textos. As taxonomias, organização dos textos, segundo a crítica, geram a descontextualização da produção escrita, porque universalizam os textos em classificações ideológicas que não representam muitas vezes as demandas e exigências históricos-sociais, o que gerou, no ensino da escrita, situações de produção de textos descritivos, narrativos e dissertativos, muitas vezes, totalmente alheios à realidade contextual dos estudantes.

Por outro lado, Frye em *Anatomia da crítica*, lança as bases para uma análise estruturalista dos gêneros literários, com uma crítica às taxonomias dos gêneros literários. Segundo ele, a crítica ao texto literário não deveria partir dos pressupostos ideológicos e subjetivos do crítico, mas a partir de um estudo “[...] sistemático dos textos literários que busquem um ‘princípio coordenador’ através do qual se possam identificar e descrever os textos literários como parte de um todo mais amplo” (*apud* BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 32). Contudo, segundo Frye, os textos literários se organizam a partir de “conjuntos de arquétipos finitos”.

Enquanto as abordagens neoclássicas das categorias, épica, lírica e dramática, classificam e explicam os gêneros literários e sua relação de produção de forma abstrata; as abordagens estruturalistas se preocupam em explicar como os gêneros “sócio-historicamente” situados moldam ações, identificações e representações literárias específicas” (BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 33). A abordagem estruturalista dos gêneros reconhece o poder que eles têm de moldar a interpretação e produção textuais. Porém, essas abordagens esquecem que não são apenas os gêneros literários capazes de organizar e gerar práticas e realidades sociais, todos os gêneros são capazes de ajudar a criar essas realidades tão importantes para o ensino da escrita.

Na concepção das abordagens romântica e pós-romântica, o gênero não tem o mesmo poder de criar realidades sociais. O gênero é pura liberdade, uma vez que classificar qualquer obra estética como gênero seria muito limitador. Reitera-se: “O que importa, afinal, é a singularidade do texto literário, que excede o(s) gênero(s) que ele realiza” (BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 38).

Nas abordagens da estética da recepção, duas vertentes são verificadas, uma seguindo orientações de Derrida, que vê o texto como um

desempenho do gênero, e, a outra, o vê como uma performance do leitor, mais notadamente do crítico literário. Confirmam isso dizendo: “Dentro de tal abordagem, o gênero se torna um argumento feito pelo crítico sobre um texto” (BAWARSHI & REIFF 2013, p. 38).

Por seu turno, as abordagens dos estudos culturais, “[...] tendem a problematizar as fronteiras tradicionais entre gêneros literários e não literários, de forma a reconhecer que todos os gêneros refletem e moldam textos e ações sociais” (BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 42).

Contudo, quer sejam gêneros literários, que sejam gêneros não literários, segundo Pêcheux:

[As] formas discursivas [...] determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um discurso público, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma dada posição, em uma determinada conjuntura: o ponto essencial aqui é que não se trata somente da natureza das palavras usadas, mas também (e sobretudo) das construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que elas determinam a significação que assumem essas palavras [...] as palavras mudam de sentido, segundo as posições definidas por aqueles que as usam; [...] as palavras ‘mudam de sentido’ passando de uma formação discursiva para outra (*apud* ADAM, 2011, p. 44).

Assim, conforme as palavras mudam de sentido de acordo com as formas discursivas, reforçam o que foi dito por Marcuschi (2009) que as regras da língua são diferentes das regras do texto e do discurso. Porque o texto tem categorias funcionais e não abstratas como as do sistema linguístico. Por sua vez, Adam (2011) reitera que o discurso pode ser definido a partir de dois traços distintos: “estabilização pública e normativa, e possibilidade de um status institucional”. Essa “estabilização pública e normativa” que ele destaca, pode ser localizada facilmente nos gêneros de discurso, pois, as “formas discursivas”, são quem determinam o que pode e deve ser dito. Então, o texto, dependendo da situação sócio-pragmático-discursiva, será de um gênero ou de outro, de um tipo ou de outro, mas sempre será uma forma comunicativa concreta e atual, em cujo espaço as palavras e as sentenças se organizam para cumprir uma função comunicativa. Essa função comunicativa, pode-se afirmar, não está somente na superfície do texto, mas a transcende para além da estrutura normativa e

institucional que o delimita e o determina. Conforme salienta Adam “Todo texto constrói, de uma forma mais ou menos explícita, seu contexto de enunciação” (2011, p. 56). Mas também afirma noutra parte:

Essa operação de construção interpretativa do sentido de enunciado passa por um movimento que vai de um texto a outro, de textos a textos, em um conjunto definido como corpus de textos. Esse corpus de textos é construído na análise como uma rede, dando aos outros enunciados um sentido que excede os limites do texto (2011, p, 54).

Ao referir-se ao texto na AD, Orlandi afirma: “[...] o linguístico e o discursivo se comunicam” (Orlandi, 1987, p. 110).

A ideia de texto de Benveniste, o vê como uma unidade de análise superior à frase, que faz parte da língua, não o dissocia do seu amplo papel como formas de ação da linguagem. Sobre a questão da frase como unidade de análise do discurso, segundo Adam: “[...] dificilmente pode ser mantida como unidade de análise textual. Ela é, certamente uma unidade de segmentação (tipo)gráfica pertinente, mas sua estrutura sintática não apresenta uma estabilidade suficiente” (2011, p. 104).

É interessante perceber o texto dentro das relações de produção e funcionamento do discurso que Orlandi chama: “[...] condições de produção” (1987, p. 110). Estas condições de produção, exterioridade e processo histórico-social dão caráter constitutivo do discurso. Portanto, a função do discurso não é apenas de informar ou persuadir, mas tudo isso, por via do texto.

2.3. Uma visão retórico-discursiva

Desde suas origens, a retórica preocupava-se mais com a persuasão dos ouvintes do que com a estruturação do texto propriamente dita. O que lhe importava era a arte persuasiva da oratória e não a forma como o discurso se materializava, ou seja, o texto. Essa preocupação cabia mais a estilística, que a retórica. Hoje, com a discussão em torno dos gêneros e dos discursos, a retórica assume também outros papéis que não estavam previstos em suas origens, como

é o caso de discutir o próprio gênero textual nas suas relações sociais e nas ligações entre textos e contextos. Principalmente como estudos retóricos de gênero, usando as palavras de Bawarshi e Reiff: [...] tendem a se concentrar mais em como os gêneros capacitam os usuários a realizar retórica e linguisticamente ações simbólicas situadas, e ao fazer isso, desempenham ações e relações sociais, cumprem papéis sociais e moldam realidades sociais” (2013, p. 81).

Sob o ponto de vista da retórica, Miller propõe o seguinte tipo de classificação de gênero:

A classificação que proponho é, na verdade, etnometodológica: ela busca explicar o conhecimento que a prática cria. Essa abordagem insiste em que os gêneros de facto, os tipos para os quais temos nomes na linguagem cotidiana, nos dizem algo teoricamente importante sobre o discurso. Para considerá-los como gêneros potenciais, tais discursos comuns – como a carta de recomendação, o manual do usuário, a prestação de contas, o bilhete de resgate, a aula e a declaração de posição política, como também o elogio fúnebre, a apologia, o discurso inaugural, o processo público e o sermão – não trivializam o estudo dos gêneros; antes, levam a sério a retórica em que estamos imersos e as situações em que nos encontramos. (2012, p. 27).

Assim, para Miller, o termo gênero deve ser “limitado a um tipo particular de classificação de discurso, baseada na retórica e organizada em torno de situações pragmáticas” (2012, p. 27). Essas situações são constructos sociais, uma vez que a ação humana é baseada e guiada por sentidos. Portanto, segundo a autora, não são constructos materiais e objetivos, mas constructos sociais, em cujo “centro da ação encontra-se um processo de interpretação”. Esse processo de interpretação se dá pela capacidade de tipificar as coisas para a construção do conhecimento e da comunicação entre interlocutores. Assim, Miller afirma: “A comunicação bem-sucedida requer que os participantes compartilhem tipos comuns” (2012, p. 30). Esses tipos comuns são textos que estão sempre em atuação nos meios sociais. Então os gêneros podem ser definidos hierarquicamente pelas associações de situações retóricas recorrentes dentro de uma determinada sociedade ou de acordo com a cultura:

Mas se definirmos gênero por sua associação com as situações retóricas recorrentes, o nível hierárquico exato em que a abstração chamada gênero ocorre será determinado por nosso senso de recorrência das

situações retóricas; isto variará de cultura para cultura, segunda as tipificações disponíveis (Miller, 2012, p. 38).

Nesse processo de hierarquização, os gêneros são categorizados às vezes como discursos que formam um todo no texto; outras vezes são categorizados como um conjunto de unidades, palavras, sentenças, atos de fala e textos. Essa hierarquização segundo afirma Miller: “[...] tem a ver com sua significância retórica, isto é, o modo como funciona enquanto fonte de significado” (2012, p. 38).

Então, o gênero deve ser visto partir de uma compreensão retórico-prática e da compreensão de discurso que uma sociedade tem de gênero, como maneira de agir socialmente. Essa forma de compreender o gênero, não serve para classificá-lo, o que reforça a ideia do papel original da retórica, que não estava preocupada numa classificação formal do discurso, mas em como aplicá-lo corretamente para persuadir o ouvinte a agir segundo às intenções do locutor. Sobre esse ponto, Bawarshi e Reiff enfatizam: “A retórica permite que os seres humanos atuem na realidade social e também que a construam, usando a linguagem simbolicamente para estabelecer identificação e induzir à cooperação” (2013, p. 84).

Sendo assim, não é próprio da retórica fazer uma classificação dos gêneros, até porque eles estão em constante evolução e seu número é indeterminado, dependendo da complexidade e da diversidade social. Dentro dessas perspectivas retóricas de gêneros, Miller apresenta algumas características particulares de gênero muito pertinentes:

1. O gênero se refere a uma categoria convencional de discurso baseada na tipificação em grande escala da ação retórica; como ação, adquire significado da situação e do contexto social em que essa situação surgiu.
2. Como ação significativa, o gênero é interpretável por meio de regras; regras de gênero ocorrem num nível relativamente alto de uma hierarquia de regras para interações simbólicas.
3. O gênero é distinto de forma: forma é o termo mais geral usado em todos os níveis da hierarquia. O gênero é uma forma num nível particular, que é a fusão de formas de níveis mais baixos e a substância característica.

4. O gênero serve como a substância de formas em níveis mais altos; como padrões recorrentes do uso linguístico, os gêneros ajudam a construir a substância de nossa vida cultural.

5. Um gênero é um meio retórico para a mediação das intenções privadas e da exigência social; ele é motivador ao ligar o privado com o público, o singular com o recorrente (2012, p. 39).

Essas ideias sobre o gênero foram aprimoradas pela própria autora numa segunda fase do seu pensamento, a partir da qual, ela começou a repensá-lo noutras perspectivas. Miller percebeu “gênero como ação social” que evolui de acordo com a própria evolução da sociedade. Como as sociedades estão em constantes mudanças culturais e de valores, é natural que os gêneros também passem por essas mudanças evolutivas, pois, o que funcionava numa determinada sociedade como “ação social”, pode perfeitamente não funcionar em outras, pois, como afirma Miller: “Certamente aparecem conjuntos distintos de gêneros em diferentes tempos e lugares” (2012, p. 45).

Por sua vez, Marcuschi enfatizou que os gêneros não são estruturas estanques, eles estão em constante mudança porque são produtos de ações culturais e sociais que se materializam através da linguagem. É na linguagem posta em prática que os gêneros ganham corpo e sentido. Mas, mesmo concebidos como entidades concretas e significativas, os gêneros não se petrificam numa estrutura rígida, imaleável, mas são dinâmicos como Marcuschi atesta:

Desde que não concebamos os gêneros como modelos estanques, nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem, temos que ver os gêneros como entidades dinâmicas (2008, p. 156).

Para Swales, “Gêneros são ações linguísticas e retóricas que envolvem o uso da linguagem para comunicar algo a alguém, em algum momento, em algum contexto e para algum propósito” (*apud* BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 65). Por isso eles variam em sua prototipicidade. Assim, o que mais vale para a definição do gênero é o seu propósito comunicativo e não o seu protótipo, seu modelo. Então:

É a lógica subjacente ao gênero que molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe a escolha de conteúdo e estilo [...] a lógica subjacente determina o leque possível de opções

substanciais, estruturais, sintáticas e lexicais do gênero (BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 66).

Assim, o gênero não assume a mesma função social em todas as sociedades, apresentando caráter funcional e conceitual distintos. Miller deixa isso claro quando faz uma comparação entre os gêneros de discursos, “deliberativo, jurídico e epidíctico” que os atenienses faziam uso em situações recorrentes.

Sobre as situações recorrentes Bawarshi e Reiff dizem que “[...] os gêneros atuam como meios simbólicos de estabelecer identificação e cooperação social” (2013, p. 84). Entretanto, mesmo em situações recorrentes, se tomar o discurso jurídico ateniense e compará-lo com o discurso jurídico norte americano, notar-se-ão enormes diferenças. Miller afirma:

Não nos serve de grande coisa caracterizar como gênero jurídico o discurso que acontece nos nossos tribunais no mesmo sentido de Aristóteles: existem diferenças substantivas e processuais demais – as leis, os procedimentos para a tomada de decisão (o tamanho do corpo de jurados, a distinção entre juiz e jurados), as regras da prova, as definições de crimes, as punições possíveis, tudo é bastante diferente. (2012, p. 46).

O que é bastante claro e decisivo na teoria de gênero textual de Miller é a ideia de que em situações recorrentes, há uma fusão de formas que produzem ações tipificadas, ou seja, os gêneros ajudam os indivíduos a produzir ações em seu ambiente de uso, de acordo com as exigências sociais ou mesmo privadas. Assim diz Miller:

Ao construir discurso, lidamos com propósitos não somente em um nível, mas em vários. Aprendemos a adotar motivos sociais como maneiras de satisfazer as intenções privadas através da ação retórica. É assim que as situações recorrentes parecem “convidar” discursos de um tipo particular (2012, p. 37).

Como bem salientou Marcuschi, os gêneros variam em dinamicidade para atender as demandas sempre mutáveis da sociedade. Assim, o termo “gênero”, segundo palavras de Miller:

[...] poderia, sob circunstâncias diferentes, ser aplicado à classe de todos os discursos públicos numa sociedade [...] a compreensão de gênero retórico baseia-se na prática retórica, nas convenções de discurso que uma sociedade estabelece como maneiras de “agir junto” (2012, p. 38).

Bakhtin (2014), por sua vez, enfatiza a questão das ideologias das ações interacionais dos atos de fala, dos discursos e das palavras enquanto signos, pondo em evidência o fenômeno da mudança dos discursos através dos tempos e das culturas, mostrando que cada época e cada grupo social têm seu próprio acervo de formas de discurso, que é ideologicamente empregado para cada tipo de ação comunicativa. As formas de discurso agrupam-se dentro do gênero, ou seja, cada forma de discurso social corresponde um grupo de temas. Assim, na sua teoria prevalece a questão da função interativa da linguagem e de suas peças de comunicação, como destaca Bakhtin:

[...] as conversas de corredor, as trocas de opinião no teatro e, no concerto, nas diferentes reuniões sociais, as trocas puramente fortuitas, o modo de reação verbal em face das realidades da vida e dos acontecimentos do dia-a-dia, o discurso interior e a consciência autorreferente, a regulamentação social, etc. (Bakhtin, 2014, p. 43).

Sobre a interatividade do sujeito, Faraco afirma: “Atrás do texto há sempre um sujeito, uma visão de mundo, um universo de valores com que se interage” (2009, p. 43). Esses sujeitos que interagem entre si, o fazem através de textos que dialogam com outros textos, se adequam as diferentes situações sociais e culturais nas quais são recorrentes. Por isso, o gênero de discurso (texto) não pode ser concebido apenas na cristalização e tipificação de um conceito estável e rígido, mas aos modos de Bakhtin, numa combinação de estabilidade e mudança. Conforme reitera Faraco: “[...] uma compreensão dos gêneros que combina estabilidade e mudança; reiteração (à medida que aspectos da atividade recorrem) e abertura para o novo (à medida que aspectos da atividade mudam)” (2009, p. 128).

Para Miller, os gêneros são formas de ação social. Sendo assim, os gêneros são repertórios de formas de discursos que desempenham uma função comunicativa ideológica através da interação social. Toda peça comunicativa está

sempre recheada do elemento ideológico. Assim, o gênero cumpre uma função comunicativa ideológica capaz de modificar a realidade ou de criar uma realidade.

Swales prioriza que os gêneros são formas de ação comunicativa. O gênero textual, como ação social ou como ação comunicativa. Seu destaque é o caráter dinâmico. Desse modo, os gêneros, como formas de ação social ou como formas de ação comunicativa, são maneiras práticas que os sujeitos encontram para desenvolver todos os tipos de relações sociais e comunicativas. Swales (1998) defende em seu estudo sobre o texto, que os gêneros ajudam a conectar “modos de vida” a “modos de texto”.

Segundo as abordagens ESP¹² voltadas para os traços estruturais dos gêneros, eles ajudam à comunidade a realizar seus objetivos comunicativos. Assim, muitas vezes, as análises dos gêneros partem dos propósitos da comunicação. A partir dessas abordagens, os gêneros são definidos como forma de ação comunicativa, segundo a sequência contexto-texto.

Os estudos retóricos enfatizam que os gêneros capacitam os usuários a realizarem e desempenharem “ações e relações sociais”. Assim, os estudos retóricos dos gêneros¹³ concentram suas atenções nos papéis que os gêneros ganham ao ajudarem a reproduzir ações sociais práticas. Como sublinham Bawarshi e Reiff:

Os estudiosos em ESP tendem a compreender os gêneros como ferramentas comunicativas situadas em contextos sociais, os estudiosos em ERG tendem a compreendê-los como conceitos sociológicos que medeiam modos textuais e sociais de conhecer, estar e interagir em contextos determinados (2013, p. 81).

¹² (English for Specific Purposes – ESP).

¹³ Estudos Retóricos dos Gêneros – ERG.

Essas ideias de gêneros a partir das concepções de ERG, concordam com a concepção performativa e sociológica de gênero conforme está em Bazerman¹⁴, que diz:

Gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser. São enquadres para a ação social. São ambientes para a aprendizagem. São os lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. Os gêneros são os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros e são os modelos que utilizamos explorar o não familiar (*apud* BAWARSHI & REIFF, 2013: 82).

Essa concepção de gêneros como “formas de vida” e “modos de ser” é a indicação de que os gêneros não são estruturas neutras que apenas desempenham o papel comunicativo. Eles são ideológicos porque moldam ações, não apenas pela persuasão, mas pela identificação. Como disse Miller, são “maneiras de ‘agir junto’”.

Assim, os gêneros, segundo a nova retórica, não se guiam pela máxima “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. A identificação retórica está muito mais enfática, por isso mesmo, mais persuasiva, porque exige o compromisso e a posição ideológica de quem produz com o que produzido por meio dos gêneros. Sendo o sujeito mesmo responsável pela ação persuasiva através da identificação. A este propósito Burke anota que, na velha retórica a palavra-chave era persuasão, cuja ênfase recaía na intenção deliberada de convencer alguém, enquanto na nova retórica a palavra-chave é a identificação. Assim afirma Burke¹⁵:

Quanto à relação entre "identificação" e "persuasão": seria bom manter em mente que o interlocutor persuade o público com o uso de identificações estilísticas; sua ação de persuasão pode ser para o propósito de fazer com que o público se identifique com seus interesses;

¹⁴ Bazerman (2006) (*apud* Bawarshi & Reiff, 2013: 82).

¹⁵ Tradução de Milton Luiz Torres.

e o interlocutor depende dessa identificação de interesses para estabelecer um relacionamento com o seu público. Assim, não há chance de conseguirmos separar os significados da persuasão, identificação ("consustancialidade") e comunicação (a natureza da retórica na condição de "destinatário do discurso"). Entretanto, em dadas circunstâncias, um ou outro desses elementos pode servir melhor para estender uma linha de análise numa direção particular¹⁶ (1969, p. 46).

Então, a nova retórica, a partir da ideia de 'identificação', examina os gêneros como formas e modos simbolicamente tipificados de agir socialmente em situações recorrentes, como bem defende Miller.

Toda essa discussão sobre os gêneros textuais a partir da nova retórica, não destoa completamente da proposta da retórica de Aristóteles, que emprega o argumento lógico como fundamento da arte da persuasão, tendo como principal objetivo a busca pela verdade. Sobre isso, Parelman afirma: "[...] as preocupações deste se aproximam estranhamente das nossas" (1999, p. 64). Ressalvando que a retórica na sua essência não busca esclarecer a verdade, mas busca a adesão a um argumento. Daí a importância da noção de valores tão presentes em sua retórica.

Aristóteles (1356a – 1 a 20) apresenta três elementos básicos, sem os quais o discurso verdadeiro estaria seriamente prejudicado. O *ethos*, diretamente relacionado ao caráter do autor do discurso. Sobre o *ethos* Aristóteles afirma: "A persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito" (1356a – 5 a 9). Nesses termos, o discurso do *ethos* é o discurso centrado

¹⁶ As for the relation between "identification" and "persuasion": we might well keep it in mind that a speaker persuades an audience by the use of stylistic identifications; his act of persuasion may be for the purpose of causing the audience to identify itself with the speaker's interests; and the speaker draws on identification of interests to establish rapport between himself and his audience. So, there is no chance of our keeping apart the meanings of persuasion, identification ("consustanciality") and communication (the nature of rhetoric as "addressed"). But, in given instances, one or another of these elements may serve best for extending a line of analysis in some particular direction.

na primeira pessoa, na qual os ouvintes veem profunda coerência entre o dito e o vivido. O orador passa credibilidade ao ouvinte pela sua experiência, pela sua lisura e pelo caráter virtuoso que o acompanha, pois, a honestidade de caráter é o mais eficiente meio de persuasão que dispõe o orador. Quanto ao *phatos*, relacionado às emoções do ouvinte, que é provocado pelo orador, afirma Aristóteles:

[...] a persuasão pode ser obtida através dos ouvintes quando o discurso afeta suas emoções; com efeito, os julgamentos que emitimos variam segundo experimentamos sentimentos de angústia ou júbilo, amizade ou hostilidade [...] todos os esforços, nós o afirmamos, são dirigidos no sentido de produzir esses efeitos” (1356a – 13 a 18).

E, *logos*, argumentos verdadeiros e prováveis, como destaca Aristóteles: “A persuasão é obtida através do próprio discurso quando demonstramos a verdade, ou o que parece ser a verdade, graças à argumentação persuasiva apropriada ao caso em pauta” (1356a – 20).

A retórica aristotélica não busca apenas a beleza de um discurso lógico, mas é a arte de persuadir, utilizando-se desses meios persuasivos que se verificam nos três gêneros de discurso: deliberativo, forense e demonstrativo. Cujos papéis estão delimitados por Aristóteles:

O discurso deliberativo induz alguém a fazer ou não fazer algo, quer de interesse particular, quer de interesse público. O discurso forense comporta a acusação ou a defesa de alguém, uma ou outra tem sempre que ser sustentada pelas partes em um caso. O discurso demonstrativo ocupa-se do louvor ou da censura de alguém. Esses três tipos de retórica referem-se a três tipos distintos de tempo. O orador deliberativo tem a ver com o futuro; é sobre coisas a serem realizadas doravante que ele aconselha ou desaconselha. No discurso forense ou judiciário, trata-se do passado; é sempre em torno de fatos passados que gira a acusação ou defesa. Para o discurso demonstrativo, o essencial é o presente, uma vez que se louva ou se censura em vista do estado de coisas presente, embora seja frequente o orador do discurso demonstrativo também evocar o passado e efetuar conjeturas a respeito do futuro (1358b – 5 a 20).

Sobre esses gêneros de discursos oratórios da antiguidade, atesta Parelman:

O deliberativo se refere ao útil e diz respeito aos meios de obter a adesão das assembleias políticas; o judiciário se refere ao justo e diz respeito

à argumentação perante os juízes; o epidíctico se refere ao elogio ou à censura, ao belo e ao feio (1999, p. 66).

Coutinho (2003) por sua vez, seguindo as determinações prescritas na Retórica, apresenta um resumo das ideias de Aristóteles sobre os tipos de discursos: deliberativo, judicial e epidíctico, através de um quadro comparativo-explicativo desses gêneros retóricos discursivos bastante esclarecedor, no qual apresenta de maneira bem objetiva quais são os papéis e quais são as funções de cada um dos elementos envolvidos no processo de interação retórico-comunicativo.

Assim, segue o quadro dos gêneros retóricos¹⁷

Gêneros Retóricos		
Deliberativo	Judicial	Epidíctico
<p>O ouvinte</p> <p>por exemplo, o membro da assembleia - deve pronunciar-se sobre algo a acontecer no futuro</p>	<p>O ouvinte</p> <p>o juiz deve pronunciar-se sobre actos já realizados no passado</p>	<p>O ouvinte</p> <p>um espectador tem apenas que apreciar o talento do orador, no presente</p>
<p>O orador</p> <p>aconselha/desaconselha, tendo como objetivo o útil e o prejudicial</p>	<p>O orador</p> <p>acusa / defende, tendo como objetivo o justo e o injusto</p>	<p>O orador</p> <p>louva / acusa, tendo como objetivo o belo e o feio</p>

¹⁷Cf. Barthes 1970:210, Plett 1981:143-144; Roussin 1995:142-143; Gardes-Tamine 1996:63;

Parelman, contudo, destaca que o discurso epidítico, causa de grandes controvérsias na oratória antiga, não envolve apenas o fato de elogiar ou censurar, mas exerce um grande impacto sobre o orador, pois, para exercer qualquer persuasão por meio de tal gênero de discurso, o orador necessita ter um mínimo de credibilidade perante os ouvintes. Assim afirma Parelman: “É impossível a argumentação retórica escapar à interação entre a opinião que o auditório tem da pessoa do orador e aquela que tem dos juízos e argumentos deste” (1999, p. 74).

Convém ressaltar que não só o discurso epidítico, mas todos os discursos exigem um processo interacional entre locutor e locutário, pois, de acordo com Miller (2012), esses gêneros de discurso são formas de ação social, formas de agir junto. Isso faz lembrar justamente a questão da identidade. Tanto o orador quanto o ouvinte são chamados a adesão ao discurso, não apenas pela força do (*logos*) nem pelas emoções do (*pathos*), mas pelos valores que envolvem os sujeitos e os gêneros de discursos, principalmente pelos valores do (*ethos*). Dessa maneira, o gênero ou o discurso não é apenas elemento de comunicação, mas elemento de ação social, por meio do qual os sujeitos agem e interagem socialmente em contextos de sentidos tipificados disponíveis, a partir dos quais as ações ganham sentido e assumem consequências uns sobre os outros. Sendo assim, conforme salienta Faraco:

É interessante observar que, na longa história da teoria dos gêneros literários e retóricos, estes foram interpretados muito mais na perspectiva dos produtos do que na dos processos (muito embora – destaque-se – Aristóteles não separasse as formas de suas funções e das respectivas atividades sociais em que ocorriam), (2009, p. 123).

Diante disso, percebe-se que toda forma de ação humana pela linguagem, se dá por meio de gêneros de textos, que em determinadas circunstâncias contextuais exigem uma forma já standardizada, como é o caso de peças judiciais, ou outros documentos que seguem um padrão social já estabelecido e delimitado. E mesmo estes não são tão rígidos a ponto de não permitirem nenhuma alteração. Noutras situações, a categoria (gênero discurso) desencadeia uma série de relações de interatividade entre os sujeitos envolvidos no processo da comunicação, como contexto de criação, exigências sociais

diversas, hierarquia, competências, interesses, visão de mundo, etc., de modo que os gêneros vão se adaptando às exigências e aos contextos das situações recorrentes aos quais são submetidos. Segundo Faraco: “[...] não falamos no vazio, não produzimos enunciados fora das múltiplas e variadas esferas do agir humano” (2009, p. 126).

Essa produção de enunciados (gêneros discursivos ou textos), contudo, se não estiver carregada de valores, *areté*, é sim discurso vazio, como destaca o Apóstolo Paulo, no seu texto de 1 Coríntios 13, onde ressalta que um discurso desprovido da corporeidade de um *ethos* não tem valor algum, não é digno de credibilidade. Pois, segundo o Apóstolo, o discurso deve ser o reflexo de quem fala. Maingueneau clarifica essa questão ao afirmar: “Se os elementos do *ethos* forem integrados à discursividade, esta última aparece sob uma luz diferente: o discurso é, a partir daí, indissociável da forma pela qual “toma corpo” (1997, p. 48). Nesse caso, o discurso retórico, não é um discurso simplesmente belo, pois, visa algo que não se alcança somente pela estética.

Nas palavras de Aristóteles, a retórica visa convencer e persuadir, mas essa ação está integralmente relacionada ao *ethos*. Pois, no campo do discurso retórico, a dúvida sempre pode aparecer. Porém, é o caráter do persuasor que exercerá ou diminuirá o ônus da prova. Pois, o próprio retor deve ter convicção de sua própria identidade, sem fazer da demonstração do seu caráter o foco de seu discurso, porque o público é quem faz as avaliações e o julgamento do orador, crendo ou não no que é dito.

O locutor agirá de acordo com a razão, *phrónesis*. Miller diz algo muito interessante sobre isso: “Pelo fato de haver tanto espaço para a dúvida, depositamos nossa confiança nas pessoas que percebemos ter bom senso (*phrónesis*), bons valores morais (*areté*), e boa vontade para conosco (*eunoia*)” (2012, p. 133). Agir de acordo com o bom senso diante das situações novas, é agir sabiamente com argumentos reflexivos, com o objetivo de fazer uma avaliação virtuosa dos valores, das situações, das informações, etc. cujo fim é um conserto de cooperação entre os sujeitos do discurso.

Pareiman (1999) atribui ao discurso retórico a arte da adesão. Nesse caso, o discurso eficaz é aquele que exerce poder sobre os interlocutores, levando-

os a ação. Donde se pode concluir, que o discurso age convencendo e persuadindo para um fim, a adesão.

Por sua vez Miller ressalta:

A retórica, afinal, é uma arte da simulação, uma arte pela qual criamos mundos alternativos, eus alternativos, modos alternativos de crença. Mas a retórica também é uma arte de cooperação, e o corolário do princípio de cooperação é que o caráter é uma exigência primária da intenção comunicativa (2012, p. 136).

2.4. Uma visão pragmática-discursiva

A pragmática ganhou notoriedade com as ideias de Morris, que em 1938 a definiu da seguinte maneira: “a pragmática é a parte da semiótica que trata da relação entre os signos e os seus usuários” (ARMENGAUD, 2006, p. 11). Morris dividiu os estudos da linguagem (semiótica) em três ramos distintos: sintaxe, semântica e pragmática.

A sintaxe responsável pelos estudos da estrutura das expressões linguísticas, (morfema, palavra, formas lexicais). Além disso, estuda as relações dos signos entre si, das palavras e das frases e das sequências de frases, as formulações de regras para a boa formação das expressões. De acordo com Armengaud (2006) respeitar as regras de formação e transformação de expressões é condição para os sentidos das frases e seu valor de verdade (verdadeiro ou falso).

A semântica, responsável pelo estudo das relações entre as expressões e os objetos que representam: “trata da relação dos signos, palavras e frases com as coisas e com os estados das coisas; é o estudo conjunto do sentido, da referência e da verdade” (ARMENGAUD, 2006, p. 11), o que configura uma ligação entre sintaxe e semântica, conforme Fávero e Koch salientam: “[...] sintaxe e semântica não se separam nitidamente uma da outra” (2012, p. 127).

E a pragmática é responsável pelo estudo das relações entre as expressões, os objetos a que se referem e os usuários ou os contextos de uso das expressões. A linguagem não serve apenas para se referir aos objetos ou representar o mundo, mas para agir no mundo, linguagem é ação, ato. Na

realização do ato, entra o contexto, a situação em que o ato de fala acontece. “Entende-se com ele a situação concreta em que os atos de fala são emitidos, ou proferidos, o lugar, o tempo, a identidade dos falantes, etc., tudo o que é preciso saber para entender e avaliar o que é dito” (ARMENGAUD, 2006, p. 13). Para entender o que é dito num determinado contexto, é preciso o desempenho, a atualização do ato de fala segundo a competência comunicativa do falante.

Entende-se por **desempenho**, segundo o sentido original da palavra, a realização do ato em contexto, seja atualizando a competência dos falantes, isto é, seu saber e seu domínio das regras, seja integrando o exercício linguístico a uma noção mais compreensiva, como a de **competência comunicativa**¹⁸ (ARMENGAUD, 2006, p. 13).

Sintetizando: sintaxe é o estudo das combinações de palavras e suas partes, a semântica o estudo do significado, a pragmática é o estudo do uso linguístico. Essa separação é muito mais pedagógica que real, pois, os limites e fronteiras desses campos de estudos se inter cruzam muitas vezes. O que distingue um do outro é apenas uma tênue linha conceitual. Assim, todos esses ramos do estudo da linguagem não podem ser vistos separadamente como independentes, mas estão inter-relacionados no texto. Este é o palco de verificação e de atuação dessas relações sintático-semântica-pragmática.

Há, de fato, uma diversidade de definições de pragmática, o que revela certa dificuldade de restringir o seu sentido. Anne-Marie Diller e François Récanati¹⁹ definem: “**a pragmática ‘estuda a utilização da linguagem no discurso e as marcas específicas que, na língua, atestam sua vocação discursiva’**”²⁰ (apud, ARMENGAUD, 2006, p. 11).

¹⁸ Grifo da autora.

¹⁹ Cf. O número especial que lhe é consagrado em *Langue Française*. Paris: Larousse, n. 42, maio de 1979, p. 3) (apud, ARMENGAUD, 2006, p. 11).

²⁰ Grifo da autora.

Outra definição de Pragmática atribuída a Francis Jacques, é: “**A pragmática aborda a linguagem como fenômeno simultaneamente discursivo, comunicativo e social**”²¹ (apud, ARMENGAUD, 2006, p. 11).

De acordo com Levinson (2007), definições muito genéricas não satisfazem completamente o que realmente pretende a pragmática, pois, há situações comunicativas anômalas em que alguns tipos de construção enunciativa não encontram um contexto possível. Nesse caso, a pragmática estudará o conjunto de princípios dessas anomalias, ou dessas “enunciações possíveis”.

A pragmática a partir do aspecto funcional tenta explicar “as facetas da estrutura linguística por referência e pressão e as causas não linguísticas” (LEVINSON, 2007, p. 8). Assim, essa definição acaba misturando e confundindo a pragmática com os motivos e objetivos de outras ciências, como a sociolinguística e psicolinguística.

De modo bem restrito, em Levinson (2007) aparece a definição de pragmática como estudo dos princípios de uso da linguagem, sem se preocupar com a descrição da estrutura linguística, pois, esse é o campo da gramática. À pragmática cabe o estudo do uso linguístico que consiste em explicar como os usuários raciocinam num dado contexto de ocorrência uma sentença ou proposição.

O problema dessa posição, para Levinson, é que a estrutura linguística interage muitas vezes com as características do contexto, pois, a gramática não se apresenta tão independente do contexto (a competência) nem a interpretação dependente do contexto (desempenho). Levinson afirma: “O termo pragmática abrange tanto aspectos da estrutura linguística dependentes do contexto, como princípios do uso e da compreensão linguística” (2007, p. 10). Poder-se-ia definir a

²¹ Grifo da autora.

pragmática como: “O estudo das relações entre língua e contexto gramaticalizadas ou codificadas na estrutura de uma língua” (LEVINSON, 2007: 10).

Também pode-se dizer que a pragmática contemplaria o estudo das dêixis, das pressuposições e dos atos de fala. Como diz Levinson: “[...] a dêixis pertence ao domínio da pragmática porque diz respeito diretamente à relação entre a estrutura das línguas e os contextos em que elas são usadas” (2007, p. 66). É importante salientar que as fronteiras entre semântica e pragmática, não são muito bem delineadas. Nesse caso, o papel das dêixis será muito mais relevante, uma vez que se relaciona às diversas circunstâncias dos enunciados. Fonseca clarifica da seguinte maneira:

A solução mais elegante e mais adequada à natureza da linguagem verbal está em considerar a pragmática como integrada à semântica, salientando-se que as dimensões pragmáticas da significação se inscrevem de raiz tanto no funcionamento dos discursos, como na própria estrutura interna da língua. Há, pois, que considerar que a semântica e a pragmática se interpretam profundamente, se apresentam imbricadas uma na outra (1994, p. 39).

A discussão sobre o pertencimento das dêixis, se à pragmática, se à semântica, tem gerado algumas confusões de difíceis esclarecimentos, principalmente pela falta de estudos sobre o tema, segundo afirmação de Levinson (2007) o pouco que se tem está muito ligado à filosofia como estudo dos indiciais que abrangem apenas alguns aspectos das dêixis de pessoa, tempo, lugar. Nesse caso, fica mesmo difícil estabelecer fronteiras, uma vez que os aspectos das dêixis do discurso e das dêixis social, em sua maioria, se encontram além do âmbito da semântica de condições de verdade.

De forma bem objetiva, cabe à pragmática colocar o texto na sua situação comunicativa, ou seja, no seu contexto de enunciação. Segundo Fávero e Koch: “[...] o âmbito da investigação se estende do texto ao contexto, entendido, em geral, como conjunto de condições – externas ao texto – da produção, da recepção e da interpretação do texto” (2012, p. 20). Dessa forma, o estudo dos textos no seu contexto pragmático ganhou particular importância.

Se tomar a pragmática no sentido etimológico e literal do termo grego (pragma), percebe-se claramente que está relacionado à coisa, objeto produzido,

feito (fazer). Sendo assim, é bem plausível atribuir à pragmática o estudo privilegiado da linguagem através da coisa concreta, do objeto concreto, feito pelo usuário, na prática discursiva e comunicativa. Por isso Fávero e Koch (2012), cobram da pragmática o estudo do texto no seu contexto de enunciação.

Enquanto às discussões dos estudos tradicionais da linguagem estão às voltas com os critérios de verdade ou falsidade, experimentos e testes de condições de verdades, etc., a pragmática, de acordo com Marcondes (2000), não invalida a noção de verdade, mas critica uma verdade absoluta como definida em termos realistas. Como crítica a essa noção absoluta e conclusiva de verdade independentemente de um contexto, Marcondes afirma:

Pode-se dizer então que a pragmática complementa a noção de verdade com as noções de sucesso e felicidade, que devem dar conta especificamente da consideração da linguagem como ação, como produzindo efeitos e consequências em contextos determinados (2000, p. 41).

Então, a pragmática cuida dos seus objetos, das suas coisas, (os textos) no próprio ambiente de produção, no fazimento mesmo dessas categorias, ou seja, no próprio uso da linguagem discursiva. Porque é no uso que os textos são produzidos, ganham significados e são interpretados.

Nesse campo, uma teoria que muito tem se desenvolvido, é a dos atos de fala. Entendendo atos de fala, como o uso dos enunciados linguístico em função, portanto, seu objetivo é fazer, agir, realizar uma ação. Atos de fala são ações realizadas linguisticamente. Essas ações são realizadas naturalmente pelos usuários da língua numa determinada comunidade, ou numa situação de comunicação pragmática, sem que os próprios falantes se deem conta de que estão operando com categorias de atos de fala. Da mesma forma que naturalmente dominam as categorias gramaticais da língua, como atesta Van Dijk:

[...] ellos CONOCEN estas reglas implícitamente y son capaces de usarlas de tal modo que expresiones verbales puede decirse que son determinadas por el sistema particular de lengua de la comunidad, tal

como es cognoscitivamente adquirido por el hablante individual de la lengua²² (1977, p. 30).

Desse mesmo modo, naturalmente, como estão acostumados a empregar as regras gramaticais do sistema linguístico, sem a necessidade de um domínio abstrato e teórico da gramática, os usuários sabem operar nas regras pragmáticas, convencionalmente conhecidas. E através das quais, cada usuário de uma determinada comunidade linguística age e se expressa comunicativamente, pois, essas regras são do domínio de cada falante da língua, como afirma Van Dijk: “[...] las reglas pragmáticas, que son también convencionales y, por tanto, conocidas por los hablantes de una comunidad de habla, determinan el uso sistemático de las expresiones”²³ (1977, p. 31).

Os estudos pragmáticos mais interessantes estão na busca pelo entendimento dos jogos de linguagem que se estabelecem entre cada falante em contextos específicos de comunicação. O que, segundo Van Dijk (1980), é fazer explícitas as relações sistemáticas que se estabelecem pragmaticamente entre texto e contexto. Entendendo que essas relações estão intimamente relacionadas com as noções de ação e de sucesso (event), que uma ação é um sucesso provocado por um ser humano. Isso claramente carece de uma explicação mais detalhada das categorias de ação e de sucesso. Van Dijk (1980) pretende mostrar que há um conceito básico de mudança implicado na definição de ação. Isso implica necessariamente em estabelecer diferenças entre estados, situações e ordenação temporal dos mundos. Essa ordenação temporal requer uma divisão do tempo em

²² Eles conhecem estas regras implicitamente e são capazes de usá-las de tal modo que expressões verbais pode dizer-se que são determinadas pelo sistema particular de língua da comunidade, tal como e cognoscitivamente adquirido pelo falante individual da língua. (Tradução livre).

²³ As regras pragmáticas, que são também convencionais e, portanto, conhecidas pelos falantes de uma comunidade de fala, determinam o uso sistemático das expressões. (Tradução livre).

unidades que se associam a um conjunto de mundos possíveis reais e mundos possíveis alternativos.

Cabe à pragmática com seus estudos, o esclarecimento de que falar não é simplesmente um ato mecânico, mas um ato interacional pelo qual o falante influencia e modifica a situação contextual. O ato de fala é regulado pelas convenções estabelecidas socialmente. Por isso, é interessante anotar em que condições se dão esses atos de fala no processo de comunicação. Todo falar é intencional? Existe um falar neutro? Essa “neutralidade” da fala, em si mesma, já está carregada de influências, ideologias e intenções? Esses são questionamentos que precisam ser esclarecidos pragmaticamente, uma vez que a tarefa da pragmática é a análise da linguagem em seu uso.

Os atos de fala (*speech acts*), são sempre atos de interação sociais operados segundo algumas regras semânticas estabelecidas especificamente para cada ato. Então, quando se afirma, na teoria dos atos de fala, que “dizer é fazer”, significa que ao emitir um ato de fala, emite-se muito mais que uma articulação sonora ou um significado, emite-se uma ação. Como ocorre em:

A 1. Rodrigo vai à aula todos os dias.

A 2. Rodrigo vai à aula todos os dias?

Nesses exemplos, num processo de interação comunicativa, houve uma articulação sonora significativa, regido por uma regra semântica, mas não apenas isso. Ao pronunciar **A1** o locutor exerce uma ação, informa algo sobre alguém. Ao pronunciar **A2**, o locutor produz uma ação inquisitória. **A1** é uma ação que parte do locutor para o locutário, portanto, gera uma reação no ouvinte. **A2** é uma ação do locutor que almeja uma resposta do ouvinte. Configura-se, claramente nesses casos, que os atos de fala são ações que se realizam intencionalmente seguindo regras específicas para cada contexto.

O ato de fala de acordo com Searle: “[...] é mais que apenas a expressão de uma intenção ou a expressão de uma crença. Acima de tudo, ele é um desempenho público. Eu digo algo a alguém” (2012, p. 45). Esse dizer algo exige o compromisso do locutor com o que ele comunica. Se fala de crenças, fala não só de crenças ou de intenções, mas fala “a respeito do mundo representado por essas crenças e intenções”.

2.5 Tipologia textual e gênero epistolar

A tipologia textual, desde os tempos da Grécia antiga, está relacionada à estrutura e à forma como o texto pode ser organizado. Uma estrutura tipológica de texto muito limitada, pode ser didaticamente classificada em textos descritivos, narrativos, dissertativos, expositivos e injuntivos. Esses tipos de textos são “modelos mentais” que organizam a construção do texto.

Os gêneros textuais, diferentemente dos tipos de texto que abrangem categorias bem limitadas; são muito amplos, servem para realização de qualquer ação social comunicativa. Apesar dos gêneros se situarem dentro de algum tipo de texto, eles não são limitados. Assim, dentro do tipo narrativo podem ocorrer gêneros diversos como o Romance, a Novela, o Conto, a Fábula, a Parábola, etc. Dentro do tipo Jornalístico podem ser destacados a notícia, a reportagem, o editorial, a entrevista, etc., todos esses gêneros cumprem uma função, um papel na sociedade. Marcuschi (2008) destaca que novos gêneros surgem de acordo com as novas demandas sociais, enquanto outros praticamente caem em desuso, ou passam por um processo de hibridismo.

O gênero epistolar pode ser portador de variados discursos e cumprir diversas funções sociais. Pode conter uma simples mensagem pessoal de admiração e de apreço, uma mensagem de amor, uma repreensão, um conselho, um pedido, uma ordem, a uma exortação, etc. Diante de tantas funções desempenhadas por esse gênero, vários tipos de discurso podem atuar simultaneamente para o bom exercício da função social da linguagem. Além de apresentar os recursos para uma análise histórica do próprio gênero, e principalmente, por fornecer uma excelente oportunidade de análise pragmática dos atos de fala. Diante disso, a próxima seção fará uma breve incursão sobre a importância do gênero epistolar na antiguidade, desde sua origem, solidificação e atualização do gênero atualmente.

2.5.1. A importância do gênero epistolar na Antiguidade

Conforme foi dito anteriormente sobre uma abordagem mais detalhada do gênero epistolar, na sua origem era uma mensagem oral transmitida por um arauto ou mensageiro. Com a escrita, a missiva passou a ser documentada. Seu termo original (*eppistolé*) está relacionado ao verbo (*eppistelein*) que significa transmitir uma mensagem escrita. Assim, a carta passou a ser portadora das mais variadas mensagens enviadas por um emissor a um destinatário específico, grupos de pessoas ou comunidades. Então, carta é mensagem enviada, de um eu para um tu, cujo acesso imediato está prejudicado pela distância física e temporal.

Segundo Alexandre Júnior (2015)²⁴ esse gênero, nas antigas civilizações, ganhou notória importância. Os persas possuíam um excelente serviço de correios, responsável por levar as cartas aos mais recônditos cantos do império.

Semelhante aos persas, os gregos adotaram essa forma de comunicação, empregada tanto na esfera do privado e do particular, quanto na esfera pública e oficial.

Foram os gregos que conceberam alguns pressupostos que prescreviam uma teoria sobre o gênero epistolar com um mínimo de estruturação, que lhe conferia clareza, brevidade, simplicidade e emprego de uma linguagem mais próxima da linguagem do povo, pois, seu objetivo era diverso:

[...] as cartas eram escritas para nutrir relações de amizade, consolar, exortar, aconselhar, transmitir informação útil, fazer pedidos, justificar causas, dar instruções. A carta era então entendida como extensão da voz do emissor, escrita como diálogo entre partes interessadas (ALEXANDRE JÚNIOR, 2015, p. 168).

²⁴ ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Argumentação retórica na literatura epistolar da Antiguidade. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 8, p. 166-187, jun.2015.

Sua vasta empregabilidade pode ser constatada através da grande quantidade de cartas antigas que eram enviadas pelas mais altas autoridades da política, do conhecimento, da religião e até pelas pessoas mais simples. Nas cartas, eram tratados os mais variados temas possíveis, que iam do oficial ao privado, do filosófico ao religioso, do literário ao burlesco e da intimidade pessoal.

A epístola apresenta características mais literárias, estilo mais aprimorado, que atende a um público esteticamente mais exigente; a carta, por sua vez, apresenta características menos formais, mais espontâneas, íntimas e privadas, que lhe confere aspectos de uma conversa informal entre amigos ou pessoas íntimas.

A distinção entre carta e epístola Ceia esclarece assim: “Epístola é uma composição datada e escrita por um indivíduo ou em nome de um grupo com o objectivo de ser recebida por um destinatário” (2015, p. 1). Para esse autor, é termo literário bastante antigo, que se destacou a partir das epístolas do Novo Testamento. A principal distinção entre carta e epístola, apontada por Ceia é que a epístola “[...] não se destina à simples comunicação de factos de natureza pessoal ou familiar, aproximando-se mais da crónica histórica que procura relatar acontecimentos do passado” (2015, p. 1).

Com o passar do tempo o termo epístola tomou sentido muito generalizado, o que deixou sua distinção de carta um pouco mais difícil, porque segundo Ceia, “alargou-se a todo tipo de correspondência” (2015, p. 1).

A arte de escrever epístola, dá-se o nome de epistolografia e os escritores epistológrafos. Por outro lado, o ato de escrever cartas, de ficção ou não, recebe o nome de epistolaridade. Ceia apresenta: “o ponto de partida de uma epístola poética a forma e a função pragmática da carta” (2015, p. 1). Como referência latina desse gênero de texto, apresenta as “Epístolas de Horácio, as cartas de Varrão, Plínio, Ovídio e, sobretudo, de Cícero, cujas *Epistolarum ad Quintum fratrem* (Cartas aos seus Amigos) fixaram um modelo largamente imitado” (CEIA, 2015, p. 1).

Os autores de cartas vão dos mais ilustres filósofos, políticos, religiosos e até pessoas simples. As famosas cartas de Isócrates são exemplos de sua vasta utilização. O grande educador grego, que via na retórica o instrumento capaz de

educar o governante e o cidadão, dando-lhes capacidade para atuar de forma ética na sociedade. Assim, por meio desse instrumento de educação, o cidadão comum e o político seriam verdadeiramente capazes de salvar o povo grego do caos da desorganização. Seu projeto político educacional visava a unificação da Grécia como uma nação. Esperava com esse projeto, transformar seus educandos em agentes multiplicadores de suas ideias, através das quais seu objetivo seria alcançado, para isso a retórica seria o caminho através do qual se chegaria a virtude.

No discurso de Isócrates a Níocles²⁵, percebe-se as características do gênero epistolar que está carregado de uma argumentação retórica deliberativa e epidíctica, cuja estrutura de acordo com Alexandre Júnior é a seguinte:

Enquanto discurso, essa dissertação ética apresenta-se dividida em quatro partes: proêmio (1-6a); proposição (6b-8); argumentação (9-53); e epílogo (54). Enquanto carta, nota-se o tom pessoal da conversa entre o mestre e o discípulo, numa mensagem de conselho parenético em que ressaltam os tópicos do benefício, do útil, do conveniente e do necessário (2015, p. 173).

A mesma estrutura do discurso retórico também está presente no discurso epistolar greco-romano do período helenístico, que geralmente apresentava uma abertura, um corpo narrativo argumentativo e uma conclusão. A abertura podia incluir uma saudação, um agradecimento, desejo de saúde, uma evocação de bênção sobre o ouvinte. O corpo destinado à argumentação do conteúdo temático e a conclusão que podia conter o fechamento do discurso ou mesmo uma despedida.

²⁵ Nota 17. Classificação, por norma, como discurso e não como carta, este documento não deixa de ser uma dissertação ética no tom formal da epístola que o mestre de Atenas dirigiu ao seu aluno, embora com as formalidades de quem agora está na presença do novo rei. ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Argumentação retórica na literatura epistolar da Antiguidade. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 8, p. 166-187, jun.2015

Segundo Ceia, “Quintiliano passaria a designar por *Ars poetica* embora também possa ser acompanhada do título paralelo: *Epistula ad Pisones*” (2015, p. 1). Para Quintiliano, a carta deveria ser escrita o mais próximo possível da linguagem coloquial, pois, não caberia nesse gênero o estilo empolado de linguagem:

Tens-te queixado de receberes cartas minhas escritas sem grandes pruridos de estilo. Mas quem é que escreve com pruridos se não aqueles cuja pretensão se limita a uma eloquência empolada? Se nós nos sentássemos a conversar, se discutíssemos passeando de um lado para o outro, o meu estilo seria coloquial e pouco elaborado; pois é assim mesmo que eu pretendo sejam as minhas cartas, que nada tenham de artificial, de fingido! (Cartas a Lucílio, *apud* Ceia, 2015, p. 2).

Em Roma, a carta ganhou tal importância, que os mensageiros empregados nos correios eram jovens em idade militar. A circulação desses documentos era tão intensa, que foram construídas, nas vias expressas e marítimas, em todo império, paragens fortificadas para abrigar e proteger os mensageiros (*tabellarii nutii*) no exercício da sua jornada, levar as cartas e os documentos oficiais ao seu destino em segurança e na menor brevidade possível. “[...] entre os romanos, a carta era um meio de comunicação privilegiado, existindo carteiros especiais (*tabellari*) que garantiam que as missivas não literárias chegassem ao seu destino” (CEIA, 2015, p. 2). A importância da carta era tamanha, que ganhou até um departamento oficial para sua produção e transmissão.

As cartas são meios utilizados para os mais diversos fins, que vão das coisas mais simples às mais complexas, como a transmissão de conhecimento filosófico. Sêneca soube-se valer das cartas, empregando a retórica, para transmitir sua mensagem de forma vigorosa, persuasiva e exortativa. Nas cartas dirigidas ao seu discípulo e amigo Lucílio está um dos trabalhos filosóficos mais bem escritos e bem elaborados, conforme atesta Alexandre Júnior:

Plenamente inserido na cultura da época, Sêneca soube usar com particular maestria tanto as categorias retóricas que retêm marcas de oralidade como aquelas figuras que a retórica literária consagrou ... Sem ser imitador servil das convenções retóricas, Sêneca soube usar criativamente as técnicas de composição inspiradas nessa arte para comunicar com eficácia e vigor sua mensagem (2015, p. 178).

Sto. Agostinho elaborou uma teoria sobre o gênero, na qual demonstrou que a carta era “qualquer peça escrita” contendo os seguintes elementos estruturadores: saudação, nome do emissor e do receptor, mesmo que não fosse enviada. Nesse caso, pode-se inferir que o envio da carta também aparece como um elemento importante, mas não fundamental para sua estruturação.

Durante a Idade Média, a epistolografia ganhou outros contornos e teorias sobre a estrutura da sua redação. De acordo com Ceia:

A Idade Média distinguirá uma arte subsidiária da Retórica, a *ars dictandi*, que sistematizará as regras de redação de uma carta. Petrarca será um dos mestres da epistolografia medieval, com as suas *Familiarum rerum libri XXIV* (2015, p. 2).

Na Idade Média, contudo, predominava o modelo tradicional greco-latino de carta, cuja estrutura consistia:

1) *salutatio* (saudação do destinatário); 2) *exordium* ou *captatio benevolentiae* (prender a atenção do leitor e conquistar a sua benevolência); 3) *narratio* (apresentação do assunto); *petitio* (súplica ao leitor para cumprir o que lhe é solicitado; *conclusio* (recapitulação e conclusão), (CEIA, 2015, 2).

Esse gênero epistolar desde a Antiguidade anda de mãos dadas com a retórica, na medida em que configura uma forma de comunicação, encontrou terreno fértil para o seu desenvolvimento na arte de persuadir, exortar, consolar e informar. Segundo Alexandre Júnior:

O discurso retórico em forma de carta foi um importante veículo de comunicação na antiguidade clássica e helenística. Pela sua flexibilidade e função, o gênero epistolar foi sempre permeável à influência da retórica e facilmente adoptou a estrutura do discurso argumentativo, com o simples acréscimo dos naturais *praescriptum* e *post-scriptum* (2015, p. 2).

Além dessas características, a carta deve ser clara, objetiva, e bem escrita. Portanto, sua linguagem deve ser inteligível, acessível tanto aos mais letrados quanto aos mais simplices dos ouvintes. Gregório de Nazianzo explicitamente afirma que “a melhor carta e a mais bela é a que é escrita para

persuadir tanto o culto como o inculto” e a ambos ser de imediato inteligível. (*apud* ALEXANDRE JÚNIOR, 2015, p. 2).

Um dado bastante peculiar apontado por C. Ceia destaca que até o advento da imprensa, o gênero epistolar desempenhava os papéis de noticiário, de formador da opinião pública, além da instrução espiritual dos leitores.

[...] a carta desempenhou o mesmo papel que hoje tem por exemplo um noticiário. Era a carta que informava um destinatário privilegiado sobre os factos que ocorriam no mundo. Neste tempo, a carta não se detinha nesse destinatário, porque, sendo carta-notícia, convidava à sua divulgação entre vários indivíduos, que de outra forma não podiam aceder à informação comunicada. Até ao aparecimento da imprensa escrita regular, a carta também desempenhou um outro papel social importante: era o meio por excelência de formar a opinião pública (lembramos as Cartas Familiares, de Francisco Manuel de Melo), de instruir os espíritos em determinadas crenças (por exemplo, nos primórdios da era cristã, as epístolas eram verdadeiros guias espirituais ou manuais de fé; no século XVII português, Frei António das Chagas seguiu o mesmo caminho com as suas Cartas Espirituais), (2015, p. 3).

O gênero epistolar utilizando-se dos elementos do discurso retórico tem na sua gênese a ausência fundadora entre quem fala e quem ouve. Muhana afirma que:

Ausente o recurso da presença física entre o que fala e o que escuta, aquele que escreve não pode fazer uso nem da *actio* nem da *pronuntiatio* para atenuar ou realçar os elementos que mostrem a feição própria das coisas. Tudo se passa escrita (2000, p. 331).

Todo discurso epistolar tem que se dar no jogo da linguagem escrita. Portanto, as palavras devem ser bem escolhidas e bem combinadas para produzir o efeito persuasivo e de sentido que o escritor espera provocar no seu leitor com sua mensagem, conforme enfatiza Muhana:

Ausente do seu “curioso leitor”, o único modo de o escritor se mostrar verdadeiro é utilizar uma linguagem cuja aparência de simplicidade cause efeito de naturalidade e nunca de artifício – artifício este que em toda retórica é prova de disfarce, logo artimanha, logo falácia...a dicção das cartas deve ter por principal adorno a simplicidade (2000, p. 337).

Ceia afirma que nos tempos atuais a carta está perdendo espaço para as novas formas de comunicação tecnológica. “No final do século XX, a

epistolografia parece ser inconsequente quando está a desaparecer cada vez mais a prática da escrita de uma carta tradicional, face ao pragmatismo do fax, do telefax, do e-mail, da videoconferência, do chat, etc.," (2015, p. 5). Contudo, a carta pode ser pensada a partir de critérios que se consideram mais úteis como: cartas de negócio, oficiais, pessoais.

Por sua vez, Seara destaca que "o gênero epistolar tem o estigma do gesto nômade, peregrino, vagabundo e ficou reduzido, ao longo das últimas décadas, ao seu estatuto subalterno" (2006, p. 2). Contudo, funciona como elo entre um "eu" e um "tu" fisicamente distanciados, que se podem encontrar metaforicamente nas entrelinhas de uma carta, para uma simples tertúlia, uma confidência, uma determinação, uma declaração, um desabafo, ou qualquer outro tipo de discurso que se valha do gênero para ser efetivado. Seara o define da seguinte maneira:

É a expressão escrita de um "eu" não metafórico (quem assina corresponde ao sujeito enunciador) que se dirige a um destinatário também não metafórico... Forma de comunicação e de troca, o texto epistolar une, num projeto comum, duas instâncias (destinador e destinatário) postulando-se o conceito de reciprocidade. Nascido de uma ausência conotada negativamente, o texto epistolar tem amiúde uma função metonímica e testemunha, de forma eloquente, a coalescência de diversas temporalidades (2006, p. 2).

Essa troca recíproca, essa interatividade entre os interlocutores desse gênero textual, se dá através dos mais diversificados conteúdos que estão inscritos na missiva e no que ela mesma representa para ambos. Sua importância está no conteúdo das suas linhas, mas também, em muitos casos, na cumplicidade interativa que ela estabelece entre o destinador e o destinatário e no próprio contexto de sua produção e recepção. Seara afirma:

Na interação epistolar autêntica, o objetivo é sempre fazer (re)agir o destinatário a quem o texto é endereçado. O objetivo geral será, pois, o de influenciar atitudes e comportamentos do outro, o que contribui para reiterar a característica intrínseca e prototipicamente pragmática da carta (2006, p. 223).

Assim, como afirma Landowski (2006), o que define a carta não é seu conteúdo (qualquer que ele seja), mas, algo relativo à situação de comunicação e uso desse texto. Sendo assim, a carta tem o seu campo funcional bastante amplo, pois, pode ser a portadora dos mais diversificados discursos ou mensagens. Contudo, mesmo a longas distâncias de espaço-tempo, a carta proporciona interatividade entre seus interlocutores, dada a sua atuação na esfera privada e particular dos sujeitos, pois, as barreiras físicas e temporais são metaforicamente superadas por uma simples carta.

2.6. As cartas bíblicas

A Bíblia²⁶ é uma coleção de livros e cartas com características sagradas para os cristãos, pois, segundo a crença cristã, “homens santos” foram movidos pelo Espírito Santo para escrever aquelas que ficaram conhecidas como As Escrituras Sagradas. Na língua grega, a palavra bíblia significa folha de papiro preparada para escrever, rolo pequeno de papiro, portanto, a Bíblia é uma pequena biblioteca, que contém 66 livros no cânon sagrado, 39 no Antigo Testamento e 27 no Novo Testamento. A escritura desses livros aconteceu num período de 1600 anos e envolveu mais de 40 autores. O texto bíblico é, para os cristãos, a Revelação de Deus aos homens, pois, testifica de Jesus Cristo que veio revelar o Pai a humanidade.

O Antigo Testamento divide-se em cinco partes, que se organizam da seguinte maneira:

²⁶ Texto baseado nas informações e comentários disponíveis em **A Bíblia**: o que é a Bíblia. Bíblia On-Line. Disponível em: <http://www.teologia.org.br/biblia/abiblia.htm>

1ª Pentateuco – Lei, Torá (para os judeus): Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, tratam da Lei e da criação;

2ª Livros históricos: Narra a história do povo de Israel: Josué, juízes, Rute, 1 Samuel, 2 Samuel, 1 Reis, 2 Reis, 1 Crônicas, 2 Crônicas, Esdras, Neemias, Ester;

3ª Livros poéticos: Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cantares;

4ª Profetas Maiores: Isaías, Jeremias, Lamentações de Jeremias, Ezequiel, Daniel;

5ª. Profetas Menores: Oseias, Naum, Joel, Habacuque, Amós, Sofonias, Obadias, Ageu, Jonas, Zacarias, Miqueias, Malaquias;

Por sua vez, o Novo Testamento está dividido em quatro partes:

1ª. Biografia – os quatro Evangelhos – tratam da vida de Jesus Cristo. Mateus (atende aos judeus – genealogia), Marcos (atende aos romanos), Lucas (aos gregos), estes são os Evangelhos sinópticos. E João, (para atender ao mundo);

2ª. História da Igreja Primitiva e a atuação do Espírito Santo, no início da Igreja – Atos dos Apóstolos. São os atos do Espírito Santo;

3ª. Epístolas paulinas – cartas dirigidas às igrejas ou a indivíduos. Romanos, 1 Coríntios, 2 Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1 Tessalonicenses, 2 Tessalonicenses, 1 Timóteo, 2 Timóteo, Tito e Filemom;

4ª. Epístolas Gerais. Hebreus (autor desconhecido), Tiago, 1 Pedro, 2 Pedro, 1 João, 2 João, 3 João e Judas; e um livro apocalíptico, de cunho profético. Apocalipse.

Essa organização da Bíblia segue a orientação protestante. Mas a Bíblia, segundo a organização da tradição católica, recebeu mais sete livros (chamados apócrifos porque não entraram no cânon bíblico), são livros que retratam a história de uma época, daí sua importância: Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruque, 1 e 2 Macabeus, Acréscimos aos livros de Daniel e Ester.

As Cartas bíblicas têm sua grande importância para a fundamentação da doutrina cristã. Oliveira destaca: “Era uma prática comum nos tempos bíblicos a atividade de escrever cartas, as quais circulavam por terra e mar” (2006, p. 61). Ainda de acordo com as palavras de Oliveira, entre os judeus, era um costume

bastante comum escrever cartas, principalmente para manter seus irmãos da Diáspora informados sobre as atividades e o calendário ditado por Jerusalém. Esse tipo de carta geralmente seguia as estruturas que se apresentam em duas cartas de 2 Macabeus:

- 1) Saudação: “Os irmãos, os judeus que estão em Jerusalém [...] mandam saudações aos judeus que estão no Egito, paz benéfica” (2Mc. 1:1; cf. v. 10);
- 2) Ação de graças: “Em todas as coisas seja bendito o nosso Deus” (1:11-17);
- 3) Prece para o bem-estar dos destinatários (com exortação velada): “Que Deus vos cumule de benefícios”;
- 4) Relato da situação (1:7-8, 11-16 com ação de graças);
- 5) Encorajamento/ordem para seguir os votos dos remetentes: “Agora procurai celebrar os dias das Tendas do mês de Casleu” (1:9, 1:18-2:16);
- 6) Conclusão devota: “Agora Deus [...]” (2:17-18), (*apud* OLIVEIRA, 2006, pp. 61-62).

O ato de escrever cartas é bastante comum na Bíblia. No Antigo Testamento, o termo está relacionado as mais diversas situações e objetivos. Nas palavras de Oliveira:

A palavra carta aparece cerca de quarenta vezes na Bíblia, ocupando tanto o Antigo quanto o Novo Testamento. Ela pode estar endereçada a um rei, Artaxerxes, informando-o sobre a ação dos judeus para a reconstrução da cidade de Jerusalém, ou ser uma correspondência maliciosa, como a do rei Davi para um comandante, cujo conteúdo era uma trama para facilitar ou provocar a morte do próprio pombo-correio, o traído e inocente Urias (2006, p. 61).

No Novo Testamento, o Apóstolo Paulo se destaca pelas cartas atribuídas à sua autoria e segue um estilo que lhe é peculiar, como atestam as palavras de Oliveira:

As cartas paulinas são escritas no grego koiné padrão. Elas são mais bem trabalhadas do que as outras e rompe com os modelos. Por exemplo, a saudação paulina é *charis hymin kai eiréné* (graça e paz a vós), expressão que une a ideia de graça com *shalom*, paz. O modelo helênico usava *chairein* (saudação), (2006, p. 62).

O Apóstolo deu a esse meio de comunicação verdadeiro destaque no mundo helênico e sobretudo no mundo cristão. “Obviamente, Paulo não é o criador da espécie carta, mas nele esse recurso concretizou-se no mundo helênico” (OLIVEIRA, 2006, p. 62). Não se pode negar que ao escrever cartas, o Apóstolo estava influenciando na formação do texto bíblico do Novo Testamento e sobretudo, na vida prática das igrejas destinatárias dos seus escritos.

As epístolas não seguem um padrão rígido, há algumas variações estruturais, após a abertura, segue-se o conteúdo temático, razão pela qual foi escrita para persuadir, instruir, exortar e ensinar os ouvintes sobre temas relevantes para o seu contexto e sua prática de fé.

Como as cartas alcançaram grande importância nas civilizações grega e romana, logo, seria natural que se destacassem como meio de comunicação e de doutrinação entre os cristãos espalhados pelo mundo. Algumas cartas foram escritas para comunidades cristãs específicas, outras, porém, visavam uma comunidade cristã mais inclinada a influência de algum apóstolo especificamente, Brown destaca:

Na verdade, somente algumas das cartas do NT são endereçadas a comunidades numa cidade ou cidades específicas; as outras, porém, podem ter em mente cristãos com uma herança particular, como os cristãos juaninos (1, 2 e 3 João), os cristãos paulinos (Efésios) ou os cristãos com forte ligação com o judaísmo (Tiago e Judas), (2004, p. 551).

Essas cartas ou epístolas eram geralmente textos para serem lidos em voz alta, pois, visavam persuadir uma comunidade a agir de acordo com a doutrina que lhes fora passada pelos apóstolos. Sendo assim, sua relevância para a consolidação da fé e do cristianismo é incalculável, pois, de forma bastante acessível e rápida, elas tratavam dos mais diversos temas e polêmicas que surgiam nas comunidades. Algumas cartas apresentam uma retórica mais elaborada, outras, de forma mais simples, tratam seus temas como uma carta pessoal enviada a um particular. Diante disso, alguns estudiosos preferem estabelecer uma distinção entre carta e epístola.

Segundo uma distinção entre carta e epístola, estabelecida por Deissman,²⁷ mostra que a epístola é um texto artístico, portanto, literário, cujo conteúdo moral é destinado ao público geral e a publicação. A carta, por sua vez, é um texto mais simples, não literário que trata da troca de informações entre o escritor e um correspondente. Por sua vez, Oliveira distingue carta de epístola da seguinte maneira: “Carta é esfera íntima, enquanto a epístola é um gênero “artificial”, escrito mais para publicação do que para correspondência, mas nas Sagradas Escrituras generalizam-se em epístolas” (2006, p. 61-62). Conforme atesta Brown: “Segundo tal critério, das 21 composições do Novo Testamento, todas ou a maioria das treze redações associadas a Paulo, juntamente com 2 e 3 João, podem ser classificadas como “cartas”, enquanto Hebreus e talvez 1 e 2 Pedro, Tiago, 1 João e Judas seriam “Epístolas” (2004, p. 550-551).

Em se tratando mais especificamente da Carta de Tiago, pode-se dizer que é um texto dos mais bem elaborados, pois, apresenta uma grande riqueza de elementos da retórica helenista, trata de temas que interessam não somente a cristãos, aborda questões sociais importantes ainda hoje, como as demandas entre rico e pobre e as questões de cunho ético que perpassam os limites internos do cristianismo. Esses detalhes, serão bem mais trabalhados na próxima seção, dedicada especialmente a traçar um perfil contextual da Carta de Tiago.

²⁷ “A. Deissman...estabeleceu uma distinção. “Epístola”, para ele, era um exercício literário artístico, que via de regra apresentava um ensinamento moral a um público geral e era destinada a publicação; por exemplo, as *Epistulae Morales*, de Sêneca. “Carta” era um meio não-literário de trocar informações entre um correspondente concreto, separados um do outro pela distância”. (BROWN, 2004, p. 550).

3. METODOLOGIA: A CARTA DE TIAGO

3.1. Metodologia e Corpus

“Tiago, servo de Deus e do Senhor Jesus Cristo, às doze tribos que se encontram na Dispensão, saudações” (Tg 1,1), (BÍBLIA, 2013, p.1436).

A metodologia empregada nesta pesquisa, tentou responder dois questionamentos básicos, fundamentais para qualquer trabalho. O como e o porquê da realização dessa investigação?

A pesquisa é referencialmente bibliográfica, pois, foi âmbito teórico da pragmática discursiva e interacional. Esta abordagem permite evidenciar como os atos de fala ou de discurso são instrumentos de socialização, e podem ser analisados com base nas suas funções sociais e na heterogeneidade das emoções que os desencadeiam.

Nos capítulos 1 e 2, sequencialmente, foram realizadas reflexões sobre o enquadramento teórico dessa pesquisa; seguidamente foram feitas as devidas reflexões sobre gêneros textuais, pois, não há como fazer linguagem, nem como concretizar os discursos sem o fenômeno dos gêneros textuais, que servem de palco para toda e qualquer manifestação linguística, portanto, dos atos de fala pragmáticos discursivos e interacionais. Também se discorreu sobre gênero epistolar, sua importância desde a antiguidade e seu papel fundamental para fundamentação do cristianismo e o fortalecimento da fé.

Dentre os textos epistolares do Novo Testamento, configura esta pequena Carta de Tiago, à qual esta pesquisa submete a uma abordagem pragmática discursiva, fato que, segundo as buscas por referências, não foram encontradas nesse campo, o que faz deste, um trabalho pioneiro.

A escolha da Carta de Tiago como texto (base) para essa pesquisa se deu pelo encantamento e pelo prazer suscitado na leitura desse texto, que se revelou, quer no âmbito retórico, quer simplesmente no âmbito discursivo, muito interpelador. Além disso, contribuiu o fato de ser uma carta pouco comentada, não obstante, a sua importância para um cristianismo ético e prático, o que oferece a

oportunidade para um estudo inovador sobre variadas perspectivas, linguísticas, antropológicas, sociológicas, teológicas entre outras. A perspectiva que se propõe nessa pesquisa é um estudo pragmático discursivo da Carta de Tiago a partir da teoria dos atos de fala de Austin e Searle.

Com isto, espera-se uma contribuição para os campos do conhecimento, nomeadamente da Linguística, da Pragmática, da Análise do Discurso e da Teologia, pois, os atos ilocutórios presentes na Carta de Tiago, podem perfeitamente ser analisados a partir dessa proposta, contribuindo para o enriquecimento do Estado da Arte.

3.2. Contexto histórico e cultural da produção da Carta de Tiago

Traçar as linhas do contexto da Carta de Tiago se mostra uma tarefa complexa, porque vários temas estão envolvidos: gênero literário, autoria, data, público alvo, linguagem e canonicidade. Todo isso envolve uma discussão que não é possível de ser feita separadamente, dado que os assuntos estão em complementaridade e a sua indissociabilidade decorre do entrecruzamento dos múltiplos campos de discussão epistemológica, o que dificultaria ou mesmo impediria uma análise das sequências apresentadas.

O esforço, contudo, será no sentido de traçar uma linha para esses temas, que muitas vezes se interlaçarão no desenvolvimento do texto. As crescentes dificuldades que, a par e passo, fomos enfrentando, foram sendo esclarecidas à medida que fomos encetando a análise mais detalhada desta epístola.

3.3 Gênero literário da Carta de Tiago

O gênero epistolar do período helênico apresentava como características comuns os seguintes elementos introdutórios: *Praescriptio*, *Superscriptio*, *Adscriptio*, e *Salutatio*. A Carta de Tiago está organizada de acordo com a sequência seguinte:

Proêmio ou introdução (*Praescriptio e Superscriptio*), – apresentação do autor – “Tiago, servo de Deus e do Senhor Jesus Cristo” (Tg,1,1). Essa introdução apresenta-se muito curta, mas é bem característica das cartas greco-romanas que traziam na introdução três elementos básicos (remetente, destinatário e saudação).

De acordo com Brown: o “Remetente (*Superscriptio*), envolve o nome do autor, por vezes ulteriormente identificado com um título a fim de estabelecer sua autoridade” (2004, p. 554). Esse elemento fica bastante evidente quando o autor explica quem é Tiago, “servo de Deus e do Senhor Jesus Cristo”. Daí provinha toda sua autoridade, sem necessidade de nenhuma explicação adicional.

Na saudação (*Salutatio*), nos textos epistolares cristãos, é mais comum encontrar outros termos como “graça”, “paz”, “misericórdia” e “amor”. Tiago prefere empregar o termo grego para saudações (*chairein*), embora nos textos judaicos desse mesmo período seja mais comum substituir por paz (*eirene*), visto que em hebraico se usava paz (*shalon*).

No entanto, a saudação (*Salutatio*) encontrada em Tiago também não apresenta detalhes do destinatário (*Adscriptio*). Apenas o identifica como “às doze tribos da diáspora”. Referindo-se ao destinatário dessa forma, Tiago usa termos já bem conhecidos da língua judaica, mas pouco usados pelos cristãos. Becquet (1991) a este propósito refere: “O único texto realmente passível de comparação acha-se no início da primeira carta de Pedro. O autor dirige-se aos “eleitos” que vivem como estrangeiros na diáspora”, e cita as províncias às quais pertencem” (1991, p. 17). Talvez a intenção do autor não era a determinação e especificação do destinatário, por isso, universaliza ao máximo, convocando a todos os cristãos que são dispersos nesse mundo a pertencerem ao novo povo de Deus. Assim, há de se concordar com Becquet:

A carta de Tiago, permanecendo muito vaga, universaliza, o mais amplamente que pode, seus destinatários. O número doze associado às tribos é simbólico; refere-se às doze tribos de Israel, aos doze apóstolos de Jesus e às doze tribos do novo povo de Deus. A carta, pois, dirige-se a todos os cristãos, deixando, porém, de precisar onde vivem (1991, p. 18).

E o conteúdo – esse trata de certos elementos comuns à vida da igreja na comunidade, os embates entre ricos e pobres, as situações de provação que exigem a resistência do fiel, visando seu amadurecimento espiritual, a prática de boas obras como reflexo da fé, o amparo aos necessitados representados pelos pobres, órfãos e viúvas, o domínio da língua e a rejeição à vida mundana.

Sendo assim, na Carta de Tiago aparece características de outros gêneros e estilos diversos como as características da literatura sapiencial preservada pós período do Antigo Testamento. Também estão presentes as características da literatura filosófica greco-romana de caráter ético. Segundo Brown: “Tiago concorda com os sentimentos e convicções encontrados em tal literatura” (2004, p. 963). Além disso, os ensinamentos de Tiago muito se aproximam dos de Jesus Cristo, descritos nos Evangelhos segundo Mateus e segundo Lucas.

Tiago também utiliza recursos retóricos e estilísticos como a diatribe, a parênese e principalmente o discurso protréptico (animador). Sobre essa questão, Brown atesta:

Esse gênero faz mais justiça a Tiago como um escrito propositadamente retórico, e não simplesmente uma coleção casual de máximas. Se se considerar como tudo isso está combinado com a abertura da carta, provavelmente o resultado será uma classificação mista para Tiago (2004, p. 964).

3.4. Autoria e data da Carta de Tiago

Os exegetas bíblicos, quando tentam estabelecer uma possível datação para a Carta de Tiago, ousam datá-la entre 44 e 49 d. C., contudo, não se pode precisar qual seria a data da sua escritura. As evidências internas da Carta sugerem ter sido um dos textos mais antigos do Novo Testamento, porque não faz menção aos principais temas teológicos cristãos do Novo Testamento, e, inversamente, apresenta semelhança com os textos judaicos do Antigo Testamento e do período intertestamentário. Face essas primeiras considerações, a edição da Bíblia de Estudos Andrews afirma: “É possível que tenha sido redigida bem no início da vida

da Igreja Apostólica, antes mesmo do concílio de Jerusalém em 49 d.C. e antes de existir uma distinção clara entre judaísmo e cristianismo” (2015, p. 1608).

Tendo em vista o contexto social, a Bíblia de Estudos Andrews apresenta o seguinte comentário:

O contexto social sugere uma origem anterior à destruição de Jerusalém, em 70 d. C., quando a situação socioeconômica era sombria e as tensões entre ricos e pobres, retratadas em grande parte na carta, eram intensas. A violência e o conflito entre o partido judeu dos zelotes e a elite dominante de saduceus eram uma realidade durante o período, apoiando a posição favorável a uma data antiga para Tiago (2015, p. 1608).

Alguns especialistas, todavia, preferem atribuir à Carta uma data posterior, porque o autor demonstra conhecimento dos ensinamentos de Jesus expostos nos Evangelhos, conhece a posição paulina sobre o tema fé e obras exposto nas Epístolas aos Gálatas e aos Romanos, que não são posteriores aos anos 50. A este propósito, Brown atesta: “Esse relacionamento com a tradição de Jesus e de Paulo pode ter sido possível antes de 62, mas uma data mais provável seria a última terça parte do século I” (2004, p. 965).

Esse período da Igreja Cristã configura-se por um profundo sentimento de urgência de missão e proclamação de uma mensagem salvadora para um mundo desencantado com os fracassos das soluções apresentadas pelas crenças filosóficas e religiosas da época, e também pela esperança do Reino tão prometido pela mensagem cristã. A Carta de Tiago versa sobre a prática de fé dos novos crentes, que deveriam viver segundo a ética e a moral descritas na própria lei, à qual Tiago denomina de “lei perfeita, lei da liberdade” (Tg 1,25).

Na abertura desta missiva aparece a identificação do seu autor, como uma breve apresentação: “Tiago, servo de Deus e do Senhor Jesus Cristo” (Tg 1,1). Essa designação do autor é uma estratégia retórica, uma vez que revela quem fala é alguém que possui autoridade para fazê-lo, e essa autoridade não provém de si mesmo, mas daquele a quem ele serve, a quem ele representa. De acordo com Becquet: “Arrogando-se o título de “escravo de Deus e de Jesus Cristo”, o autor realça sua dependência, mas também, contraditoriamente, seu prestígio e sua autoridade” (1991, p. 17).

Nesta expressão inaugural, convém realçar o sentido da palavra “servo” que, como se sabe, é muito distinto do conceito moderno e atual. O servo, ou escravo, era alguém que dependia do seu senhor, e só existia em função do seu senhor. Nesse caso, Tiago se coloca na inteira dependência do seu Senhor, de quem recebe autoridade. Diante dessa designação, o nome não se coloca em evidência, tanto que o autor se apresenta apenas por Tiago (Jacó), nome comum na época e que, nesse contexto, pode referir-se a diversas personagens. Contudo, tradicionalmente a autoria da carta é atribuída a Tiago, o irmão de Jesus Cristo, e líder da Igreja de Jerusalém, que foi decapitado em 62 d. C.²⁸

Diante de outras possibilidades de autoria, fica a problemática: qual Tiago teria escrito a Carta? Seria o “irmão do Senhor”²⁹ como defende a tradição, ou quem sabe, não seria um pseudônimo que usou o nome de Tiago como recurso literário muito empregado na época para dar sustentação e autoridade ao escrito, uma vez que se encontram várias referências que provam sua liderança e autoridade entre os apóstolos e na Igreja nascente em Jerusalém? Becquet afirma:

Com quase igual probabilidade, podemos considerar que o autor explora um procedimento literário bem conhecido no mundo grego-romano e judaico: o pseudônimo, isto é, a utilização do nome de uma pessoa ilustre que confere autoridade ao escrito com seu nome (1991, p. 16).

Tiago faz um grande discurso no concílio de Jerusalém colocando um ponto final na controvérsia envolvendo os judeus e os gentios. “Depois que eles terminaram, falou Tiago, dizendo: Irmãos, atentai nas minhas palavras” (At 15,13).

²⁸ Segundo Brown (2004, p. 946) Tiago foi morto em 60. Como segue a citação: “Ele foi executado no começo dos anos 60 por instigação do sumo sacerdote Anã II, o qual, na ausência do prefeito romano, convocou um sínédrio e acusou Tiago (“o irmão de Jesus, chamado o Messias”) de ter transgredido a Lei”. Brown atesta suas palavras fazendo referência a Josefo (*Josefo, Ant. 20.9.1;#200.*).

²⁹ Irmão de Jesus Cristo

O apóstolo Pedro reconhece Tiago como uma autoridade na Igreja de Jerusalém. Outro que atribui a Tiago a autoridade da Igreja em Jerusalém é o Apóstolo Paulo: “No dia seguinte, Paulo foi conosco encontrar-se com Tiago, e todos os presbíteros se reuniram” (At 21,18). Paulo também faz referências a Tiago nas suas cartas, chamando-o de irmão do Senhor, e, uma das três colunas: “[...] e não vi outro dos apóstolos, senão Tiago, o irmão do Senhor” (Gl 1,19). “[...] e, quando conheceram a graça que me foi dada, Tiago, Cefas e João, que eram reputados colunas, me estenderam, a mim e a Barnabé a destra da comunhão [...]” (Gl 2,9a).

Além de Tiago, “irmão do Senhor”, encontram-se outras referências a Tiago, filho de Alfeu, (Mc 3,18; At 1,13). Não se tem conhecimento de outros dados relevantes que esclareçam estes aspectos biográficos. O outro, é Tiago filho de Zebedeu e irmão de João (Mc 3,17). Esses irmãos são aqueles que pediram a Cristo um lugar de destaque na sua glória: “Então, se aproximaram dele Tiago e João, filhos de Zebedeu, dizendo-lhe: Mestre, queremos que nos concedas o que te vamos pedir” (Mc 10,35).

Atribuir a autoria da Carta a Tiago, filho de Zebedeu, também conhecido como Tiago o maior, não parece ser a mais provável, porque esse Tiago foi decapitado por Herodes em 44 conforme descrito em Atos dos Apóstolos: “Por aquele tempo, mandou o rei Herodes prender alguns da igreja para os maltratar, fazendo passar a fio de espada a Tiago, irmão de João” (At 12,1-2). Por isso, alguns analistas consideram que a questão da verdadeira autoria da Carta encerra ainda algumas dúvidas.

Uma das hipóteses mais credíveis é que o autor da Carta seja Tiago, líder da Igreja de Jerusalém. Segundo Brown: “Uma vez que a Igreja de Jerusalém estava estruturada, Tiago (acompanhado pelos anciãos) foi apresentado como chefe e porta-voz” (2004, p. 946). Esse Tiago, não era um membro dos Doze, nem há evidências de que tenha sido um dos diletos seguidores de Jesus. Sendo irmão de Jesus, permaneceu no anonimato de Nazaré até a ressurreição do Cristo que apareceu para ele: “Depois, foi visto por Tiago, mais tarde, por todos os apóstolos” (1Cor 15,7). Sobre isso, Brown afirma:

Não há prova nenhuma de que ele tenha seguido Jesus durante seu ministério público; ao contrário, ele permaneceu retraído, em Nazaré, com os outros parentes. Contudo, Jesus ressuscitado apareceu-lhe (1Cor 15,7; Evangelho dos Hebreus 7) e, aparentemente, daí em diante, Tiago tornou-se uma figura importante (Gl 1,19). Isto está refletido no copto³⁰ Evangelho de Tomé 12, em que Jesus diz aos discípulos que, após sua partida, eles deviam ir ao encontro de Tiago o Justo, “por cuja causa o céu e a terra ganharam existência (2004, p. 946).

Por tudo isso, não havia necessidade de especificar melhor o nome. O autor escreve para uma comunidade de quem é bem conhecido. Sendo um servo de Deus, era um escravo alforriado que recebia autoridade do seu Senhor. Dessa maneira, o autor se apresenta, mostrando aos seus leitores de onde procede sua autoridade. Sua autoridade não vem dos homens, porque não era escravo de homem algum, nem dele mesmo, porque não era livre, mas do Senhor a quem ele pertence, ou seja, de Deus, do qual herda e possui a verdadeira liberdade. Essas atribuições fazem ainda mais críveis as palavras do autor da Epístola para aquelas comunidades, porque sabiam quem estava falando.

³⁰ A palavra Copta deriva do egípcio *Aegiptos*, que significa nada mais nada menos que “egípcio” e desde a invasão árabe passou a designar os habitantes originais do país, que na sua maioria mantiveram o Cristianismo. Hoje os cristãos coptas representam cerca de 10% da população, o que equivale a cerca de 8 milhões de fiéis. A esmagadora maioria pertence à Igreja Copta Ortodoxa, liderada pelo Patriarca de Alexandria, Papa Tawadros II eleito em Novembro de 2012. Esta Igreja separou-se da Igreja Universal depois do concílio de Calcedónia, devido a divergências teológicas sobre a natureza de Cristo. Faz parte da comunhão de Igrejas Ortodoxas pré-calcedónias juntamente com a Igreja Arménia Ortodoxa, a Igreja Siríaca Ortodoxa, a Igreja Ortodoxa Etíope e a Igreja Malankara, da Índia. (<http://actualidadere religiosa.blogspot.com.br/>).

3.5. Destinatário

O autor se dirige aos seus destinatários como pertencentes às doze tribos que andam dispersas pelo mundo por causa da diáspora. “Tiago, servo de Deus e Senhor Jesus Cristo, às doze tribos que se encontram na Dispersão, saudações” (Tg 1,1).

Na época em que a Carta foi escrita não havia divisão de Israel em tribos. Esse número doze tem agora um valor simbólico, representativo das doze tribos de Israel, dos doze apóstolos e do novo povo de Deus, que não se confina simplesmente apenas a uma nação, mas a todos os crentes que se acham dispersos, conforme foi referido anteriormente.

Essa abertura da Carta de Tiago é uma abertura para inclusão de todos que desejam se aproximar dos ensinamentos do Evangelho, independentemente de nacionalidade. A forma de tratamento nominal “irmãos”, apesar de referenciar os irmãos judeus, incluía todos os que desejavam seguir uma vida de fé e de prática cristã, conforme exorta o apóstolo. Assim, é comum na sua carta, o tratamento universal dado aos crentes chamados de “irmãos”, pois muitas vezes Tiago chama sua atenção para refletir sobre a religião verdadeira.

Por outro lado, ao usar o termo “irmãos” para se dirigir aos crentes em geral, Tiago parece querer quebrar as barreiras do preconceito existentes na própria comunidade cristã, mostrando que todos são iguais perante Deus, portanto, o pobre deve gloriar-se na sua humildade, não simplesmente porque é pobre, mas porque mesmo o sendo, pertence ao povo de Deus. Eis aqui uma linguagem escatológica em que o “pobre” antevê pela fé sua libertação das dificuldades desse mundo, e com resiliência, enfrenta as adversidades, vislumbrando uma recompensa eterna no futuro. Mas, Tiago também se dirige aos ricos, criticando-os, porque se orgulham da sua riqueza. A esses ricos, Tiago apresenta uma sentença não muito agradável, como consequência do que eles causam aos pobres:

Atendei, agora, ricos, chorai lamentando, por causa das vossas desventuras, que vos sobrevirão...eis que o salário dos trabalhadores que ceifaram os vossos campos e que por vós foi retido com fraude está clamando; e os clamores dos ceifeiros penetraram até aos ouvidos do Senhor dos Exércitos. (Tg, 5,1,4), (BÍBLIA, 2013, p. 1439).

3.6. Linguagem da Carta de Tiago

Contrariando a interpretação que Lutero dá a Tiago, a Carta tem uma profunda ligação com o Evangelho, sobretudo pela aproximação da linguagem e da temática utilizada por Jesus Cristo no Sermão da Montanha (Mt 5). A linguagem de Tiago que é rica de metáforas, comparações e pelos elementos simbólicos utilizados, denuncia que o autor da Carta tinha aproximação com a mensagem do Cristo, exposta no Evangelho segundo Mateus.

Ainda tratando da linguagem adotada por Tiago, percebe-se um amplo e rico repertório de figuras retóricas, o que indica certo grau de conhecimento da cultura clássica. Tiago escreve sua Carta numa variedade de grego bem mais elaborada do que alguns dos textos do Novo Testamento. Seu estilo apresenta um emprego polido, rico em figuras de linguagem como os símiles ou comparações. Atente-se, por exemplo, nesta passagem, onde se evidencia esta comparação: “Porque, se alguém é ouvinte da palavra e não praticante, assemelha-se ao homem que contempla, num espelho, o seu rosto natural” (Tg 1,23), (BÍBLIA, 2013, p. 1437).

Neste pequeno trecho, percebe-se claramente o contraste estabelecido por Tiago entre o ouvir e não praticar, comparado a alguém que apenas se olha no espelho, mas não age a partir do que percebe. Alguém que tem consciência do seu dever, mas o negligencia, agindo de forma omissa e indiferente, sem compromisso com a palavra que ouve. Nesse, a palavra escutada não causa efeito (*pathos*)³¹ porque o ouvinte não se deixa penetrar pela palavra que produz ações modificadoras, tanto no próprio ouvinte quanto no próximo.

³¹ *Pathos*, segundo Aristóteles, é o efeito emocional produzido nos ouvintes, através do discurso proferido pelo orador. (A Retórica).

Esse hipotético interlocutor, a que alude Tiago, assemelha-se ao que é descrito na parábola do semeador no Evangelho segundo Mateus, sobre a semente que não frutificou por ter caído sobre a rocha. “Outra parte das sementes caiu num lugar onde havia muitas pedras e pouca terra. As sementes brotaram logo porque a terra não era funda. Mas, quando o sol apareceu, queimou as plantas, e elas secaram porque não tinham raízes” (Mt 13, 5-6), (NTLH)³². Esse tipo de ouvinte é igualmente referido nos sermões de padre Antônio Vieira³³ e nos escritos jesuíticos, são cognominados de “ouvintes de vontades endurecidas” e os classificam como os piores tipos de ouvintes.

Para esses interlocutores, não praticantes da palavra, Tiago apresenta uma série de perguntas retóricas como as que se seguem em Tg 2, 4–6, que trata da diferença e da parcialidade entre as pessoas; da questão entre fé e obras Tg 2,14-26; da incompatibilidade entre professar uma coisa e fazer outra totalmente oposta ao que se confessa Tg 3. Se alguém trata as pessoas com essa parcialidade, que o autor liminarmente condena, fazendo diferença entre rico e pobre, o que se veste e se adorna dispendiosamente valorizando as aparências, e aquele que não se apresenta dessa maneira, mas em trajes humildes, Tiago diz: “[...] Não estarão fazendo discriminação, fazendo julgamentos com critérios errados?” (Tg 2,4), (NVI)³⁴. Ou ainda quando se afirma:

De que adianta, meus irmãos alguém dizer que tem fé, se não tem obras? Acaso pode a fé salvá-los? Se um irmão ou irmã estiver necessitado de roupas e do alimento de cada dia e um de vocês lhe disser: ‘Vá em paz, aqueça-se e alimente-se até satisfazer-se’, sem porém lhe dar nada, de que adianta isso? (Tg 2,14-16).

³² (Bíblia Nova Tradução na Linguagem de Hoje).

³³ Cf. Sermão da Sexagésima de Pe. Antônio Vieira. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000034.pdf>> Acesso em 6/4/217.

³⁴ (Bíblia Nova Versão Internacional).

A grande utilização das figuras de linguagem utilizadas por Tiago, em sua Carta, tem como objetivo facilitar o acesso à mensagem transmitida. Sendo assim, as figuras retóricas servem como elementos facilitadores da compreensão do texto, tirando-lhe a dificuldade da abstração e mostrando, na prática, qual deve ser a interpretação e a compreensão do texto para um agir correto, mesmo em ambientes tão hostis como o que enfrentavam os primeiros destinatários desse texto. Então, segundo Aguiar “[...] as figuras de linguagem presentes na Epístola Universal de Tiago se afiguram como um recurso retórico utilizado como procedimento argumentativo para persuadir os ouvintes” (2014, p. 20).

3.7. Canonicidade da Carta de Tiago

Essa Carta, apesar da sua importância para o cristianismo primitivo e o cristianismo atual, foi muito criticada e, ainda hoje, é pouco comentada. Sua inclusão na formação do cânon Bíblico foi muito discutida, não tanto pelo seu conteúdo teológico, mas principalmente pela sua autoria, pelo estilo do autor, muito próximo dos escritores clássicos. A oposição à Carta de Tiago advém do preconceito contra o fato de ela demonstrar familiaridade com a retórica grega, não expor formalmente a doutrina cristã e ser semelhante ao livro de provérbios.

As primeiras referências ao reconhecimento da Carta de Tiago datam do século III d.C. Orígenes foi o primeiro dos Pais da Igreja a identificar e dar

importância à Carta, embora a tenha colocado entre os livros controversos³⁵ do NT. Eusébio de Cesareia³⁶ também faz menção à Carta.

A carta de Tiago enfrentou resistência para sua aceitação no cânone, fato que se deu tardiamente. Mesmo séculos após sua aceitação, ainda enfrentou críticas, como no período da Reforma, de acordo com Brown: “Erasmus aceitou-a, mas questionou a atribuição ao irmão do Senhor, tal como o cardeal Caetano” (2004, p. 968). Lutero foi um dos autores mais críticos de Tiago, ao afirmar: “A epístola de Tiago é uma epístola de palha, porquanto não exhibe o caráter do evangelho” (*apud* Champlin. 2002, p. 1).

Apesar de sua aceitação pelos reformadores, a carta de Tiago foi considerada obra inferior no meio protestante. Somente a partir da segunda metade do século XX, a Carta de Tiago foi ganhando credibilidade conforme atesta Brown:

À altura da segunda metade do século XX, porém com a elevação do senso cristão acerca da moralidade social, a resistência de Paulo em mudar as estruturas sociais (p. ex., sua tolerância à escravidão) sofreu crescentes críticas, ao passo que Tiago foi ganhando simpatia. A máxima “Meus irmãos, se alguém disser que tem fé, mas não tem obras, que lhe aproveitará isso?” – exemplificada pela provisão de roupas aos maltrapilhos, alimento aos que diariamente passam fome (Tg 2,14-16) – foi considerada corretivo importante para a insensibilidade do cristianismo (2004, p. 968).

³⁵ Orígenes reconheceu a carta, embora como um dos livros controversos, citando-a 24 vezes e atribuindo-a a Tiago apóstolo, o irmão do Senhor. No começo do século IV, Eusébio (HE 2.23.24-25; 3.25.3) ainda a classificava entre os livros controversos do NT; contudo, no fim do século IV, Atanásio deu provas da aceitação de Tiago nas Igrejas de língua grega do Oriente. A não muito entusiástica inclusão dela na Vulgata, por (será São Jerônimo????) Jerônimo, e a autoridade de Agostinho significaram aceitação no Ocidente (BROWN, 2004, p. 967).

³⁶ Eusébio, Bispo de Cesareia na Palestina. Ele foi o representante mais qualificado da cultura cristã do seu tempo em contextos muito variados, da teologia à exegese, da história à erudição. Eusébio é conhecido sobretudo como o primeiro historiador do cristianismo, mas foi também o maior filólogo da Igreja antiga. Disponível em: <<http://www.paraclitus.com.br/2011/patristica/biografias/eusebio-de-cesareia/>> acesso em 6/5/2017.

Muito embora a Carta de Tiago encerre conteúdo de singular relevância social que vale a pena ser analisado, ainda é pouco comentada no ambiente, principalmente devido as discussões sobre a questão social e o papel dos cristãos. Em face desses problemas, a Carta de Tiago apresenta importância vital para o pensamento social, mesmo na contemporaneidade, explicitando como cada cristão pode enfrentar questões práticas da vida, comprometendo-se responsavelmente com a ética, decorrente da fé que processa.

3.8 Estrutura da Carta de Tiago

A Carta de Tiago é composta de cinco capítulos que esbanjam uma riqueza muito vasta de temas e subtemas muito interessantes. A carta não segue uma estrutura de divisão rigorosa, há várias possibilidades de estruturação do texto que vão depender do interesse que se impõe na análise, como se verifica neste trabalho, também não se segue uma divisão estrutural rígida da Carta, mas apenas uma possível proposta de estruturação.

O Capítulo primeiro, além do proêmio, pode ser dividido em duas grandes perícopes: a primeira, Tg 1,2-18 trata do tema da resistência na provação e subdivide-se em quatro perícopes menores, Tg 1,5-8 apresenta o tema da sabedoria e como obtê-la; Tg 1,9-11 mostra a transitoriedade das coisas terrenas; Tg 1,12-15 dedica-se a esclarecer a origem do pecado; Tg 1,16-18 mostra qual a origem do bem e Tg 1,19-27 esclarece que a palavra deve ser colocada em prática. Todo capítulo primeiro apresenta as duas pontas de um fio concatenador: a resistência diante das provações e prática coerente com o discurso.

O segundo capítulo pode ser dividido em duas perícopes: a primeira, Tg 2,1-13 enfatiza a caridade e a misericórdia. Nessa perícope, o autor deixa claro que não pode haver lugar para a parcialidade e a acepção entre as pessoas, mas o crente fiel que cumpre a lei é aquele que ama o próximo como a si mesmo, Tg 2,8. A segunda perícope 2,14-26 apresenta a eficácia da fé. Como o autor esclarece, a fé sem a prática das boas obras não serve para nada, seu valor é comparado a um cadáver, “ fé sem obras é morta” Tg 2,17 e 26.

O terceiro capítulo subdivide-se em duas perícopes: a primeira, Tg 3,1-12 fala especificamente dos pecados da língua e do dever de refreá-la; a segunda, Tg 3,13-18 retoma o tema da sabedoria que foi apresentado no capítulo primeiro, especificamente na perícope de Tg 1,5-8. Este capítulo, porém, apresenta uma unidade temática que vai “do falar destruidor ao sábio fazer” (Becquet, 1991, p. 48), perpassando as duas perícopes e interligando-as de forma muito coerente. Este capítulo da Carta de Tiago será melhor analisado no capítulo 5 desta dissertação.

O quarto capítulo pode ser dividido em duas perícopes: a primeira, Tg 4,1-12 apresenta de onde procedem as contendas e as discórdias, condenando a maledicência; a segunda, Tg 4,13-17 mostra a falibilidade dos projetos humanos e está relacionada com a perícope de Tg 1,9-11 pois, ambas tratam da transitoriedade e brevidade das coisas terrenas e da vida.

O quinto capítulo subdivide-se em três perícopes: a primeira, Tg 5,1-6, nesta perícope, o autor se dirige aos ricos, esclarecendo-os que Deus condena as riquezas adquiridas às custas da opressão dos pobres e dos trabalhadores; a segunda, Tg 5,7-11, o autor se dirige aos irmãos, recomendando-os que sejam pacientes e perseverantes, tendo em vistas as bênçãos que os aguardam. Esta perícope está relacionada com a primeira perícope de Tg 1,2-18, pois ambas apresentam a resistência e a perseverança como condições para alcançar o alvo descrito em Tg 1,12: “Bem-aventurado o homem que suporta, com perseverança, a provação; porque, depois de ter sido aprovado, receberá a coroa da vida, a qual o Senhor prometeu aos que o amam”. “Eis que temos por felizes os que perseveram firmes” Tg 5,11 (BÍBLIA, 2013, p. 1440). A terceira, Tg 5,12-20, nesta perícope o autor apresenta a palavra posta em prática: sem juramentos, mas com firmeza e convicção das palavras, sim é sim, não é não; oração pelos enfermos, confissão dos pecados entre si e anúncio da palavra da verdade.

O autor termina sua epístola retomando, neste capítulo, os temas que foram abordados no princípio, mostrando que apesar de parecerem uma coleção de temas desconexos, no corpo do texto, apresentam uma maravilhosa sequência que garante a coesão e a coerência textual da sua Carta.

4. DO FALAR AO FAZER

4.1. Procedimento de análise

Neste capítulo 4 serão analisadas algumas perícopes da Carta de Tiago, a partir das quais, serão identificados os atos diretivos de fala predominantes em cada uma delas e a partir da análise desses atos, elaborar uma possível análise dessas perícopes a partir das teorias dos atos de fala.

No processo da comunicação, o significado do que é dito nem sempre corresponde à forma como é expresso em palavras, porque o significado não está apenas nas formas e estruturas gramaticais das frases, dos enunciados e das proposições; está também nas coisas, nas pessoas, no contexto situacional e social dos atos de fala. Sendo assim, o significado das coisas, dos eventos, pertence às pessoas e aos usos que elas fazem da linguagem dentro de uma situação discursiva interacional relevante para a comunicação. Isso que foi dito pode ser ilustrado com o que Searle diz:

Os casos mais simples de significação são aqueles em que o falante emite uma sentença e quer significar exata e literalmente o que diz... Mas, notoriamente, nem todos os casos de significação são tão simples... Uma classe importante de casos é aquela em que o falante emite uma, quer significar o que diz, mas também quer significar algo mais (2002, p. 47).

Assim, para proceder ao processo de análise da Carta de Tiago, tomar-se-á como base as teorias dos atos de fala de Searle. Pois, como já foi visto, a linguagem e seus significados estão intimamente relacionados com o contexto interacional em que são produzidos. É preciso enxergar que o processo significativo das palavras não está simplesmente na palavra, mas nos usos que se fazem das palavras em determinados contextos. Por isso, dizer e fazer são dois termos tão caros que constituem um só ato.

A Carta de Tiago apresenta-se bastante rica de imperativos e sentenças gerais, e a partir da sua leitura, buscar-se-á encontrar os objetivos ilocucionários, a intenção (ou intenções) do autor, que está expressa no texto ou através do texto.

Além da verificação da força ilucucionária (função) que é atestada através dos recursos da linguagem, figuras de linguagem, as tensões e divisões que se revelam na Carta.

O autor, logo após a abertura da Carta, inicia com a organização do tempo empregando os verbos preferencialmente no presente, e a organização do espaço, quando faz oposição entre alguns termos, conforme será visto na análise da perícope 1.

Ao empregar os verbos no presente, o autor da Carta de Tiago coloca em destaque tanto as considerações gerais, quanto as atitudes de conduta que as pessoas devem manter, exemplificando através das evidências que servem para assegurar o seu discurso. Além do presente, ainda aparecem outros dois tempos verbais, o futuro e o passado. A ação futura aparece, segundo destaca Becquet como “consequência lógica da transformação realizada no passado, mas atualizada e vivida no hoje intemporal” (1991, p. 20).

A oposição temporal entre presente, passado e futuro, contudo, não é quanto a duração, mas quanto a qualidade. De acordo com Becquet: “O tempo, no qual o autor quer persuadir os membros da diáspora a entrar, é um tempo construído na duração, na continuidade, um tempo oposto ao instante, à imediaticidade, à precariedade” (1991, p. 21).

À semelhança da oposição temporal, encontra-se a oposição espacial. Há espaços instáveis marcados pela agitação, inconstância, mobilidade; e espaços estáveis, marcados sobretudo pelo relacionamento entre Deus e o homem. Nesse espaço, não há lugar para a volatilidade, nem para a dúvida, mas se exige do ouvinte o compromisso de perseverar firme na sua decisão de servo.

Diante disso, percebe-se o esforço do autor da Carta de Tiago para que seus ouvintes sejam operosos praticantes da palavra que receberam (Tg 1,21).

Inicia-se então uma análise da Carta de Tiago, tendo como marco teórico a Teoria dos Atos de Fala de Searle, cujo enfoque se dará nos atos de fala diretivos da perícope 3, base para abordagem do tema desse trabalho. Utilizar-se-ão ainda as perícopes 1 e 2, como preparação e contextualização da perícope específica desse trabalho, a partir da qual se verificarão o objetivo (intenção) e a força (função) dos atos ilocucionários diretivos presentes nesses trechos da Carta de Tiago.

Perícopo 1

2 Meus irmãos, tende por motivo de toda alegria o passardes por várias provações,

3 sabendo que a provação da vossa fé, uma vez confirmada, produz perseverança.

4 Ora, a perseverança deve ter ação completa, para que sejais perfeitos e íntegros, em nada deficientes.

5 Se, porém, algum de vós necessita de sabedoria, peça-a a Deus, que a todos dá liberalmente e nada lhes impropéria; e ser-lhe-á concedida.

6 Peça-a, porém, com fé, em nada duvidando; pois o que duvida é semelhante à onda do mar, impelida e agitada pelo vento.

7 Não suponha esse homem que alcançará do Senhor alguma coisa;

8 homem de ânimo dobre, inconstante em todos os seus caminhos.

9 O irmão, porém, de condição humilde glorie-se na sua dignidade;

10 e o rico, na sua insignificância, porque ele passará como a flor da erva.

11 Porque o sol se levanta com seu ardente calor, e a erva seca, e a sua flor cai e desaparece a formosura do seu aspecto; assim também se murchará o rico em seus caminhos.

12 Bem-aventurado o homem que suporta, com perseverança, a provação; porque depois de ter sido aprovado, receberá a coroa da vida, a qual o Senhor prometeu aos que o amam.

13 Ninguém, ao ser tentado, diga: Sou tentado por Deus; porque Deus não pode ser tentado pelo mal e ele mesmo a ninguém tenta.

14 Ao contrário, cada um é tentado pela sua própria cobiça, quando esta o atrai e o seduz.

15 Então, a cobiça, depois de haver concebido, dá a luz o pecado; e o pecado, uma vez consumado, gera a morte (Tg 1,2-15) (BÍBLIA, 2013, p. 1436).

O autor da Carta de Tiago, logo após sua apresentação, entra direto no conteúdo de sua mensagem, apresentando nessa parênese algumas exortações para que o ouvinte jamais perca as esperanças e a alegria diante das provas. Para isso o autor emprega:

1. “tende por motivo de toda a alegria” (v.1)

Essa forma de se dirigir aos seus destinatários, segundo Vouga, “retoma o *cháirein* (lit.: alegrar-se) da saudação do v. 1” (1996, p. 41).

Ao dizer 1, o autor da Carta de Tiago pretende dizer literalmente o que está expresso na superfície do texto: “alegrar-se”. Esse é o significado mais simples, conforme já foi enfatizado por Searle (2002) quando o falante emite uma sentença, quer significar exatamente o que diz. Mas, o jogo dos significados da linguagem não é só isso.

Assim, o autor de Tiago, em 1, emite um ato diretivo, cujo objetivo ilocucionário (pragmático) é fazer que seus ouvintes jamais percam as esperanças e a alegria, mesmo diante das provações. Para enfatizar seu ato diretivo em 1, o autor da Carta apresenta na sequência uma série de argumentos que dão coerência ao que é dito em 1, pois seu propósito indireto é levar seus ouvintes a achar nas provações, ocasião para fortalecimento do caráter que deve ser forjado na resistência à prova, “Sabendo que a provação da vossa fé, uma vez confirmada, produz perseverança. Ora, a perseverança deve ter ação completa, para que sejais perfeitos e íntegros, em nada deficientes” (Tg 1,2-4).

As características retóricas do texto podem ser percebidos na forma como o autor da Carta se dirige aos seus ouvintes, sempre repetindo a forma vocativa “irmãos”, conforme destaca Vouga: “[...] por este procedimento repetido (cf. Meus irmãos, 2,1. 14; 3,1-10.12; 5,12.19; irmãos, 4,11; 5,7.9.10; irmãos bem-amados, 1,16.19; 2,5), dá ao texto seu caráter retórico (1996, p. 41).

Segundo Becquet, a melhor forma de apreciar a coerência dessa períclope, que se apresenta bastante densa, é através da observação dos aspectos da língua do texto, da organização do tempo e do espaço, no conjunto da sequência, e do encadeamento dos termos significativos, nos versículos de Tg 1,2-4, que iniciam a Carta propriamente dita.

Quanto ao tempo, Becquet afirma: “O tempo mais frequentemente usado é o presente” (1991, p. 20). Essa forma de empregar os verbos predominantemente no presente: “Não suponha esse homem” (Tg 1,7), dá destaque a considerações gerais, e, a uma conduta a manter. “Peça porém com fé” (Tg 1,6). Ainda assegura Becquet, que eles aparecem nesse tempo para destacar as evidências nas quais se apoiam o discurso de Tiago, fazem referência à condição humana, “pois o que duvida é semelhante a onda do mar”, (Tg 1,6); e dizem respeito à natureza divina, “Deus não é tentado pelo mal”(Tg 1,13). As

formas de empregar esses verbos demonstram imediatamente o contraste entre a condição humana, imperfeita, dúbia, inconstante e fraca e a natureza divina perfeita, plena, eterna.

Além do tempo presente que predomina nesse fragmento, aparecem outros dois tempos: o futuro e o passado: “receberá a coroa da vida, a qual o Senhor prometeu aos que o amam” (Tg 1,12). Sobre esses tempos verbais, Becquet dá o seguinte destaque: “O futuro aparece como consequência lógica da transformação realizada no passado, mas atualizada e vivida no hoje intemporal” (1991, p. 20). Verifica-se um contraste entre a duração temporal e o instante, de acordo com Becquet:

A oposição no tempo, não se situa, pois, entre presente, passado e futuro, enquanto duração, mas enquanto qualificação. O tempo, no qual o autor quer persuadir os membros da diáspora a entrar, é um tempo construído na duração, na continuidade, um tempo oposto ao instante, à imediaticidade, à precariedade. Ao que parece, aí está o maior risco da situação presente de provação, ilustrada pelas imagens da agitação do mar, para aqueles que “discriminam” (v. 6-8), ou do “sol que desseca”, para o “rico” (v. 10-11), (1991, p. 20).

Nessa perícopie, a oposição não está apenas quanto ao tempo, há também outra oposição relacionada com o espaço, que Becquet apresenta da seguinte maneira:

Há o espaço caracterizado pela “agitação” (v. 6), pela “inconstância” (v. 8), pela “mobilidade” (v. 11); aí “passam” o rico (v. 10) e aquele que pratica a “discriminação” (v. 6), agitado pelo “vento”, pela “tempestade”, pelo “siroco” (v. 6,11)”. É o espaço da “concupiscência” (v. 14) e da “duplicidade” (v. 8). “O pecado arrasta para empreendimentos tentadores que destinam à morte aquele que se deixa seduzir (v.15), (1991, p. 21).

Em oposição a esse espaço de volatilidade e inconstância, que arrasta o homem para morte, Tiago apresenta outro espaço caracterizado pela permanência, pela estabilidade. Esse espaço de acordo com Becquet: “É caracterizado pela relação entre Deus e o homem e pela permanência dessa relação (v. 5-6). Requer virtude de perseverança (v. 3-4), atribuída àquele que “persevera nas provações” (v. 12) sem fazer censuras a Deus, porque este “a ninguém prova” (v. 13)”, (1991, p. 21).

Como se podem ver pelos comentários de Becquet, as oposições temporais e espaciais dão destaque a essa perícope. Olhando essa perícope pelo viés da teoria dos atos de fala de Searle, há se destacar os verbos empregados no imperativo, portanto, com predominância dos atos de fala diretivos.

Se, porém, algum de vós necessita de sabedoria, peça-a a Deus, que a todos dá liberalmente e nada lhes impropera; e ser-lhe-á concedida.

Peça-a, porém, com fé, em nada duvidando; pois o que duvida é semelhante à onda do mar, impelida e agitada pelo vento (Tg 1,6-7), (BÍBLIA, 2013, p. 1436).

2. “peça-a a Deus” (v.6)

O verbo pedir do (v. 5 peça-a a Deus) introduz um ato diretivo, cujo propósito ilocucionário é fazer que o ouvinte pratique uma ação, baseado na crença que é imediatamente seguida do ato assertivo:

3. “que a todos dá liberalmente” (v.6)

O verbo “dá”, em 3, introduz uma asserção acerca da liberalidade de Deus em conceder seus favores aos que o pedem com fé. Dessa forma, o autor da Carta de Tiago chama o ouvinte a fazer algo, fiando-se no que ele declara sobre Deus.

Seguindo o princípio da intenção/objetivo ilocucionário e função/força ilucucionária, à perícope em análise pode ser empregado o simbolismo:

!↑ W (O faz A)³⁷.

³⁷ “*Diretivos*. Seu propósito ilocucionário consiste no fato de que são tentativas (em graus variáveis, e por isso são, mais precisamente, determinações do determinável que inclui tentar) do falante de levar o ouvinte a fazer algo. Podem ser “tentativas” muito tímidas, como quando o convidado a fazer algo ou sugiro que faça algo, ou podem ser tentativas muito veementes, como quando insisto em que faça algo. Usando o ponto de exclamação como dispositivo indicador do propósito ilucucionário dos membros dessa classe em geral, temos o seguinte simbolismo: !↑ W (O faz A). A direção do

O ato de fala diretivo expresso em 2, (utilização do verbo pedir – peça) cuja intenção é levar o ouvinte (alocutário) a agir, a partir do que o locutário declara em 3, (ato assertivo) sobre Deus (v. 5 “dá liberalmente e nada impropéria” e v. 13 “Deus não é tentado pelo mal”), seguidos dos atos assertivos, em cujos, são empregados os elementos da natureza, evocados pelo autor da Carta para reforçar o propósito do seu ato de fala, através dos contrastes entre o divino, estável e o humano, instável, dúbio e passageiro.

Esses atos de fala diretivos e assertivos estão em consonância com o que Becquet apresentou sobre a “estabilidade e permanência da relação entre Deus e o homem”. Pois, o autor da carta de Tiago convoca o ouvinte a agir com “perseverança nas provações” (Tg 1,3-4), visando a alcançar um fim que está proposto, “receberá a coroa da vida” (Tg 1,12).

Para alcançar tal objetivo, portanto, não há lugar para reclamações e lamentos diante das provas, pelo contrário, elas devem ser enfrentadas com júbilo. Por que nas vicissitudes o crente pode tirar proveito para fortalecer seu caráter, portanto, há uma intenção ilocucionária: produzir perseverança, perfeição, integridade e completude vv. 3-4; por isso as provações devem ser encaradas com alegria v. 2, como é apresentado nesses versículos, cuja função (força) ilocucionária está na forma como o autor de Tiago emprega os verbos e organiza as proposições, mostrando aos irmãos, que a perseverança produz uma ação de vida completa, plena, sem deficiência.

Outro destaque interessante que se pode verificar nessa perícopa, a partir da teoria dos atos de fala, reside no contraste entre os irmãos de condição humilde e os ricos. “O irmão, porém, de condição humilde glorie-se na sua

dignidade; e o rico, na sua insignificância, porque ele passará como a flor da erva” (Tg 1,9-10).

Sobre essa questão dos ricos, o autor da Carta de Tiago apresenta-se bastante severo, pois os chamam apenas de ricos, quanto aos pobres, ele emprega o termo “irmão ou irmãos”. Vouga apresenta o seguinte comentário sobre ricos e pobres em Tiago:

Tg evita sistematicamente chamar os ricos seus irmãos. Aos irmãos de condição modesta ele opõe os ricos (Tg 1,9-11). Evita cuidadosamente integrar o notável de 2,1-13 ao povo dos pobres, e invectiva sucessivamente e com rigor os ricos das cidades (Tg 4,13-17) e dos campos (Tg 5,1-6), anunciando seu declínio e lutando contra o fascínio que exercem. Para Tg, eles só parecem fazer parte da comunidade quando os toma à parte e condena seu comportamento (Tg 2,15-17), (1996, p. 27).

Nessa diatribe,³⁸ o autor da Carta de Tiago não poupa suas críticas aos ricos, mostrando pela força dos atos de fala diretivos/performativos, acompanhados dos atos assertivos/constatativos, cujos ajustes palavra – mundo atestam a verdade do que está sendo dito, que os ricos são responsáveis por diversas aflições impostas aos irmãos, mas também, que eles têm, já nesse mundo, a sua recompensa. Para isso, o autor da Carta utiliza recursos e imagens facilmente verificáveis pelos ouvintes, como provas verídicas que garantem a força do ato diretivo.

Ao dizer:

4. “O irmão humilde, glorie-se” (v.9)

³⁸ **diatribe**, que quer dizer “crítica severa, fala afrontosa”, do Latim *diatriba*, do Grego *diatribein*, “discurso, estudo”, literalmente “perda de tempo”, de *dia-*, “através”, mais *tribein*, “gastar, esfregar”. <<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/diatribe/>>

A intenção (objetivo ilocucionário) é apresentar que o irmão humilde não deve preocupar-se com sua condição, mas gloriar-se, porque não é pior que os ricos, que são efêmeros, como os elementos perecíveis da natureza. Ao contrário disso, a função (força ilocucionária) mostra que as expectativas dos irmãos modestos estão no cimo, no alto, ou seja, estão em Deus que intervirá em favor dos humildes, dando-lhes “a coroa da vida” (Tg 1,12). Assim, o ouvinte “O” é convencido a fazer “A”, baseado no reforço de crença do que se constata na realidade, pois as palavras correspondem ao mundo, simbolicamente representado desta forma:

$\vdash\downarrow B(p)$ ³⁹

De acordo com Searle: “É importante enfatizar que palavras como “crença” e “compromisso” intervêm aqui para marcar dimensões; são, pode-se dizer, determináveis, mais do que determinações” (2002, p. 19). Nessa perícope, o discurso do autor da Carta de Tiago utiliza a crença na intenção (objetivo ilocucionário) de firmar o compromisso (força ilocucionária) do seu ouvinte com seu Deus, resistindo a todas as provações com resiliência, perseverança e regozijo, visando alcançar a perfeição, a completude. Ele apresenta grandes nomes antepassados que souberam enfrentar as provações, saindo-se vitoriosos, como foi o caso de Jó: “Eis que temos por felizes os que perseveram firmes. Tendes ouvido da paciência de Jó e vistes que fim o Senhor lhe deu; porque o Senhor é cheio de terna misericórdia e compassivo” (Tg 5,11). Pois, como enfatizou Becquet:

A resistência é “obra perfeita” que produz seres “perfeitos” e “cumulados”, “sem nenhuma carência” (v. 4). A multiplicação dos termos de igual raiz ou redundantes mostra a atração de Tiago por uma arte de viver na qual é valorizado o indivíduo sem carência alguma. Este ideal opõe-se a uma visão do “homem dúbio, inconstante em todos os seus caminhos (1,8),

³⁹ Símbolo $\vdash\downarrow B(p)$. A direção do ajuste é palavra-mundo; o estado psicológico expresso é crença (que *P*). (SEARLE, 2002, p. 19).

comparado “à agitação do mar” e à flor que murcha” (1,10-11), (1991, p. 23).

Assim, os atos performativos dessa diatribe, como disse Searle, logo acima, são muito mais “determináveis que determinantes”.

Utilizando-se de elementos retóricos discursivos, o autor da Carta de Tiago pretende mais “os determináveis”, ou seja, a persuasão do seu ouvinte para uma nova compreensão da vida e do que seja a verdadeira sabedoria v. 5. Para isso, cria um discurso hipotético atribuído aos ouvintes e emprega os meios de desqualificação do discurso oponente para introduzir uma nova compreensão que diferencia das crenças conhecidas do Antigo Testamento, como a crença que o sofrimento era uma resposta de Deus aos atos do pecador. Se alguém enfrentava o sofrimento, estava sob o castigo de Deus por algum pecado muito grave. Essa ideia foi apresentada pelos amigos de Jó como justificativa do seu sofrimento (Jó 15,17-35. 20). Também era essa a crença dos discípulos de Jesus Cristo quando o questionaram sobre a cura de um cego: “Mestre, quem pecou, este, ou seus pais, para que nascesse cego?” (Jo 9,2).

Tomando como exemplos os vv. 13-15 da perícopre:

13. Ninguém, ao ser tentado, diga: Sou tentado por Deus; porque Deus não pode ser tentado pelo mal e ele mesmo a ninguém tenta.

14. Ao contrário, cada um é tentado pela sua própria cobiça, quando esta o atrai e o seduz.

15. Então, a cobiça, depois de haver concebido, dá a luz o pecado; e o pecado, uma vez consumado, gera a morte (Tg 1,13-15), (BÍBLIA, 2013, p. 1436).

Retoricamente o autor da Carta de Tiago visa o convencimento do seu ouvinte de que ele é o responsável pelas consequências das suas ações. Portanto, não se deve atribuir a outrem a culpa dos próprios atos. Assim, há uma oposição que se constata em toda a perícopre, entre a visão de Deus e a visão do mundo.

Deus não é o responsável pelo mal, mas a maldade é fruto da consciência do homem transitório e passageiro, que não persevera na prática da fé. Deus, Ser perfeito; o homem, imperfeito, inconstante, duvidoso. Dessa forma,

como Faraco afirma: “Atrás do texto há sempre um sujeito, uma visão de mundo, um universo de valores com que se interage” (2009, p. 43).

O sujeito desse texto da Carta de Tiago apresenta sua visão de mundo, passageiro, variado; e, sua visão de Deus, imutável, constante sem variação ou sombra de mudança. Fica evidente no texto de Tiago a oposição entre os valores do divino e os valores do humano, ou segundo Becquet: “dupla oposição duração-imediatez e agitação-estabilidade” (1991, p. 21). Quem conseguir superar essa oposição de valores e compreender o verdadeiro sentido das provas, pode ser considerado “bem-aventurado” (Tg 1, 12) porque depois de suportar todas as intempéries das provas, passará para o lado da permanência e da estabilidade.

O sujeito do discurso na carta de Tiago utiliza-se retoricamente dos tipos de discursos, que foram apresentados por Aristóteles,⁴⁰ o deliberativo, que induz alguém a fazer ou não fazer algo, geralmente refere-se ao futuro; o demonstrativo, pois o autor, ao se utilizar da diatribe, censura o homem inconstante, de ânimo dobre e censura os ricos. Em contrapartida, louva o que persevera, o que busca a sabedoria, a integridade, a completude. Esse discurso atua no presente, mas também se reporta ao passado, visando uma questão futura.

Utilizar-se dos discursos deliberativo e demonstrativo como formas de persuadir o ouvinte é muito eficaz, mas não é o ponto principal da força persuasiva da Carta de Tiago, pois o seu autor não apenas joga o jogo da persuasão, mas busca a identificação do ouvinte com o discurso, através da prática dos que ouvem (Tg 1,18;21-23). Vê-se no discurso de Tiago a atuação dos conceitos da “Nova Retórica”, pois, como já foi mostrado antes: “Na antiga retórica, a palavra-chave era ‘persuasão’, e sua ênfase recaía sobre a intenção deliberada. Na Nova Retórica, a palavra-chave seria ‘identificação’” (BURKE, 1951, p. 51). Pois, como atesta Vouga: “Responder à vocação de Deus implica, no entanto, uma

⁴⁰ Aristóteles (1358b – 5a 20)

“fidelidade na qual se realiza na Palavra”. Sendo assim, os atos de fala empregados nessa perícopa pretendem, como já foi dito, mais os “determináveis que os determinantes” (1996, p. 23). Buscam, pois, a identificação do ouvinte com a palavra que lhes fora transmitida pelo autor da Carta de Tiago. Ou, como já foi dito anteriormente: “O discurso eficaz é aquele que exerce poder sobre os interlocutores, levando-os a ação. Donde se pode concluir, que o discurso age convencendo e persuadindo para um fim, a adesão”. Sobre isso, Parelman afirma que a Retórica: “Ocupa-se com a adesão. Sua meta é produzir ou aumentar a adesão de um determinado auditório a certas teses e seu ponto inicial será a adesão desse auditório a outras teses” (1999, p. 70).

O autor da Carta de Tiago pretende:

1. persuadir seus ouvintes a conservarem a alegria, mesmo em face das provações, porque essas têm o propósito de forjá-los na resistência para um futuro glorioso,
2. rechaça as teses de que Deus seja o responsável pelo mal, e;
3. a ideia de que o sofrimento é castigo direto de Deus sobre o homem; assim, joga com as oposições dos valores já apresentadas por Becquet “duração-imediaticidade e agitação-estabilidade” (1991, p. 21);
4. convoca o ouvinte a adesão à Palavra na qual foi gerado (v. 18), cujo fim é a perfeição, a integridade do ouvinte. Becquet:

A multiplicação de termos de igual raiz ou redundantes mostra a atração de Tiago por uma arte de viver na qual é valorizado o indivíduo sem carência alguma. Esse ideal opõe-se a uma visão do “homem dúbio, inconstante em todos os seus caminhos” (1,8), comparado “à agitação do mar” e à flor que murcha (1, 10-11), (1991, p. 23).

Perícopa 2

16 Não vos enganeis, meus amados irmãos.

17 Toda boa dádiva e todo dom perfeito são lá do alto, descendo do pai das luzes, em quem não pode existir variação ou sombra de mudança.

18 Pois, segundo o seu querer, ele nos gerou pela palavra da verdade, para que fôssemos como que primícias das suas criaturas.

19 Sabeis estas coisas, meus amados irmãos. Todo homem seja, seja pronto para ouvir, tardio para falar, tardio para se irar.

20 Porque a ira do homem não produz a justiça de Deus.

21 Portanto, despojando-vos de toda impureza e acúmulo de maldade, acolhei com mansidão, a palavra em vós implantada, a qual é poderosa para salvar a vossa alma.

22 Tornai-vos, pois, praticantes da palavra e não somente ouvintes, enganando-vos a vós mesmos.

23 Porque, se alguém é ouvinte da palavra e não praticante, assemelha-se ao homem que contempla, num espelho, o seu rosto natural;

24 pois a si mesmo se contempla, e se retira, e para logo se esquece de como era sua aparência.

25 Mas aquele que considera, atentamente, na lei perfeita, lei da liberdade, e nela persevera, não sendo ouvinte negligente, mas operoso praticante, esse será bem-aventurado no que realizar.

26 Se alguém supõe ser religioso, deixando de refrear a língua, antes, enganando o próprio coração, a sua religião é vã.

27 A religião pura e sem mácula, para com o nosso Deus e Pai, é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações e a si mesmo guardar-se incontaminado do mundo. (Tg 1,16-27), (BIBLIA, 2013, p. 1437).

A partir desse trecho, o autor da Carta de Tiago conclama o ouvinte à prática da Palavra. Ele propõe uma religião prática, pura e envolvida com a comunidade. Toda a instabilidade da perícopre anterior é esquecida e o foco agora é a vivência prática da verdadeira religião. Isso exige do ouvinte o reconhecimento de que tudo que é bom e perfeito “vem do alto, do Pai das luzes, em quem não há variação ou mudança” (Tg 1,17).

Os termos empregados nesse trecho chamam a atenção, porque segundo Becquet (1991, p. 25) são termos exclusivos do Novo Testamento, como: “hesitação” (v.17), “plantada em vós” (v. 21) e outros exclusivos da Septuaginta: “imundície” (v.21) e “religioso” (v.26). Além de termos bastante incomuns que o autor emprega com bastante propriedade, demonstrando seu grande conhecimento do idioma grego e sua elevada cultura helenística.

Além desses termos, Becquet apresenta estes outros: “sombra de movimento”, “primícias de suas criaturas”, “observando seu rosto num espelho”, “religião pura e sem mácula” e “guardar-se livre da corrupção” (1991, p. 26). Termos que são bastante aproveitados pela retórica do autor para chamar o ouvinte a “adesão” a uma nova prática de vida, e não apenas puro convencimento ou persuasão. Becquet sugere que o chamamento é para uma religião ativa, num mundo instável. Esses termos “incomuns” empregados por Tiago na sua parênese

revelam, como já foi salientado, seu perfeito domínio do idioma grego, mas vai muito além disso, conforme destaca Becquet:

Sua osmose com o mundo helenístico prova que é neste universo que ele avaliou a fé cristã. Mas, paradoxalmente, é também deste mundo que ele quer preservar seus leitores...o autor valoriza enormemente a estabilidade numa sociedade movediça. O homem não deve partir, esquecendo-se do que era. Encontra seu modelo no próprio Deus que não se move e na palavra que está enraizada nele. O homem é convidado a permanecer (= ficar) na lei da liberdade (1991, p. 26).

Logo no v. 16 o autor de Tiago emprega o ato de fala diretivo

5. “Não vos enganeis”

Ao empregar (5) o sentido mais interessante é em relação a Deus. Esse ato é logo seguido de outros assertivos, alerta o ouvinte para não se enganar quanto ao fato de atribuir a Deus qualquer prática do mal (v. 13) porque de Deus só procedem as coisas boas (v. 17). A direção de ajuste é palavra-mundo e o estado psicológico é o de crença. Por outro lado, o autor deixa clara a verdade de que cada ouvinte é o responsável por seus atos e que é falso atribuir a outrem a responsabilidade pelos próprios atos do ouvinte. De acordo com Vouga: “Tg termina assim a denúncia dos processos de transferência das responsabilidades. O homem que sucumbe à provação, não deve se voltar nem contra Deus, nem contra outrem (vv. 13-15), nem mesmo contra uma fatalidade qualquer (v. 17)” (1996, p. 66).

Outros bons exemplos de emprego de atos de fala diretivos se encontram nos vv. 19-22. O v. 19a emprega o ato assertivo

6. “sabei”

A aplicação desse ato pode ser para o que fora dito anteriormente nos vv. 17,18, quanto para o que se dirá logo em seguida nos vv. 19b – 27. O autor da Carta de Tiago chama a atenção para que o ouvinte desconfie daqueles que se dizem sábios e das suas sabedorias, as quais servem de desculpas para justificar seus atos ou atribuem a outrem as causas das suas próprias fraquezas e fracassos. De acordo com Konings e Krull:

Apesar de ter aconselhado a alguns que peçam a sabedoria (v. 5), Tg agora trata seu público como supostamente sábio, isso porque vai explicar algumas coisas sobre a verdadeira sabedoria...Sábio não é o sabichão de cabeça-feita, que “sabe tudo” e por isso não escuta ninguém (1995, p. 12).

Como o próprio autor da Carta de Tiago diz (v. 19b): “Todo homem seja pronto para ouvir, tardio para falar, tardio para se irar”. Assim, ele afirma que o verdadeiro sábio é aquele que faz uso da audição, tem autocontrole sobre as palavras e sobre as suas ações. Um ponto de vista bastante claro, que ajuda na compreensão dessa parte da perícopes em estudo, é trazido por Vouga ao afirmar:

Não se trata apenas de escutar a Palavra de Deus, mas, bem mais do que isso, de prestar atenção ao ensinamento dos sábios e enriquecer-se com a experiência de que são portadores. O quadro e o alcance dos imperativos, no entanto são especificados. Trata-se da palavra e da Lei evangélicas (v. 21, depois 22-25, e o paralelismo do v. 19b com o conjunto da sua retomada em Tg 3,11-13 tende a fazer dele muito mais uma regra de vida ou de disciplina comunitária do que um ensinamento de alcance geral (1996, p. 70).

Sendo assim, o objetivo ilocutório (intenção) e a força (função) ilocutória dos atos diretivos encontrados nessa perícopes, podem ser representados pelo simbolismo que foi adotado por Searle (2002, p. 21):

!↑ W (O faz A)

Nesse aspecto, o ouvinte do texto de Tiago, é muito mais que persuadido, é convocado a adesão a mensagem que é proferida pelo locutor. Sobre esse discurso Becquet afirma o seguinte: “Tiago não estimula seus leitores a se comprazerem com belos discursos. Encoraja-os a passar aos atos” (1991, p. 28).

Esses atos, contudo, não são apenas fruto da ética pessoal, mas são resultantes daquilo que é gerado no homem que faz sua adesão à Palavra do Cristo (v. 18), pois Ele ensinou no “Sermão do Monte” quem são os “verdadeiros bem-aventurados” (Mt 5,1-12), qual o papel dos seus seguidores nesse mundo (Mt 5,13-16), como é que se cumpre a Lei (Mt 5,15-20), como entender o que fora dito pelos antigos sobre temas como o homicídio, o adultério, os juramentos, a

vingança e o amor ao próximo (Mt 5,21-41). Ensinou, também, sobre a verdadeira prática da justiça; a ajudar o outro; a orar com sinceridade e a jejuar; sobre como se se deve amar os pobres; sobre as preocupações desse mundo (Mt 6,1-12); e encerra seu “Sermão” contrastando as duas portas (Mt 7,13-14); o falso com o verdadeiro (Mt 7,15-23), culminando com os dois fundamentos (Mt 7,24-27).

Esse jogo de oposição pode-se perceber na Carta de Tiago. A perícopie em estudo dá uma ênfase especial à “palavra”. Becquet atesta:

Entre os termos repetidos nessa sequência, encontramos, desde logo, “palavra” (4 vezes), não para exaltar o fato de falar, mas, pelo contrário, mostrando a necessidade de ser lento para falar e de por freios à língua. Ninguém se contente também em só ouvir a palavra: é preciso tornar-se seu realizador”. Por três vezes, encontramos “realizador” opondo-se a “ouvinte”. Chegamos então ao par “operar” (1,20) “obra” (1,25). É a ação que realiza uma palavra transmitida (1991, p. 28).

Esse jogo com a palavra “na prática” está explícito em toda a Carta de Tiago. Não só nessa perícopie, mas em toda a Carta de Tiago, o autor dá destaque significativo a alguns termos que denotam tanto a atividade humana quanto o trabalho. Assim, o fazer e o agir são as tônicas nesta Carta. Para isso, o autor de Tiago emprega o termo “*poiein*”.

Poiein, cujo sentido está para o ato de fabricação e de produção. Então, *poiein* é o ato de fabricar, de produzir. Desse termo deriva a palavra “poeta”. E o que é o poeta, senão aquele que faz a palavra? Mas não é só isso, o significado dessa palavra está além da mera técnica de fabricação, seu significado mais adequado está na essência do agir. Então, *poiein* é agir essencialmente. De acordo com Castro:

Na tradução para o latim o *poiein* foi entendido de duas maneiras: a) como agere/agir, com ideia de causa, ou seja, como poder agente de transformação, ligado ao sujeito. Fala-se, então, frequentemente em criação; b) como “agir da techné”. Daí que na tradução de *techné* para o latim usaram a palavra *ars*, *artis*, ou seja, arte (ligado a artista ou artesão). É como tal o “operar”, de onde se formou a palavra obra (de *opus*, *operis*). E como tal a essência de trabalho. Mas o trabalho que realiza o homem em sua essência, de tal maneira que o trabalho no sentido de *poiein*, essência do agir, não é o que o homem realiza, mas o que constitui e realiza o homem (2004, p. 55).

O autor de Tiago invita seu ouvinte a fazer a palavra. Essa é a grande força persuasiva de Carta de Tiago, não apenas levar o ouvinte a realizar algo útil, ou ser alguém instrumentalizado para algo, mas o autor requer do ouvinte, onde quer que ele esteja na “diáspora”, na sua peregrinação nesse mundo, que sua ação seja a realização do seu ser, a ação seja a sua expressão, a extensão da sua personalidade, do seu caráter, da sua ética. Ser, no sentido de integridade, como se vê em: “para que sejais perfeitos e íntegros, em nada deficientes” (Tg 1, 4b). “Pois, segundo o seu querer, ele nos gerou pela palavra da verdade, para que fôssemos como que primícias das suas criaturas” (Tg 1,18).

Becquet atesta:

Na carta de Tiago, encontramos diversos empregos da palavra “poiein” (3,12. 18; 4,13. 15. 17; 5,15). Estas palavras nunca se referem a uma atividade produtiva, mas evocam a atividade humana de ordem ética, aproximando-se, assim, do “prattein”. O autor também emprega, uma vez o termo operário (5,4). Por outro lado, ele apresenta a espera do camponês como modelo a imitar (5,7). Ainda nesta perspectiva, ele se prende ao universo ideológico do mundo greco-romano (1991, p. 27).

Para Heidegger: “A essência do agir, no entanto, está em con-sumar. Con-sumar quer dizer: con-duzir uma coisa ao sumo, à plenitude de sua essência...por isso, em sentido próprio, só pode ser consumado o que já é. Ora, o que é, antes de tudo é o Ser” (*apud*, Castro, 2004. p. 54).

Diferentemente do conceito de “ser” de Heidegger, o “Ser” de Tiago é o próprio Deus, o Logos, a Palavra. E é nesse “Ser” que o verdadeiro cristão, ou o ouvinte, é gerado para ser “primícias das suas criaturas”. Sendo assim, na Carta de Tiago, o ouvinte é convidado a ser, na sua essência, verdadeiro filho de Deus. Becquet apresenta o seguinte:

A carta de Tiago parece obedecer a esta visão da atividade humana; mas a matéria da obra torna-se a própria existência do crente; não é exterior a ele. A felicidade que lhe é prometida será obtida graças à realização, no tempo, desta palavra que gera para uma nova existência de filho. Deus é designado como o Pai em 1,17 e 1,27. É até mesmo o “Deus pai” que forma o verdadeiro quadro dessa sequência 3. Tal estrutura confere ao crente ativo uma identidade de filho de Deus, nele encontrando sua “luz” (1,17) e sua “pureza” (1,27), (1991, p. 28).

A adoção como filho de Deus se consolida na ação. Daí tanta força, tanta ênfase nos atos de fala diretivos da Carta de Tiago. Agir, constitui a identidade do crente, de acordo com a mensagem de Tiago. E isso pode ser constatado em vários trechos da Carta, como nos versículos finais da perícopes em estudo:

22 Tornai-vos, pois, praticantes da palavra e não somente ouvintes, enganando-vos a vós mesmos.

23 Porque, se alguém é ouvinte da palavra e não praticante, assemelha-se ao homem que contempla, num espelho, o seu rosto natural;

24 pois a si mesmo se contempla, e se retira, e para logo se esquece de como era sua aparência.

25 Mas aquele que considera, atentamente, na lei perfeita, lei da liberdade, e nela persevera, não sendo ouvinte negligente, mas operoso praticante, esse será bem-aventurado no que realizar.

26 Se alguém supõe ser religioso, deixando de refrear a língua, antes, enganando o próprio coração, a sua religião é vã.

27 A religião pura e sem mácula, para com o nosso Deus e Pai, é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações e a si mesmo guardar-se incontaminado do mundo (Tg 1,22-27), (BÍBLIA, 2013, p. 1437).

Além desses versículos, muitos outros na Carta convocam o ouvinte à essência do ato, à prática da palavra e das boas obras como: “Falai de tal maneira, e de tal maneira procedei como aqueles que não de ser julgados pela lei da liberdade” (Tg 2,12).

Ou ainda:

14 Meus irmãos, qual é o proveito, se alguém disser que tem fé, mas não tiver obras? Pode, acaso, semelhante salvá-lo?

15 Se um irmão ou uma irmã estiverem carecidos de roupa e necessitados do alimento cotidiano,

16 e qualquer dentre vós lhes disser: Ide em paz, aquecei-vos e fartai-vos, sem, contudo, lhes dar o necessário para o corpo, qual é o proveito disso?

17 Assim, também a fé, se não tiver obras, por si só está morta.

18 Mas alguém dirá: Tu tens fé, e eu tenho obras; mostra-me essa tua fé sem as obras, e eu, com as obras, te mostrarei a minha fé (Tg 2,14-18), (BÍBLIA, 2013, p. 1438).

Aqui, o autor da Carta de Tiago faz uso de perguntas retóricas, cujo objetivo é levar seus ouvintes a uma reflexão sobre o seu discurso “cristão”, que

deve estar concatenado com seu modo de agir. Assim, dizer e não fazer, é pura contradição, é negação da essência do cristão. As duas categorias, “dizer e fazer”, são inseparáveis aos olhos dos verdadeiros sábios. Portanto, a essência do “cristão” se revela não pelo discurso, mas pela prática. A essência do cristão está em “consumar” “desdobrar alguma coisa até à plenitude de sua essência” leva-la à plenitude” (segundo o pensamento de Heidegger) seu discurso em ação. Na Carta a Jean Beaufret sobre o Humanismo, Heidegger atesta o seguinte:

Conhecemos o agir apenas como o produzir de um efeito. A sua realidade efetiva segundo a utilidade que oferece. Mas a essência do agir é o consumir. Consumar significa desdobrar alguma coisa até à plenitude de sua essência; levá-la à plenitude, producere. Por isso, apenas pode ser consumado, em sentido próprio, aqui o que já é. O que todavia "é", antes de tudo, o ser. O pensar consuma a relação do ser com a essência do homem (2005, p. 7).

De acordo com pensamento do Apóstolo Paulo a identidade do povo que foi chamado a adesão ao Cristo, é ser “zeloso e de boas obras” (Tt 2,14b). Ele também afirma que um dos principais objetivos da “Escritura Inspirada” é fazer “que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra” (2 Tm 3,16 e 17). Contudo, para o Apóstolo, diferentemente de Tiago, as obras não servem para a justificação, mas somente a fé, (Rm 3,21-31; 4,1-25; 5,1-11. 12,21; Gl 2,15-21; 3,6-14. 23-29; Fl 3,2-11). Tiago parece contradizer a opinião do Apóstolo, ao afirmar que a fé sem a ação nada significa. É apenas “fé” inoperante, discurso vazio. Sem as obras ela está morta (Tg 2,26). De acordo com a interpretação de Vouga:

Tg não tenta restaurar o legalismo contra o qual Paulo lutou (donde o emprego da expressão Lei da liberdade em Tg 1,25 e 2,8). Não temos, na epístola, nenhum vestígio desta intenção. Tiago está em debate com o cristianismo que, abrigando-se por trás da linguagem paulina, perdeu de vista a exigência do paradoxo da Palavra da Cruz e o radicalismo da pregação de Jesus que o próprio Paulo nunca tinha sacrificado (1996, p. 93).

Sobre a justificação Kunings e Krull dizem:

“Justificar” alguém é declará-lo justo num processo (portanto, não culpado). Em termos de religião, significa que alguém é declarado justo por Deus, o que não significa necessariamente que ele não tenha pecado, mas, pelo contrário, que Deus lhe perdoa o pecado. Ora, para tanto é necessário que ele tenha fé, confiança em Deus. Mas esta fé, diz Tg 2,18-25, se comprovada pelas ações, praticando aquilo que Deus espera de nós (Tg 2,25), (1995, p. 98).

Ao empregar o diretivo

7. Tornai-vos, pois, praticantes da palavra e não somente ouvintes, enganando-vos a vós mesmos (Tg 2,22).

O autor claramente pretende o que é representado por Searle:

!↑ W (O faz A)

O propósito ilocucionário desse ato diretivo está claro, levar o ouvinte a fazer algo, (**O** faz **A**). O autor da Carta de Tiago ao empregar esses atos diretivos, a força ilocucionária vai muito além da pretensão e do convencimento para alguém fazer algo, nesse caso, principalmente invita o ouvinte a ser alguém cuja personalidade essencial é o “*prattein*”, ou seja, o termo requisita a atividade ética, a conduta moral. Como já foi dito, o autor de da Carta de Tiago exige de seu ouvinte “fazer a palavra”.

Nesse convite que faz ao leitor/ouvinte, o autor da Carta de Tiago expõe o contraste entre ouvinte x realizador, utilizando-se da parábola do espelho, convoca seu ouvinte a “ser” a palavra que ouve. Invita o locutário a fazer desta palavra sua própria constituição, aquilo que o marca, que constitui sua existência forjada na resistência, na perseverança e na constante busca da perfeição ética. Tudo isso, como fruto dessa Palavra na qual o ouvinte/leitor é convocado a existir. Segundo expõe Vouga:

Os vv. 22-25 devem ser lidos como um todo. A ênfase é dada na oposição dos dois exemplos, particularmente a antítese não-realizador/realizador, vv. 22 e 25, e no contraste entre o homem que se vai embora logo depois de se olhar no espelho (apelelythen, v. 24) e aquele que persevera na Lei (parameinas, v. 25). Tg sublinha a perseverança à qual são chamados os

seres para cumprir sua vocação; insiste num tema abordado desde os primeiros versículos da epístola: a existência se forja na paciência e na resistência. Os leitores são convocados a pôr em execução a palavra à qual prestam atenção, a fazer dela o pão de suas vidas e a não se desencorajar com o tempo ou as provações (ver Tg 1,2-4). Tornar-se cristão não pode ser uma empresa passageira e exige uma constante busca (1996, p. 74).

Ouvir somente não basta, é preciso que se pratique. Quem ouve e pratica, aprende, assimila, incorpora, torna-se aquilo que aprendeu. E isso é notório na sabedoria popular: “é fazendo que se aprende”⁴¹. Portanto o “*prattein*” é a evidência de que a palavra foi assimilada, foi incorporada à vida, à existência do crente. Konings e Krull afirmam:

O primeiro dever do verdadeiro israelita é escutar: “Ouve, Israel... (Cf. Dt 6,4 → BPP Mc 12,28-35). Mas não basta apenas ouvir. Importa também fazer, e isso, não apenas como prova de obediência, mas para firmar a própria identidade. Quem ouve, mas não pratica, é como alguém que se olha no espelho e logo depois já esqueceu qual era sua aparência. O fazer é que “grava” em nossa pessoa aquilo que nos é ensinado. Por isso, o professor de matemática manda as crianças fazer exercícios (1995, p. 13).

4.2 Do saber destruidor ao fazer sabedor

Perícope 3

1 Meus irmãos, não vos torneis, muitos de vós, mestres, sabendo que havemos de receber maior juízo.

2 Porque todos tropeçamos em muitas coisas. Se alguém não tropeça no falar, é perfeito varão, capaz de refrear também todo o corpo.

3 Ora, se pomos freio na boca dos cavalos, para nos obedecerem, também lhes dirigimos o corpo inteiro.

⁴¹ Diz-se que este pensamento é atribuído a Aristóteles, porém, não se encontrou a referência da citação que a comprove que seja frase do referido filósofo.

4 Observai, igualmente, os navios que, sendo tão grandes e batidos de rijos ventos, por um pequeníssimo leme são dirigidos para onde queira o impulso do timoneiro.

5 assim, também a língua, pequeno órgão, se gaba de grandes coisas. Vede como uma fagulha põe em brasas tão grande selva.

6 Ora, a língua é fogo; é mundo de iniquidade; a língua está situada entre os membros de nosso corpo, e contamina o corpo inteiro, e não só põe em chamas toda a carreira da existência humana, como também é posta ela mesma em chamas pelo inferno.

7 Pois toda espécie de feras, de aves, de répteis e de seres marinhos se doma e tem sido domada pelo gênero humano;

8 a língua, porém, nenhum dos homens é capaz de domar; é mal incontido, carregado de veneno mortífero.

9 Com ela, bendizemos ao Senhor e Pai; também, com ela, amaldiçoamos os homens, feitos à semelhança de Deus.

10 De uma só boca procede bênção e maldição. Meus irmãos, não é conveniente que estas coisas sejam assim.

11 Acaso, pode a fonte, jorrar do mesmo lugar o que é doce e o que é amargoso?

12 Acaso, meus irmãos, pode a figueira produzir azeitonas ou a videira, figos? Tampouco fonte de água salgada pode dar água doce.

13. Quem entre vós é sábio e inteligente? Mostre em mansidão de sabedoria, mediante condigno proceder, as suas obras.

14 Se, pelo contrário, tendes em vosso coração inveja amargurada e sentimento faccioso, nem vos glorieis disso, nem mintais contra a verdade.

15 Esta não é a sabedoria que desce lá do alto; antes, é terrena, animal e demoníaca.

16 pois, onde há inveja e sentimento faccioso, aí há confusão e toda espécie de coisas ruins.

17 A sabedoria, porém, lá do alto é, primeiramente, pura; depois, pacífica, indulgente, tratável, plena de misericórdia e de bons frutos, imparcial, sem fingimentos.

18 Ora, é em paz que se semeia o fruto da justiça, para os que promovem a paz (T 3,1-18), (BÍBLIA, 2013, p. 1438).

Vocabulário

Ao observar o vocabulário empregado pelo autor da Carta de Tiago nesse capítulo, Becquet aponta que ele constitui um refluxo, porque certo número de palavras que foram empregadas indicam a posição de sentido dos contrastes e dos contrários, além de muitas dessas palavras remeterem ao imaginário social dos destinatários da Carta, “os irmãos da diáspora”, por isso o autor faz um hibridismo de vocábulos pertencentes tanto à cultura helenística quanto à cultura judaica.

Algumas dessas palavras segundo Becquet já foram utilizadas em perícopes anteriores e serão novamente abordadas, como as que seguem na lista proposta por Becquet:

Palavras retomadas do primeiro capítulo:

“Obra” (3,13, ver 1,4); “Sabedoria” (3,13.15.17, ver 1,5); “Língua” (3,5.6.8, ver 1,26); “Discriminação” (3,17, ver 1,6); “Inconstante” (3,8.16, ver 1,8); “Perfeito” (3,2, ver 1,17.25).

Palavras retomadas do segundo capítulo:

“Misericórdia” (3,17, ver 2,13); “Paz” (3,18, ver 2,16);

De volta no quinto capítulo:

“Fruto” (3,17.18, ver 5,7.18); “Terrena” (3,15 ver 5,7.18); “Justiça ou justo” (3,18, ver 5,6.16). O que expusemos bem demonstra que, com esta sequência, uma clivagem se opera no discurso do autor” (1991, p. 50).

Organização e divisão do texto

O texto desse capítulo está organizado em duas seções:

A primeira seção, mais longa (3,1-12) subdivide-se em duas perícopes: a primeira (3,1-6) e a segunda (3,7-12). A Segunda seção, é constituída pela perícopos (3,13-18) que trata de temas polêmicos.

Assim, essa divisão do capítulo, de acordo com Becquet apresenta: “de um lado: todo um desenvolvimento sobre a “língua” 3,1-6 ... de outro: um suplemento sobre “sabedoria”, entendida como prática de vida 3,15-17” (1991, p. 51).

Assunto

Na primeira seção, o autor quer prevenir seus ouvintes sobre a importância de manter o autocontrole contra os riscos da prepotência e da arrogância, por isso, chama a atenção na primeira perícopos (3,1-6) para os males causados pela falta de controle da língua, sobretudo, por parte dos que pretendem ser “mestres”. Becquet atesta:

Na primeira subsequência, o autor previne contra a dificuldade de frear esta prepotência destrutiva cujo domínio é o papel do docente numa comunidade". Na segunda subsequência, o autor pede que evitem a contradição entre o "dizer" e o "fazer" (3,7-12), (1991, p. 51).

Na segunda seção, o autor faz uma abordagem acerca de questões polêmicas, contrastando perfeição com inconstância. Segundo Becquet: "a da "perfeição" que se manifesta pelo domínio (3,2) e a da "inconstância" (3,16) que acarreta "discriminação e hipocrisia" (3,17), o que nos informa a respeito dos problemas da comunidade à qual o autor se dirige" (1995, p. 51).

Para o autor da carta de Tiago, o verdadeiro sábio é aquele que apresenta os frutos da sabedoria. Logo, quem quiser ser sábio e ser mestre, demonstre através da "mansidão de sabedoria e de um reto proceder" (3,13). Se o "sábio" age contrariamente aos frutos da sabedoria, é um hipócrita, fingido (3,14-16).

Segundo as teorias interpretativas expostas por Vouga a primeira parte do capítulo é composto por uma diatribe (3,1-13) aborda um novo assunto: a palavra e seu ensinamento. O autor da Carta de Tiago, nesse trecho, faz um alerta sobre a "multiplicação dos mestres na comunidade cristã", depois adverte sobre a questão do poder da "língua"; em seguida, no trecho (3,14-18), aborda a "controvérsia sobre a sabedoria" (1996, p. 102).

Quanto a esse alerta sobre a proliferação dos "mestres" nas comunidades cristãs, alguns autores pensam que o intuito é evitar, que com a multiplicação desses mestres, hajam lutas pelo poder e dessa forma prejudiquem a verdadeira pregação do Evangelho. Sobre esse assunto encontra-se o seguinte em Vouga:

Pensa-se que Tiago quer evitar que as assembleias cultuais se tornem lugar de rivalidades, de relações de força e de controvérsias intermináveis (cf. 3,14-18!). A proliferação dos mestres transforma a pregação e a catequese em conflitos e em lugar de poder. No lugar de edificar, o ensinamento é confiscado pela pretensão daqueles que querem tomar a palavra (1996, p. 104).

Tudo isso pode ser sintetizado nas palavras de Konings e Krull:

Entre as coisas que Tg observou nas comunidades às quais se dirige, além da discriminação de pessoas, há também o uso indiscriminado da língua. Não tanto no sentido de fofoca e maledicência, mas no sentido de que muitos querem ensinar e ser mestres. Isso é desaconselhável, pois ser mestre é coisa séria: os mestres estão expostos a julgamento mais severo; e sabemos que sempre tropeçamos em alguma palavra. Cuidado, portanto... (1995, p. 18).

4.3 Atos de fala diretivos da perícope de Tg 3

Nesse capítulo 3 da Carta de Tiago, o autor passa a falar diretamente com seus ouvintes, fazendo usos de verbos imperativos na 2ª pessoa do plural, e algumas vezes, na 1ª pessoa do plural, quando precisa mostrar aos ouvintes que se inclui no discurso. Essa forma de dirigir-se ao seu público, às vezes demonstra que o autor da Carta não atribui a si posição muito superior aos irmãos, mas ele mesmo se inclui como partícipe das fraquezas que acometem todas as pessoas.

Para Torres:

O efeito provável dessa estratégia talvez tenha sido que os ouvintes não se sentiram ameaçados com um discurso que os tivesse colocado em plano inferior ao do apóstolo. Ou seja, Tiago se apresentou a eles como sendo susceptível às mesmas dificuldades e equívocos (2008, p. 55).

Dentre esses equívocos, elencados pelo autor da Carta de Tiago, está o que mais de perto persegue qualquer pessoa: a falta de controle da palavra, tão bem esclarecido pelo autor da Carta, ao empregar as várias metáforas a respeito da língua. Aconselhando logo no v. 1 sobre as grandes responsabilidades e cobranças que se impõem aos que pretendem ser “mestres”.

Ser “mestre”, no contexto da Carta de Tiago, escrita no início da era Cristã, significava uma posição de destaque, correspondia ao que se descreveu sobre a importância dos escribas no (cap. 2 p. 31) desse trabalho. Por ser uma posição importante e bastante honrada, era também muito arriscada, pois o “mestre” poderia ser tentado a usar de sua posição para fins indignos à profissão. Por isso Leahy afirma: “Uma vez que o ensino se faz mediante a fala, Tg passa a uma longa admoestação acerca do uso da língua” (2015, p. 675). Por sua vez, Carson destaca que:

A fluência religiosa, a avidez pelo ensino e o desejo obsessivo pelas discussões casuísticas têm sido em todas as épocas características marcantes da piedade farisaica. O terceiro capítulo é inteiramente dedicado ao combate a essa falha (2008, p. 2143).

Por isso, o autor da Carta de Tiago não poupa esforços para admoestar seus ouvintes a respeito do uso da língua, que pode ser um instrumento usado para a destruição das pessoas. Sendo assim o autor aconselha enfaticamente v. 1a:

a. “não vos torneis muitos de vós mestres”.

O autor da Carta de Tiago emprega o verbo no imperativo negativo, portanto um ato diretivo, cujo propósito ilocucionário é uma tentativa de levar o ouvinte a fazer algo. Que nesse caso, por via da negativa, é levar o ouvinte a desistir de ser mestre. Para isso, o autor alerta sobre o papel do “mestre”, pois quanto maior o esclarecimento, maior a responsabilidade. Sendo assim, aconselha aos que pretendem o honorável cargo, que a principal condição para o exercício dessa função é saber domar a língua (vv. 3-12), saber usar as palavras com sabedoria e piedade, visando sempre a construção ética da pessoa. Por isso, expressa através do segundo verbo do v.1 empregado na 1ª pessoa do plural, que os mestres têm muita responsabilidade e serão cobrados por isso, conforme ele diz no v. 1b:

b. “sabendo que havemos de receber maior juízo”

b. “Sabeis com que severidade seremos julgados”. (TEB)⁴²

Nesse trecho, o autor se inclui e, portanto, se apresenta susceptível às mesmas responsabilidades que envolvem aqueles que pretendem a função de mestres. Carson (2008, p. 2143) afirma: “Tiago se associa aos que ele adverte. Quanto maior o esclarecimento, maior a responsabilidade”. Diante disso, pode-se afirmar que o autor emprega um ato de fala assertivo, pois, como afirma Searle (2002, p. 19): “O propósito dos membros da classe assertiva é o de comprometer o falante (em diferentes graus) com o fato de algo ser o caso com a

⁴² Tradução Ecumênica da Bíblia (TEB).

verdade da proposição expressa”. Sendo assim, ele chama a atenção para a verdade da proposição, na qual se inclui e por isso se compromete com a verdade do que ele mesmo expressa, apelando para o estado psicológico de crença (que p), pois segundo Searle:

Quem enuncia, explica, assere ou alega que p expressa a crença de que p; quem promete, jura, ameaça ou se empenha em fazer A expressa uma intenção de fazer A; quem ordena, manda, pede a O que faça A, expressa um desejo (uma vontade) de que O faça A; quem se desculpa por ter feito A expressa arrependimento por ter feito A; etc. Em geral, ao realizar qualquer ato ilocucionário com um conteúdo proposicional, o falante expressa uma atitude, um estado, etc. com respeito a esse conteúdo proposicional (2002, p. 6).

Sendo assim, esse ato assertivo atende as condições referentes ao falante que se compromete com a verdade da sentença: “havemos de receber maior juízo”, pois, ao proferir (p), o falante (crê que p), mas também envolve o ouvinte no mesmo grau de responsabilidade, pois, ao assumir a função de “mestre” também está comprometido com as responsabilidades que o cargo exige.

Ao empregar esse ato de fala, contudo, o autor da Carta visa alcançar um público muito mais vasto do que o dos doutores e dos mestres, visa alcançar a todos os destinatários independentemente de sua função. Por isso, o tema principal dessa perícopes é o sábio uso da língua. E isso envolve qualquer pessoa, não somente os mestres, mesmo levando em conta as ressalvas que já foram apresentadas, pois as responsabilidades pelo que se diz variam de acordo com o grau de conhecimento e a autoridade que a pessoa exerce. Sobre a perspectiva de que essa perícopes se estende a todos os ouvintes da Carta de Tiago, Vouga afirma:

Tg 3,1-13 começa com um alerta contra a multiplicação dos mestres nas comunidades cristãs. A perspectiva se modifica, todavia, numa advertência muito mais geral sobre o poder da língua (vv. 5-8 introduzidos pelos vv. 2 e 3-4). Esta interpela pessoas (“nós”, v. 2) que podem ser muito bem, à primeira leitura, apenas os mestres do v. 1 tanto quanto cada destinatário (1996, p. 102).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carta de Tiago não é apenas um texto escrito para uma comunidade dos tempos bíblicos. Para aquelas pessoas, ela exerceu um papel muito importante como um manual prático sobre como deveria ser o modo de vida daqueles que se propunham, identificavam-se e sentiam-se participantes do povo de “Deus”, a quem o autor da Carta se referia como “irmãos”. A Carta de Tiago não se restringe ao passado, ao longo da história foi muito debatida, criticada e discriminada, mas sua importância como texto bíblico consolidou-se pela profundidade de seu conteúdo prático e moral, que exige do seguidor da religião cristã uma vida de coerência entre o falar e o agir.

Apesar de muitos estudiosos e autoridades da religião cristã se colocarem contrários à Carta de Tiago, alegando que não refletia a verdadeira mensagem dos Evangelhos, por não se saber exatamente que foi seu autor, nem a data da sua escritura e ainda alimentar uma suposta contradição com os ensinamentos paulinos da justificação pela fé, quase não falar o nome de Deus, não expor formalmente uma doutrina, etc., o que resultou na sua inclusão tardia no cânon Bíblico. A Carta de Tiago mostrou-se verdadeira literatura epistolar cristã, pela grandeza de sua mensagem de exortação e de persuasão retórica para aqueles que aderiram ou aderirem ao estilo de vida da fé.

A Carta de Tiago não é apenas uma emissão de mensagem cristã, não se contém nesses limites. Pode-se afirmar que é um tratado de ética prática, sobre como se deve viver nesse mundo. Resistir é a palavra para combater as provações, as ameaças, as injustiças sociais, mas também, é a palavra contra a sedução de se deixar influenciar pelo aparente brilho de uma vida destituída de valores éticos.

Tiago ergue sua mensagem contra os opressores, contra os que dizem uma coisa com as palavras, mas as atitudes revelam um comportamento oposto, portanto, contraditório e incoerente. Sua grande oposição dirige-se àqueles que se dizem sábios, mas usam essa sabedoria no intuito de agir em causa própria, negando a justiça a quem é devida, retendo até o direito básico e sagrado do salário de quem trabalha. Combate veementemente aqueles, que de forma injusta, acumulam riquezas ilícitas às custas das classes menos favorecidas. De que vale

a fé, se não impacta na mudança de comportamento e na prática de boas obras? Não vale nada, salienta o autor da Carta de Tiago. Qual o valor da sabedoria, se não é empregada em prol do bem comum? Esse tipo de sabedoria é vã e demoníaca, pois, quem sabe fazer o bem, mas não o faz, comete pecado, afirma o autor da Carta.

Assim, Tiago critica o saber destruidor, mostrando que o verdadeiro sábio é aquele cuja vida está a serviço do fazer, do servir ao próximo, a si mesmo resguardar-se do mal, sem se deixar levar pelo desejo, pela cobiça e pelo hedonismo efêmero das coisas deste mundo. Tem lugar na Carta de Tiago o fazer sabedor, que com suas ações de fé, minimiza o sofrimento dos menos favorecidos. Por isso, o autor da Carta aconselha que a verdadeira religião é aquela cujo foco está em atender aos semelhantes nas suas necessidades mais básicas, como o pão e a veste, à visita aos encarcerados e a assistência aos órfãos e viúvas, ou seja, a verdadeira religião está na caridade, na solidariedade, na justiça e na paz entre os homens. O autor soube empregar bem os elementos retóricos e discursivos no intuito de influenciar seus interlocutores e seus ouvintes para uma fé que não se contenta com discurso, mas se transforma na fé em ação.

Todo esforço feito nesse trabalho revelou que os atos de fala expressos por Tiago confirmam as Teorias de Austin e Searle, que dizer e fazer constitui-se um só ato. Por isso, o autor da Carta de Tiago não admite uma dissociação entre fé e obra, como não admite o saber que não se envolve na prática ética e do bem. Portanto, o fazer sabedor encerra a Carta de Tiago com significado que conjuga numa mesma categoria discurso e prática, fé e ação, religião e caridade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual: introdução à análise dos discursos**. 2ª ed. revista e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Argumentação retórica na literatura epistolar da antiguidade. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista8/eid&a_n8_10_manuel.pdf>. Acesso em: 27/08/2015.

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. **Cartas de consolação a Lucílio análise retórica da Epístula 63 de Sêneca**. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://malexandre.no.sapo.pt/Docs/AlexandreJunior_2002a.pdf>. Acesso em 15/3/2016.

ALMEIDA, Carla Aurélia de. **A dimensão accional da linguagem e o domínio do implícito**. 1998, disponível em: <<http://www.moodle.univab.pt/moodle/mod/resource/view.php?id=3046442>> Acesso em 15/3/2016.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas, Edson Bini. 1ª. ed. 2011 – 1ª. reimpressão 2013. São Paulo: Edipro, 2013.

ARMENGAUD, Françoise. **A Pragmática**. São Paulo: Parábola, 2006.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. John Langshaw Austin. Tradução, Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: HUCITEC EDITORA, 2014.

BAWARSHI, Anis S. & REIFF, Mary Jo. **Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2013.

BECQUET, G. **A Carta de Tiago: leitura sociolinguística**. São Paulo: Paulinas, 1991.

BENTES, A.C.; REZENDE, R.C. **Texto: conceitos, questões e fronteiras [con]textuais**. In: SIGNORINI, I. (Org.). [Re]discutir texto e gênero. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

BÍBLIA. **O que é a Bíblia.** Bíblia On-Line. Disponível em: <<http://www.teologia.org.br/biblia/abiblia.htm>>. Acesso em 5/4/2017.

BÍBLIA. Português. Bíblia de Estudo Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.

BÍBLIA. Português. Bíblia de Estudo Andrews. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2015.

BIBLIA. Português. Tradução Ecumênica da Bíblia. São Paulo: Loyola, 2015.

BORGES. Flávia Girardo Botelho. **Os gêneros textuais em cena: uma análise crítica de duas concepções de gêneros textuais e sua aceitabilidade na educação no Brasil.** RBLA, Belo Horizonte v. 12, n. 1, p. 119-140, 2012. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbla/v12n1/a07v12n1.pdf> Acesso em 1/10/2017.

BROWN, Raymond E. **Introdução ao Novo Testamento.** São Paulo: Paulinas, 2004.

BURKE, Kenneth. **A Rhetoric of Motives.** University of California Press: Berkeley and Los Angeles, 1969.

CARSON, T. Tiago. **Comentário Bíblico NVI. Antigo e Novo Testamento.** Editor geral F. R Bruce. Tradução: Valdemar Kroker. São Paulo: Editora Vida, 2008.

CASTRO, Manuel Antônio de. **A construção poética do real. Organização Manuel Antônio de Castro, organizador.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=__Yg7lpRJrWC&pg=PA54&dq=poiein&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwj0iof8kb3RAhXCEpAKHRswCcMQ6AEIPDAE#v=onepage&q=poiein&f=false>. Acesso em 4/4/2017.

CEIA, Carlos. E-Dicionário de Termos Literários (EDTL), coord. de Carlos Ceia. 2015. Disponível em: <<http://www.edtl.com.pt>> Acesso em 4/4/2017.

CHAMPLIN, Russel Norman. **O Novo Testamento interpretado: versículo por versículo**, vol.6 São Paulo: Agnus.

COUTINHO, Maria Antónia. **Gêneros de texto: noção teórica e ferramenta didática.** Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Formacao/es_conf_generos_texto_ac.pdf>. Acesso em: 2/12/2015.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakthin.** São Paulo: Parábola, 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais.** São Paulo: Ática, 1983.
FÁVERO, Leonor Lopes e KOCH, Ingedore G. Vilaça. **Linguística textual: introdução.** 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

FLORES, Teresa Mendes. **Agir com Palavras: A Teoria dos Actos de Linguagem de John Austin. Escola Superior de Comunicação Social**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>> Acesso em 15/3/2016.

FONSECA, Joaquim. **O lugar da pragmática na teoria e na análise linguísticas**. Mathesis – 3. Pg. 35-42. 1994.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Belo Horizonte: Edições Viva Voz, 2010.

GERALDI, João Wandelely. **Ancoragens – Estudos bakhtinianos**. São Carlos: Preto & João Editores, 2010.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques; DI MESQUITA, Fabrício Dias Gusmão. Atividade epistolar no mundo antigo: relendo as cartas consolatórias de Sêneca. **História Revista**: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 3153, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4852219.pdf>>. Acesso em 15/3/2016.

GOUVEIA, Carlos A. M. **Diversidade Linguística na Escola Portuguesa: Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa (ILTEC)**. Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GUIMARÃES, Elisa. **Texto, discurso e ensino**. São Paulo: Contexto, 2009.

HEIDEGGER, Martin, 1889 (2005) **Carta sobre o humanismo**. 2 ed. rev. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005. Disponível em: <<https://professorsauloalmeida.files.wordpress.com/2015/08/cartas-sobre-o-humanismo-heidegger.pdf>> Acesso em 22/4/2017.

KONINGS, Johan e KRULL, Waltraud. **Cartas de Tiago, Pedro João e Judas**. São Paulo: Loyola, 1995.

LEAHY, Thomas W. **Epístola de São Tiago. Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e artigos sistemáticos**. São Jerônimo, tradução: Celso Eronides Fernandes. Editores: Raymond E. Brown, Joseph A. Fitzmyer e Ronald E. Murphy. Santo André: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2015.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. Tradução, Luis Carlos Borges e Aníbal Mari. Revisão técnica, Rodolpho Ilari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ª ed. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. Tradução, Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARCONDES, Danilo. Desfazendo mitos sobre a pragmática. **ALCEU** Vol. 1 nº 1. Pg. 30-46 – jul/dez. 2000. Disponível em: <http://revistaalceu.com.pucrio.br/media/alceu_n1_Danilo.pdf>. Acesso em: 15/3/2016.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de Texto: o que é e como se faz?** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MILLER, Carolyn R. **Gênero textual, agência e tecnologia**. Orgs: Ângela Paiva Dionísio & Judith Hoffnagel. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MUHANA, Adma Fadul. **O Gênero Epistolar: diálogo per absentiam**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/38043/40769>>. Acesso em: 27/8/2015.

OLIVEIRA, Davi. **Cartas Na Bíblia: uma análise do gênero textual**. ACTA Científica - Ciências Humanas. vol. 2, n. 11. 2º Semestre, 2006. Disponível em: <<http://circle.adventist.org/files/unaspress/actacientifica2006025707.pdf>> Acesso em 6/3/2017.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1987.

PALRILHA, Silvéria Maria Ramos. **Contributos para a análise dos actos ilocutórios expressivos em português**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

PARELMAN, Chaïm. **Retóricas**. Tradução, Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SEARA, Isabel Roboredo. **A palavra nômade. Contributos para o estudo do género epistolar**. In Da epístola à mensagem eletrônica. Metamorfoses das rotinas verbais. Lisboa: Universidade Aberta, 2006.

SEARLE, John R. **Expressão e significado. Estudos da teoria dos atos de fala**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVA, Paulo Nunes da. **A Comunicação na literatura**. In Manual de Técnicas de Expressão e Comunicação II. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 85-110, 2008.

SILVA, Paulo Nunes da. **Narrativo: modo, gênero, tipo de texto ou tipo de sequência**. Lisboa: Universidade Aberta, 2015.

TORRES, Milton L. **Tiago: retratos da natureza humana**. Cachoeira: CEPLIB, 2008.

TSOHATZIDIS, Savas L. **A Filosofia da Linguagem de John Searle: força, significado e mente**. Savas L. Tsohatzidis (org.); tradução de Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: Problemas e técnicas na produção oral e escrita**. Coordenação da edição brasileira Haqira Osakabe; tradução e adaptação Clarice Madureira Saboia ... [et al] 11ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VAN DIJK, Teun A. **Texto y contexto Semántica y pragmática del discurso**. Madrid: Catedra, 1980. Disponível em: <<http://www.felsemiotica.org/site/wpcontent/uploads/2014/10/van-Dijk-Teun-A.-Texto-y-contexto.-Sem%C3%A1ntica-y-pragm%C3%A1tica-del-discurso.pdf>>. Acesso em: 17/12/2015.

VIEIRA, Pe. Antônio. **Sermão da Sexagésima**. Pregado na Capela Real, no ano de 1655. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/vieira-antonio-sermao-sexagesima.html>>. Acesso em: 02/12/2015.

VOUGA, François. **A Carta de Tiago**. São Paulo: Loyola, 1996.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.